O GRANDE JÚRI

(Uma experiência cultural e científica em TV educativa)

VALTER DA ROSA BORGES

O GRANDE JÚRI
(Uma experiência cultural e científica em TV educativa)

RECIFE - 2006

Copyright © 2006, Valter da Rosa Borges

Edição e projeto gráfico:
Maria da Salete Rêgo Barros Melo

Revisão:
o autor

Novoestilo Edições do Autor
Rua Sérgio Magalhães, 54 – Graças – Recife-PE
Fones: 81 32263558 / 91088727
saleterb@globo.com

www.autorpernambucano2005.kit.net

DEDICATÓRIA

Dedico este livro a todos aqueles que participaram da grande aventura cultural denominada de “O Grande Júri”.

SUMÁRIO

Introdução..... 11
.

Breve histórico..... 13

Participantes..... 21
..

Temas..... 27
.

Súmula de relatórios selecionados..... 33

O Grande Júri e a Imprensa..... 189

Décadas depois..... 209

Galeria de fotos..... 217

APRESENTAÇÃO

O ser humano é o único na face da terra que possui as condições de efetuar a leitura de todas as coisas do mundo, no entorno do seu "Habitat". Assim, na interpretação desta leitura, a sua capacidade de criar se amplia, dia a dia, no exercício desta vivência, com o animado e inanimado, o racional e o irracional.

O Prof. Valter da Rosa Borges, além dos seus predicados naturais, carrega, no seu caminhar entre nós, uma capacidade criativa, desenvolvida e alimentada, pela formatação do associativismo, que lhe é peculiar. No seu dia a dia, ele se dedica a estudos multidisciplinares e pesquisas de fenômenos psíquicos, envolvendo-se, também, com atividades que contribuam para o desenvolvimento da cultura e da ciência em Pernambuco.

Na sua caminhada e na leitura e interpretação das coisas do mundo ao seu redor, o Prof. Valter da Rosa Borges criou, organizou e dirigiu o programa **O Grande Júri** na TV Universitária Canal, da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 1967 a 1984.

Fui, naquele tempo, um dos assíduos telespectadores de **O Grande Júri**, vibrando ao assistir, em cada programa, os debates sobre ao temas mais variados da cultura e da ciência e que vieram contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos não só de quem o assistia como de quem, nele, tomava parte.

Hoje, não mais como telespectador, porém no desempenho, com muita honra, das funções de

Presidente da **APC – Academia Pernambucana de Ciências**, quero prestar o meu testemunho da brilhante trajetória de **O Grande Júri**, que inspirou a fundação, em 1978, daquela instituição, pelo Prof. Valter da Rosa Borges e por algumas das destacadas personalidades, que participaram, ativamente, do referido programa.

Os méritos do Prof. Valter da Rosa Borges, não ficaram só neste fato. Em 1973, ele fundou o **Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas - IPPP -,** uma instituição que tem por objetivo o estudo multidisciplinar da mente humana, principalmente no campo da parapsicologia, e que vem prestando inestimáveis serviços à comunidade pernambucana, nordestina, com extensão para o Brasil e o Exterior.

Este livro, que relata a história de **O Grande Júri**, revela, em seus textos e fotos, o valor e a objetividade de um homem dotado de capacidade criativa e associativa, que sabe transformar em realidade os seus sonhos e os seus ideais, e colocá-los a serviço da comunidade.

Prof. Waldecy Fernandes Pinto
Arquiteto e Urbanista
Presidente da Academia Pernambucana de Ciências.

Introdução

O Grande Júri, programa que criei, produzi e apresentei na TV Universitária Canal 11, representou, para mim, uma inesquecível e empolgante experiência intelectual, compartilhada com as pessoas mais expressivas da inteligência pernambucana. Semanalmente, durante quase quatorze anos, com algumas breves interrupções, O Grande Júri constituiu uma opção real na televisão do nosso Estado e um território livre para a discussão de temas polêmicos, nas mais diversas áreas do conhecimento, até daqueles considerados como tabus. Mesmo em pleno regime militar, em nenhuma ocasião, o programa sofreu qualquer tipo de censura, quando discutiu criticamente temas ligados à política brasileira da época.

Fruto do reitorado do Prof. Murilo Guimarães e diligentemente dirigida pelo Prof. Manoel Caetano Queiroz de Andrade, a TV Universitária começou a prestar um inestimável serviço à comunidade no campo da educação formal e informal, obtendo prestígio e respeitabilidade, principalmente por se tratar de uma emissora sem os recursos técnicos necessários para se tornar uma televisão competitiva. E O Grande Júri passou a ser uma opção real por se diferenciar, qualitativamente, dos programas apresentados pelas televisões comerciais. Assim, durante mais de uma década de existência, a TV Universitária Canal 11 teve em O Gran- de Júri o seu maior referencial cultural e científico, revelando ao público as personalidades mais destacadas da vida intelectual de Pernambuco.

Procurei, de maneira objetiva e sintética, registrar essa pioneira experiência televisiva, que proporcionou

um encontro semanal entre intelectuais e telespectadores na discussão de temas da mais alta significação filosófica, científica, religiosa e cultural. Apesar de seu alto nível, o programa alcançou todas as classes sociais pela seriedade e profundidade dos temas abordados. Pude constatar esse fato pelo conteúdo da farta correspondência, que me era enviada pelos telespectadores, fazendo comentários sobre os temas abordados e sugerindo assuntos para debates. Ainda hoje, passados vinte e quatro anos do término de O Grande Júri, sou abordado, vez por outra, por pessoas que assistiam ao programa para, saudosamente, me falarem sobre ele.

Como a quase totalidade dos programas de O Grande Júri era ao vivo, e os gravados, posteriormente, apagados, tive de me valer dos meus apontamentos e de minha memória, assim como dos jornais da época, para a reconstituição, infelizmente incompleta, dos temas debatidos e a relação dos nomes de seus participantes.

O meu propósito, portanto, ao escrever este livro, foi o de preservar a memória de um programa que, talvez um dia, mereça ser considerado um patrimônio imaterial da TV Universitária Canal 11, da Universidade Federal de Pernambuco e do Estado de Pernambuco.

Breve histórico

A TV Universitária Canal 11, da Universidade Federal de Pernambuco, foi a primeira televisão educativa do Brasil, e O Grande Júri, o primeiro programa cultural brasileiro, que realizou debates multidisciplinares sobre ciência, filosofia, religião, literatura, artes, política e assuntos gerais.

O Grande Júri estreiou na sexta-feira de 20 de setembro de 1968, ainda na fase experimental da TV-U (cuja inauguração oficial aconteceu no dia 22 de novembro deste ano) e encerrou a sua trajetória no sábado de 27 de fevereiro de 1982.

O Grande Júri alcançou um prestígio tão alto que alguns dos debatedores me solicitavam declaração de sua participação nele para colocá-la nos seus currículos.

A essa época, a TV Universitária Canal 11 dispunha de uma equipe de alta competência profissional, constituída de jornalistas, artistas, produtores, realizadores e apresentadores como Mayerber de Carvalho, Rui Cabral, Jorge José de Santana, José Mário Austregésilo, Luiz Maranhão Filho, Wanda Phaelante, Renato Phaelante, Nivaldo Mulatinho Filho, Giovanni Mastroianni, José Maria Marques, Djalma Torres, Hugo Martins, Raimundo Carrero, Dolores Portela, Vera Hazin, Marcos Macena, Alena, Marilena Mendes, Tereza Cunha, Adelmo Cunha, Ziul Matos, Marina Azevedo, Etiene Rodrigues, Ivanise Palermo, Leni Amorim, Miguel Santos, Fernando Machado, Jaime Ubiratan, Fernando Monteiro, Carmem Peixoto, Walter Cartaxo, Oto Prado, Milton Baccarelli, Maria de Jesus Baccarelli, Leandro Filho e June Sarita. A equipe técnica, dirigida inicialmente pelo engenheiro Nédio Cavalcanti,

era integrada por José Maria Cavalcanti, Joel Figueiredo, Augusto Cavalcanti Neto, Walter da Fonte, Jairo Bastos, Jobson Oliveira, Severino Paiva, Carlos Pereira, Mário Maranhão, Jéferson Araújo, Gerson Pereira da Silva, João Alves, Esmeraldino Bonfim, Erasmo Peixoto, Aluízio Ferreira, José Francisco Ferreira, Washington França, Roberto Calu, Ivan Soares, Guido de Souza, Wanda Lúcia. E tinha, como cenógrafos, José Teixeira e Luiz Benjamin.

Durante o período de O Grande Júri, a TV-U foi dirigida por Manoel Caetano Queiroz de Andrade, José da Costa Porto, Sebastião de Holanda, Walter Moreira, Francisco Dário Mendes da Rocha, Édson Bandeira de Melo, Sadock Souto Maior e Humberto Vasconcelos.

Hugo Martins criou a sonoplastia de abertura do programa, extraída de um trecho do “Capricho Italiano”, de Tchaikovsky.

O Grande Júri inicialmente foi levado ao ar às sextas-feiras no horário das 21h00 às 22h30. Depois, apresentado aos sábados no mesmo horário.

De novembro de 1968 a abril de 1972, elaborei relatórios históricos sobre os temas em debate. Em seguida, mudei a dinâmica do programa, tornando-o menos formal, suprimindo o relatório em troca de uma breve introdução, seguida pela discussão do assunto em pauta. E esse estilo mais leve e dinâmico foi mantido até a extinção de O Grande Júri.

Propositadamente, não atualizei as informações contidas nos relatórios para manter fidelidade à época em que foram escritos, com exceção da ortografia.

O tema mais longo, debatido em O Grande Júri, foi o Julgamento da Bíblia, que se iniciou em 8 de maio de 1970 e terminou em 30 de outubro do mesmo ano, contando com a participação de padres, batistas,

presbiterianos, espíritas e Testemunhas de Jeová. Talvez tenha sido essa a ocasião em que o programa passou a ser mais conhecido em todas as classes sociais. Outros assuntos, como o divórcio, uma das questões sociais mais polêmicas da época, foram debatidos várias vezes, atendendo à solicitação dos telespectadores.

Entre os que mais participavam do programa, se destacaram Berguedoff Elliot, Pe. Nércio Rodrigues, Roberto Motta, Vasconcelos Sobrinho, Joel Câmara, Attilio D'Óllio, Pessoa de Morais, Ivo Cyro Caruso, Orlando Parahym e Fídias Telles.

Em 1º de julho de 1972, estreei o programa "Síntese", que tinha por objetivo noticiar fatos culturais e entrevistar contistas, romancistas, artistas plásticos, poetas, teatrólogos e músicos, assim como realizar reportagens e documentários sobre o Nordeste. O poeta Cyl Galindo me auxiliou na produção do programa, que, no entanto, teve uma vida curta.

Neste mesmo ano, do mês de abril ao mês de julho, criei um novo programa, intitulado "Câmera 11", no qual um locutor (em off) fazia perguntas aos entrevistados, abordando temas como nutrição, ecologia, cérebro, parapsicologia, comunicação, tóxicos, urbanização do Recife e Cibernética. Entre os entrevistados, figuraram Nelson Chaves, Vasconcelos Sobrinho, Manoel Caetano Escobar de Barros, Pessoa de Morais, Armando Samico, Arthur Lima Cavalcan-ti e Lamartine Holanda Júnior. Este programa teve a co-produção de Mayerber de Carvalho e Ivanise Palermo.

Em 7 de julho de 1973, criei e apresentei o programa "A Ciência do Espírito", que, apesar de sua curta duração, teve uma boa receptividade, e mereceu o elogio do Dr. Francisco Dario Mendes da Rocha, então

Diretor da TV-U (hoje Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Pernambuco), no ofício que enviou ao Instituto Pernambucano de Pesquisas Psicobiofísicas – IPPP -, por mim fundado em 1º de janeiro deste mesmo ano. O teor do ofício (184/74, de 18 de dezembro de 1974) era o seguinte:

Senhores Diretores:

Estamos, pelo presente, apresentando a V.Sas. as nossas congratulações pelo êxito do programa "A CIÊNCIA DO ESPÍRITO", produzido e apresentado pelo Presidente deste Instituto, Dr. Valter da Rosa Borges, promotor público da Capital.

O curso de Parapsicologia, que vem sendo ministrado no aludido programa, tem alcançado um alto índice de conteúdo cultural e pedagógico, o que o situa entre os melhores, na faixa educativa, da televisão de nosso Estado.

Esperando continuar contando com os auspícios desse Instituto, na produção de curso regulares de Parapsicologia, nesta televisão, aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sas. os nossos protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Francisco Dario M. da Rocha
Diretor

Empenhei-me para fazer da TV-U um centro de eventos culturais, com sessões televisionadas da Academia Pernambucana de Ciências, contando, para isso, com o ir-restrito apoio da direção da emissora e

também da Universidade Federal de Pernambuco, principalmente durante o reitorado do Prof. Paulo Maciel.

No dia 29 de julho de 1976, em uma das dependências da TV-U, fiz o lançamento do meu livro "Introdução ao Paranormal", em evento presidido pelo então reitor, Prof. Paulo Maciel e com a presença de personalidades da vida cultural, acadêmica, intelectual, jurídica e religiosa de Pernambuco, entre as quais o Prof. Lourival Vilanova, o Prof. Pessoa de Morais, o Dr. Pedro Martiniano Lins, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Dr. Waldemir de Oliveira Lins, Procurador Geral da Justiça, o escritor Amílcar Dória Matos, o Pe. Nércio Rodrigues e o Dr. Francisco Dario Mendes da Rocha, Diretor da Televisão.

Em 1977, na sua edição de julho, o Jornal Universitário, da Universidade Federal de Pernambuco, teceu, no seu editorial, comentários elogiosos a O Grande Júri. Neste ano, o programa ainda estava no seu apogeu, quando, em razão disso, tive a idéia de criar a Academia Pernambucana de Ciências. A idéia vingou e, no dia 8 de janeiro de 1978, a instituição foi fundada, inicialmente com trinta e quatro destacadas personalidades do mundo científico e cultural de Pernambuco, entre elas, Nelson Chaves, Aluízio Bezerra Coutinho, Oswaldo Gonçalves Lima, Vasconcelos Sobrinho, Amaro Quintas, Orlando Parahym, Roberto Mauro Cortez Motta, José Lourenço de Lima e Atílio Dall'Olio, quase todos participantes de O Grande Júri. A partir daí, a Academia Pernambucana de Ciências participou de vários programas de O Grande Júri, debatendo temas como a cibernática, a exobiologia, a explosão demográfica, a ecologia e o Nordeste, a regulamentação do divórcio, o Brasil e sua unidade

lingüística, a energia nuclear, os tóxicos, a entomologia, entre tantos outros.

Em 1978, recebi o Título de Melhor Produtor da Televisão de Pernambuco do Ano de 1977, concedido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão de Pernambuco. Neste ano, quando O Grande Júri completava dez anos de existência, a Orquestra Sinfônica de Pernambuco, sob a regência do maestro Guedes Peixoto, se apresentou, no programa de 30 de setembro, para homenageá-lo.

Em março de 1979, O Grande Júri foi tirado do ar por motivos obscuros, o que levou Roberto Motta a escrever um artigo no Diário de Pernambuco, de 27 de março de 1979, comentando o estranho acontecimento. Disse ele: *"Ora, interrompendo O Grande Júri parece que o Canal 11 se condena ao anonimato ou tenta uma espécie de suicídio institucional"*. Logo depois, o programa voltou a ser apresentado.

Em abril de 1980, nova retirada de O Grande Júri, também por motivos nebulosos. Porém, dessa vez, o tempo foi mais curto e a volta do programa foi saudada, mais uma vez, por Roberto Motta em artigo publicado no Diário de Pernambuco, em 10 de maio de 1980.

No dia 3 de janeiro de 1981, o programa "Fronteiras do Conhecimento Humano", dirigido e apresentado pelo sociólogo Pessoa de Morais, assumiu o horário de O Grande Júri, que ficou fora do ar até o dia 4 de julho deste ano, retornando, porém, com apenas uma hora de duração, de 22 às 23 horas..

Finalmente, em 27 de fevereiro de 1982, resolvi encerrar definitivamente O Grande Júri, tendo em vista os obstáculos criados para a sua continuidade pela Direção da TV Universitária Canal 11. Este fato levou o escritor José Rafael de Menezes a publicar um artigo no

Diário de Pernambuco, de 25 de maio de 1982, lamentando o acontecido e observando que o programa vinha sendo prejudicado pelas freqüentes mudanças de seu horário. Disse ele: *"Por muitos anos a televisão Universitária (TVU, canal 11) viveu do Grande Júri. Por duas décadas talvez, desde a inauguração... Se outro programa ali se impôs, com boa audiência, nenhum teve percurso tão longo, fez história cultural, bem de acordo os objetivos da emissora. Para assim se sustentar, em qualificação e em pontualidade, para repercutir e durar, precisou o Grande Júri, da energia organizada e do prestígio social de Valter da Rosa Borges, parapsicólogo e ensaísta, e em adequada profissão extensionada para a TVU, Promotor Público"*. E, quase no final de seu artigo, asseverou: "*O Grande Júri foi então grande e fez história cultural. Se desaparece, cria um vazio, e precisa haver explicações para esse corte".*

O que o Prof. Rafael de Menezes não sabia é que esses acontecimentos tinham por objetivo desestabilizar o programa ainda que importando em desrespeito aos telespectadores. No meu entender, a minha decisão de retirá-lo da programação da TV-U foi a melhor maneira de preservar a dignidade e o prestígio de O Grande Júri perante o seu numeroso público.

Participantes

Muitas personalidades da vida cultural e científica de Pernambuco participaram de O Grande Júri. Algumas, pela sua assuidade aos debates, se tornaram eficientes colaboradores, sugerindo temas e indicando pessoas de destaque nas mais diversas áreas do conhecimento. Apesar dos meus esforços, não consegui resgatar o nome de todos os que participaram do programa. Em que pese essa lastimável omissão, recolhi, de meus apontamentos, a seguinte relação de participantes: Abdias Moura (sociólogo e escritor), Aderbal Pacheco (escritor), Adônis Carvalho (médico e professor universitário), Aécio Campello de Souza (engenheiro), Aluízio Bezerra Coutinho (biólogo e professor universitário), Aluízio Xavier (juiz de direito e professor universitário), Alfredo Oliveira (teatrólogo), Amaro Quintas (historiador), Amaury Coutinho (médico), Antônio Brito Alves (advogado e professor universitário), Antônio Rafael de Menezes (educador), Armando Samico (professor universitário e Secretário de Segurança Pública na época), Armando Souto Maior (historiador), Arthur Lima Cavalcanti (arquiteto), Attílio Dall'Olio (físico nuclear e professor universitário), Áureo Bispo dos Santos (teólogo), Basílio Penido (Dom), Berguedoff Elliott (advogado), Bernadete Pedrosa (advogada e professora univesitária), Carlo Borghi (físico), Dias da Silva (psicólogo), Djair Brindeiro (médico), Djalma Vasconcelos (médico), Edijece Martins Pereira (teólogo, filósofo, sociólogo e professor universitário), Enoch Burgos (escritor), Everardo da Cunha Luna (advogado e professor universitário), Fernando Jorge Simão dos Santos Figueira (médico e

professor universitário), Fernando Monteiro (escritor), Fernando Pio dos Santos (escritor), Fernando Spencer (cineasta), Fídias Teles de Carvalho (sociólogo), Francisco Brennand (pintor e escultor), Frederico Pernambucano de Melo (pesquisador social), Galdino Loreto (médico), Geninha da Rosa Borges (atriz), Geraldo Arruda (biólogo e professor universitário), Geraldo da Costa Barros Muniz (paleontologista),Geraldo Fonseca Lima (médico), Geraldo Leite (psicólogo e professor universitário), Geraldo Mariz (botânico e professor universitário), Geraldo Marques Fernandes (médico), Gustavo Trindade Henriques (médico), Hermilo Borba Filho (teatrólogo), Heraldo Souto Maior (sociólogo), H. N. Banerjee (parapsicólogo hindu), Isnard Moura (jornalista), Ivo Cyro Caruso (engenheiro), Ivo Dantas (advogado e professor universitário), Jaime Menezes (advogado), Jaime Queiroz (médico), Jamesson Ângelo Ferreira Lima (médico), J.E. Martins Terra, S.J.(teólogo), João Dias (teólogo), João Vasconcelos Sobrinho (ecologista), José Lourenço de Lima (professor universitário), José Luiz Mota Menezes (arquiteto e professor universitário), José de Moura Rocha (advogado e professor universitário), José Paulo Cavalcanti (advogado), José Pessoa de Moraes (sociólogo e professor universitário), José Rafael de Menezes (escritor e professor universitário), Ladislau Porto (médico), Lamartine de Holanda Júnior (médico), Luiz Gonzaga Gomes Lyra (geólogo e professor universitário), Luiz Siqueira Carneiro (médico e professor universitário), Manuel Correia de Andrade (historiador e professor universitário), Maria Auxiliadora Moura (psicóloga e professora universitária), Maria do Carmo Tavares de Miranda (filósofa), Maria do Carmo Tinôco Brandão (antropóloga), Mário Pessoa (advogado e

professor universitário), Mário Souto Maior (pesquisador social), Martiniano Fernandes (médico), Maurílio Ferreira Lima (político), Medeiros de Albuquerque (jornalista), Murilo Nunes de Azevedo (teósofo, de São Paulo). Nédio Cavalcanti de Lima (engenheiro e, na época, Diretor Técnico da TV-U), Nelson Saldanha (escritor e professor universitário), Nelson Souto (promotor de justiça), Nércio Rodrigues (padre), Ney Prieto Peres (engenheiro), Nicolino Limonji (médico e escritor), Nilzardo Carneiro Leão (advogado e professor universitário), Nivaldo Mulatinho Filho (juiz de direito), Nythamar de Oliveira (advogado), Olímpio Bonald (escritor), Orlando Neves (juiz de direito e professor universitário), Orlando Parahym (médico e escritor), Oscar G. Quevedo (parapsicólogo), Osvaldo Santos de Melo (advogado, economista, psicólogo e sociólogo), Othon Bastos Filho (médico), Oscar Quevedo S.J.(parapsicólogo), Ozias Burgos (Promotor de Jusstiça), Paulo Rosas (psicólogo e professor universitário), Percivo Cunha (médico), Petrúcio Ferreira da Silva (juiz federal), Potiguar Matos (jornalista e professor universitário), Reinaldo Oliveira (médico), Renato Carneiro Campos (escritor), Rinaldo Azevedo (médico), Roberto Oliveira de Aguiar (antropólogo), Roberto Motta (antropólogo), Romeu Peréa (padre), Romualdo Marques (advogado e professor universitário), Ronaldo Tavares Souto Maior (advogado), Rorinildo Rocha Leão (promotor de justiça e professor universitário), Rossini Lira (promotor de justiça), Rubem Franca (médico), Ruy dos Santos Pereira (médico e professor universitário), Salustiano Lins (médico), Sebastião Vilanova (sociólogo), Tomé Dias Sobrinho (médico), Vamireh Chacon (escritor), Vanildo Campos Bezerra Cavalcante (promotor de justiça e historiador), Vamberto Morais (diretor da sessão

brasileira da BBC, de Londres), Waldemar de Oliveira (médico e escritor), Waldemar Valente (antropólogo) e Waldemir Soares Miranda (médico e escritor).

Muitas das pessoas relacionadas participaram apenas uma ou duas vezes de O Grande Júri. Um pequeno grupo de participantes, pela sua assuidade, passou a formar, de fato, uma equipe permanente de debatedores, o que muito me ajudou na realização do programa e dos temas a serem debatidos. O entusiasmo dessa equipe chegava, às vezes, ao exagero. Participantes, como o Pe. Nércio Rodrigues e Beguedof Elliot compareceram ao programa adoentados e contrariando prescrição médica. Outros, em algumas ocasiões, ajudaram na montagem do cenário, para que O Grande Júri não se atrasasse, e fosse ao ar no horário previsto. A discussão do tema abordado quase nunca terminava no encerramento do programa. O debate continuava, na frente da TV Universitária, até altas horas da noite. Naquela época, o Recife era uma cidade tranqüila, e ninguém se preocupava em chegar tarde em casa. O importante era aquele convívio intelectual, que se renovava todas as semanas. Não raro, algumas pessoas obtinham permissão para entrar no estúdio e assistir ao programa ao vivo.

A popularidade de O Grande Júri era impressionan-te para os padrões de uma televisão educativa. Eu e alguns dos participantes mais assíduos do programa fomos, não raras vezes, abordados na rua por transeuntes, que queriam dar também sua opinião sobre alguns assuntos já debatidos.

Vinte e quatro anos já se passaram desde então, e vários desses participantes, infelizmente, já faleceram. Ou-tros, não mais residem em Pernambuco. Mas, apesar disso, eu os tenho presentes em minha memória, cada

um com o seu modo peculiar de ser. Por isso, a publicação desse livro é, além de minha satisfação pessoal, um emocionado teste-munho do meu reconhecimento pela colaboração que eles prestaram, não apenas a O Grande Júri, mas também ao engrandecimento científico e cultural de Pernambuco.

Temas

Entre os muitos temas debatidos em O Grande Júri se destacaram: o transplante (o primeiro programa, em 20-09-1968); inseminação artificial; a violência urbana; o vestuário e a moral; a reforma do ensino; acidentes de trabalho; o sexo e o mundo de hoje; a mulher e o sexo; a mulher e o trabalho; a prostituição; o planejamento familiar; o adultério; o menor abandonado; o crime e a pena; a eugenia; a morte perante as religiões; para onde caminha a agricultura nordestina?; o julgamento do homem; o carnaval; a televisão brasileira – suas virtudes e seus defeitos; a verdade; a colonização portuguesa; a psicanálise; a macrobiótica; o divórcio; há crise na Igreja?; a vida em laboratório; a psicologia; acidentes de trânsito; Deus e o homem de hoje; a música popular brasileira; Cristo e os apóstolos; o problema da dor; Brasil – 200 milhas; o enfarte; o átomo; a reforma agrária; o preconceito racial; os alucinógenos; câncer - o flagelo da humanidade; o uso pacífico da energia nuclear; obesidade e diabetes; a urbanização do Recife; turismo e desenvolvimento; a cremação; a arte nos cemitérios; o homem e a tecnologia; a educação sexual; a religião e o homem moderno; a pena de morte; o homem e sua personalidade; para onde caminha o teatro brasileiro?; o Tribunal do Júri; a Revolução Francesa; o velho no mundo de hoje; a psiquiatria; as superstições; o bem e o mal; o homicídio e a eutanásia; a hipnose; a poluição; a reencarnação; a parapsicologia; o Apocalipse; a agressividade humana; a automação; a cibernética; a reencarnação; a cirurgia plástica; o suicídio; a astrologia; os discos voadores; o cinema

brasileiro; a eutanásia; o folclore; a juventude no mundo de hoje; os problemas das megalópoles; a defesa do meio ambiente; o planejamento familiar; a literatura e as artes no mundo atual; a família contemporânea; os preconceitos; a velhice no mundo de hoje; geriatria e gerontologia; o sonho; a explosão demográfica; a conquista da Lua; a criança no mundo de hoje; a educação e os meios de comunicação; o sobrenatural; os problemas de habitação; os problemas da saúde pública; a cosmologia e o futuro; a emancipação da mulher; a yoga; a acupuntura; a homeopatia; o cangaço; o parlamentarismo; as enchentes do Recife;; a desertificação do Nordeste; a democracia; o autoritarismo; saneamento básico; medicina preventiva; belicismo e pacifismo; o domínio holandês em Pernambuco; índios do Amazonas; a sofrologia; o aborto; a garimpagem; o artesanato do Nordeste; aspectos geológicos do Nordeste Oriental; a evolução; a entomologia; as epidemias; as pragas; o mundo da botânica; a televisão educativa; as telecomunicações; a batalha final – a disputa entre os homens e os insetos sobre o domínio do planeta (série); o julgamento da Bíblia (série); Diálogo Norte/Sul (reunião de Cancun, México); o poltergeist; a mediunidade e o misticismo; casas mal-assombradas e aparições; as relações entre a ciência e a religião; marxismo e capitalismo; o existencialismo; o radioamadorismo; a solidão humana; exobiologia; a explosão demográfica; a ecologia e o Nordeste; a regulamentação do divórcio; o choque do futuro; o significado da Páscoa; os jogos e a realidade; assistência psiquiátrica no Brasil; medicina esportiva; o Brasil como uma unidade lingüística; a energia nuclear; a crise do casamento; o problema do climatério; o teatro e a psicologia do público; as paraciências; os tóxicos; a

astronomia; o problema da descriminalização; o artista e o mercado de trabalho; radiodifusão e democracia; a esquizofrenia; manifestações constitucionais do Brasil na pré-Independência; a importância da Amazônia; a Revolução de 30.

Alguns desses assuntos foram repetidos várias vezes a pedido dos telespectadores.

Além desses temas, O Grande Júri realizou, sob a forma de Tribunal do Júri, o julgamento de personagens históricos como Judas, Júlio César, Pilatos, Calígula, Nero, Brutus e Maquiavel. O julgamento de Judas contou com a cena da morte do apóstolo, magnificamente apresentada pela equipe do teatro de Fazenda Nova, dirigida pelo ator José Pimentel.

Nos debates sobre temas religiosos, participaram católicos, evangélicos, espíritas, mórmons, testemunhas de Jeová, budistas, teósofos, maçons, rosa-cruzes e membros do Hara Krishna e Seicho-No-Iê. Apesar das divergências doutrinárias, as discussões se caracterizaram pela cordialidade e pelo seu alto nível dialético.

O pensamento de grandes personalidades da ciência, da filosofia e da religião, como Platão, Aristóteles, Spinoza, Kant, Leonardo da Vinci, Santo Agostinho, Francisco de Assis, Newton, Galileu, Einstein, Claude Bernard, Heidegger, Sartre, Freud e Jung, foram objeto de análise e discussão. E também os livros “O Príncipe”, de Maquiavel, “Os Meios de Comunicação”, de Marshall Mcluhan e “A Terceira Onda”, de Alvin Toffler.

Quando de sua passagem pelo Recife, Arthur Moreira Lima participou de um debate sobre música clássica, apresentando, ao piano, partituras de Frédéric Chopin.

SÚMULA DE RELATÓRIOS SELECIONADOS

O TRANSPLANTE

20 de setembro de 1968

Conquanto a cirurgia seja um dos ramos mais antigos da medicina, o seu início, como técnica científica, data do século XVI, quando, então, o mundo emergia do obscurantismo medieval e se engolfava na expansão renascentista. Este século, que assinalou o começo de notáveis progressos no campo das ciências e das artes, profundamente marcado por um espírito de otimismo e de aventura, também ficou conhecido, no campo da Medicina, como o século dos cirurgiões barbeiros e dos boticários, onde se destacaram os nomes de Girolano Fracastoro, Realdus Colombus, Miguel Servet, Andrea Vesalius e Ambroise Paré. Este último se tornou famoso, principalmente pelas técnicas operatórias, que desenvolveu, e pelas invenções de membros artificiais, que introduziu na cirurgia, mediante os quais se podiam realizar, mecanicamente, inúmeras operações.

Na verdade, a técnica operatória de superfície já era conhecida entre muitos povos da antiguidade, revestindo-se, no entanto, de conteúdo mágico, quando se fazia a simulação do procedimento cirúrgico, que poderia terminar com a operação real do paciente. Apesar de, no século XIII, Rogério Bacon ter inaugurado uma consciência científica, com o método experimental, a ciência de sua época ainda estava impregnada de preocupações místicas, influenciada pela alquimia, e aceitava, quase sem discussões, os princípios da filosofia hermética, notadamente no campo da chamada medicina simpática ou analógica. A ciência e a magia estavam, então, fortemente associadas, coexistindo juntas, mesmo nas pessoas mais esclarecidas.

Não obstante, no século V a.C., Herófilo e Erasístrato tivessem criado a anatomia descritiva humana e praticado as primeiras dissecações, o estudo da medicina permaneceu estacionário até o século XVI em virtude de proibições religiosas, que interditavam dissecação do corpo humano e limitava todo o conhecimento, neste setor, a simples especulações de anatomia analógica. Desta forma, a cirurgia era superficial, excetuados os casos extremos de amputação de membros ou pequenas extrações de corpos estranhos, quando falhavam os tradicionais métodos de cauterização nas partes lesionadas.

Graças, todavia, à obstinação e à coragem de Andrea Vesalius que, ludibriando a fiscalização eclesiástica, promoveu dissecações em cadáveres, a anatomia se desenvolveu como ciência autônoma. Por este motivo, Andrea Vesalius é considerado o precursor da anatomia moderna, sendo o seu livro “De Humani Corporis Fabrica” ainda consultado em nossos dias.

O século XIX marcou um desenvolvimento notável na técnica operatória, com o emprego do éter (1842), e o do clorofórmio (1847), nas intervenções cirúrgicas. Já nesta época, Rodolf Virchow, que se notabilizou por seus estudos de patologia celular, comparava o corpo humano a um Estado e a moléstia a uma guerra civil, traindo, nessa comparação, a influência organicista de seu tempo.

O progresso vertiginoso da tecnologia de século XX, notadamente nas últimas décadas, proporcionou à cirurgia os meios necessários à sua total emancipação no campo da Medicina.

A confiança no êxito operatório e a convicção de que, nos casos específicos, a cirurgia é o recurso mais indicado para o restabelecimento do equilíbrio orgânico

tornaram-se, assim, os fatores psicológicos do seu desenvolvimento espetacular no quadro geral da Medicina. Até o ano passado, a restauração, mediante substituição de certas partes do corpo, era realizada pelo processo de enxertia. Geralmente, a operação se coroava de êxito, visto que, em se tratando de células do próprio organismo, inexistia o fenômeno da rejeição.

Em 3 de dezembro de 1967, na cidade do Cabo, África do Sul, o cirurgião, Dr. Christian Barnard realizou, para o assombro do mundo, a primeira operação de transplante cardíaco, tendo, como doadora, uma jovem de 25 anos de idade, falecida em desastre automobilístico e, como paciente, um homem de 53 anos, Louis Washkansky. Durante 18 dias de intensa expectativa, quando os prognósticos pareciam favoráveis, o primeiro homem que, nos anais da ciência, vivia com um coração alheio foi, afinal, vitimado pelo fenômeno da rejeição. Este fracasso inicial não desanimou o Dr. Barnard que, semanas após, realizou nova tentativa, tendo, desta feita , como paciente, o dentista Philip Blaiberg e, como doador, Clive Haupt, de 23 anos de idade e falecido de um derrame cerebral.

Hoje, Philip Blaíberg constitui a prova viva da vitória da cirurgia moderna, o símbolo de esperança da humanidade no seu desejo de prolongar a existência física.

A audácia do Dr. Christian Barnard contagiou os seus colegas de outros continentes, promovendo maior aproximação entre os cirurgiões de todas as partes do mundo, no afã de discutirem e aprimorarem as suas técnicas. Prova disto, foi a recente reunião na cidade do Cabo, África do Sul, a convite do Dr. Barnard, de onze dos dezesseis cirurgiões que executaram esta modalidade cirúrgica, entre eles o brasileiro Dr. Zerbini. Este,

como se sabe, realizou um transplante cardíaco no boiadeiro João Ferreira da Cunha, que, todavia, sucumbiu em virtude da rejeição. O caso cirúrgico assumiu aspectos jurídicos, quando a esposa do doador, conforme fartamente noticiou a imprensa brasileira, ameaçou de processar o Dr. Zerbini, exigindo uma quantia fabulosa em dinheiro, a título de indenização, sob fundamento de que o transplante fora feito, quando o coração do seu esposo ainda batia. Isto levantou controvérsias a respeito do que, clinicamente, se entendia por morte.

O fenômeno da rejeição é decorrente da atividade dos linfócitos na produção de anticorpos e no desligamento dos vasos, que irrigam o órgão ou tecidos transplantados, provocando isquemia e conseqüente necrose. Isto fez com que se procurasse produzir um soro antilinfocitário, com a finalidade de anular o mecanismo da rejeição.

Aliás, diga-se de passagem, o soro antilinfocitário já fora descrito em 1899 por Metchnikoff. Atualmente, se verificou que a globulina antilinfocitária é que mais protege os pacientes contra a rejeição. Este medicamento é obtido mediante a injeção de linfócitos em cavalos, cujo organismo, então, produz o soro antilinfocitário. Também se verificou que uma das condições básicas no êxito do transplante reside na identidade ou semelhança na tipagem de linfócitos entre o doador e o receptor.

Finalmente, a técnica fundamental desta operação é ainda a apresentada por Shumway, há anos, divergindo o seu emprego em algumas particularidades do transplante mediante hipotermia, ou sem ela.

Quanto ao conceito de morte, está quase definitivamente estabelecido que ela se verifica com a

falência cerebral, constatada através de uma linha isolítica, apontada no encefalocardiograma. A legislação brasileira sobre o assunto estava anteriormente disciplinada pela lei 4.280, de 6.11,63, a qual, todavia, foi revogada, recentemente, pela lei 5.479, de 10.08.68.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

27 de setembro de 1968

O desejo de perpetuação biológica é um dos instintos básicos da natureza humana. O homem não apenas anseia pela sua imortalidade pessoal, mas aspira a continuar, também, através de sua descendência.

A natureza, todavia, nem sempre proporciona a certos indivíduos as condições biológicas indispensáveis para a efetivação deste desiderato. Daí, o inevitável sentimento de frustração, que acomete a todo aquele que se sente privado de transmitir a sua herança genealógica,

A esterilidade, no passado, era considerada uma maldição dos deuses. Por isso, em quase todas as legislações antigas, onde o casamento tinha como finalidade a procriação, ela serviu de motivo para a concessão do divórcio.

Sendo a fecundação o resultado natural do intercâmbio genésico, importa saber o seu alcance, quando obtida mediante o processo a que se convencionou chamar de *inseminação artificial*.

A inseminação artificial é praticada em seres humanos desde o fim do século XVIII. Em 1784, na Espanha, a rainha Juliana, segunda esposa de Henrique IV, de Castela, cognominado de “o impotente”, foi

fecundada por este processo. Posteriormente, na Inglaterra, em 1799, John Hunter repetiu a mesma experiência na esposa de um nobre estéril, obtendo idêntico sucesso. Todavia, a violenta reação contra essa modalidade procriativa suspendeu sua continuidade até quase as primeiras décadas do século XX.

De 1941 em diante, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, a inseminação artificial voltou novamente a ser praticada, de maneira extensiva, registrando-se mais de 10 mil casos, dos quais mais de 3 mil com sêmen de doadores desconhecidos. Atualmente, nos Estados Unidos, vem-se promovendo dezenas de fecundações diárias, por inseminação artificial, em clínicas médicas especializadas, alcançando, em 1957, segundo as estatísticas, o índice significativo de 100 mil nascimentos.

Cumpre lembrar, de passagem, que, logo após o termino da 2ª Grande Guerra Mundial, foram organizados nos Estados Unidos, Alemanha, União Soviética e Inglaterra sistemas oficiais de inseminação artificial, com a finalidade precípua de recuperação do equilíbrio demográfico. No Brasil, apesar da proibição contida no Código de Ética, de 1965, a inseminação artificial é praticada, conquanto de maneira obviamente clandestina.

Até o momento, sob o ponto de vista estritamente científico, não existe qualquer contra indicação ao método de inseminação artificial. As crianças, nascidas por este processo, apresentam as mesmas características de higidez das crianças concebidas pelos métodos normais.

Muito embora, no Brasil, ainda não exista legislação disciplinando o assunto, alguns professores de Direito e juristas, como Hélio Gomes e Hahnemann

Guimarães, têm-se manifestado favoravelmente à adoção deste recurso procriativo, reconhecendo a sua legalidade jurídica.

A questão, todavia, tem levantado as mais vivas controvérsias em todos os setores interessados no assunto. Alguns juristas encaram a inseminação artificial como adultério consentido, enquanto a grande maioria dos médicos é decididamente contrária a essa prática, alegando a possibilidade de problemas emocionais entre os conjugues, após o nascimento da criança. Entendem, assim, ser preferível, no caso de comprovada esterilidade de um dos cônjuges, a adoção de uma criança.

A religião católica vem-se mostrando intransigentemente contrária à inseminação artificial. O Papa Pio XII a encarava como adultério voluntário, injustificável por quaisquer motivos, sejam biológicos, eugênicos ou jurídicos. O seu sucessor, João XXIII, jamais cogitou do assunto e Paulo VI, até o momento, não externou qualquer pronunciamento a respeito.

Outras religiões, como o protestantismo, o islamismo e o judaísmo também não admitem a inseminação artificial por acharem contrária à instituição do casamento.

Esse processo de fecundação, entretanto, não se restringe apenas à matriz feminina. A inseminação artificial *in vitro*, embora seja ainda objeto de cautelosa investigação científica, acena com a possibilidade de crianças nascerem em laboratórios, ou seja, independente da gestação uterina. Cientistas americanos e italianos já realizaram experiências dessa natureza, conseguindo manter vivos, durante determinado tempo, embriões gerados nas provetas dos seus laboratórios.

A experiência consiste na retirada, mediante intervenção cirúrgica, de um óvulo da mulher e a sua colocação junto a espermatozóides, obtidos por masturbação, em um recipiente contendo um soro de composição semelhante ao encontrado em mulheres grávidas.

Se a inseminação artificial em animais, que data do século XIV, vem sendo amplamente estimulada com a finalidade de melhoria eugênica de algumas espécies, já tendo atingido um índice tecnológico dos mais espetaculares, a inseminação artificial em seres humanos tem-se defrontado com os mais difíceis e até intransponíveis obstáculos. Mais uma vez, a Ciência e a Moral se encontram em campos opostos e a consciência do homem é convocada para resolver esse dilema.

O DIVÓRCIO

04 de outubro de 1968 e 18 de dezembro de 1970

O casamento é uma da mais antigas instituições da sociedade humana. As suas formas variam no tempo e no espaço, seja no que se refere ao modo de sua constituição, seja no que concerne ao modo de sua extinção.

As legislações antigas da nossa cultura ocidental desconheceram, por completo, a indissolubilidade matrimonial, senão em casos excepcionais. Exemplo dessa exceção era o casamento, em Roma, do flâmine de Júpiter, e na *confarreatio*.

Westermark, no seu livro "Storia dei Matrimonio" faz menção ao regime de indissolubilidade entre os nativos das ilhas de Adaman e da Nova Guine.

No código de Manu, o marido tinha o direito de repudiar a sua mulher, se esta fosse estéril durante 8 anos, se o filho morresse, ao nascer, pelo período de 10 anos, e se durante 11 anos só nascessem crianças do sexo feminino.

O culto aos antepassados, religião primitiva e comum dos indo-europeus, exigia, como condição básica de sua própria continuidade, o nascimento de filho varão, pois somente ao homem cabia a celebração do culto doméstico.

Na Grécia, a princípio, o divórcio só era permitido em caso de esterilidade. Mais tarde, porém, admitiu-se, inicialmente, o repúdio unilateral do marido e, posteriormente, o divórcio por mútuo consentimento.

Assim, também, ocorreu em Roma, tendo o *Corpus Júris* estabelecido várias causas para a concessão do divórcio.

Em relação ao marido, constituía motivo para a dissolução conjugal ser adúltero, homicida, envenenador, conspirador contra o Império, plagiário (ou seja, aquele que roubava escravos para vender), ladrão, principalmente de altares sagrados, violador de sepulturas, condenado por crime de falsidade, cúmplice, freqüentador de reuniões em casa de pessoas de má fama, seviciador e ter tentado contra a vida da mulher.

Em relação à esposa, dava ensejo ao divórcio ser adúltera, plagiária, homicida, envenenadora, ladra, principalmente de altares sagrados, violadora de sepultura, conviver com homens estranhos, passar a noite fora de casa sem autorização marital, ter assistido a espetáculo circense, sem o consentimento do cônjuge, ter conspirado contra o Império e contra a vida do marido, ou, ao menos, ter levantado a mão contra ele, e ser ré no crime de falsidade.

O Deuteronômio, livro sagrado dos hebreus, relaciona os casos, que permitiam ao marido repudiar sua mulher: adultério, mesmo por suspeita, esterilidade durante 10 anos, violação da lei mosaica, inobservância do dever conjugal, ausência prolongada e enfermidade contagiosa. Em relação à mulher, alguns desses casos, e também por causa de sevícias. Entre os babilônios, o repúdio era livre para o homem e limitado para a mulher, a qual, porém, desde que seviciada ou abandonada, poderia contrair novas núpcias. A Igreja Católica esposou a doutrina da indissolubilidade do casamento por ocasião do Concílio de Trento, em 11 de novembro de 1563. O Papa Leão XIII, na sua encíclica *Arcanun Divine*, condenou, definitivamente, o divórcio, apenas permitindo a separação dos cônjuges. O Papa Pio IV confirmou este princípio na famosa encíclica Syllabus. Antes, porém, do Concílio de Trento, outros concílios admitiram o divórcio. O Concílio de Verbéria o admitiu no caso de adultério ou tentativa de morte. O de Compiegne, no caso de lepra. O de Toledo e o de Roma, no de adultério.

O divórcio, porém, encontrou acérrimos adversários como Santo Agostinho e São Jerônimo. E, por ocasião do Concílio de Arles, em 352, que contou com a participação de 369 bispos, foi esposada a tese da indissolubilidade, defendida por Santo Agostinho. Martinho Lutero admitiu o divórcio, e a Igreja Grega o restringiu aos casos de adultério. Os muçulmanos aceitam o repúdio apenas por parte do homem, mas advertem que este procedimento é contrário à vontade de Deus, se derivado de leviandade ou de mero capricho.

Atualmente, apenas a Itália, a Espanha, a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile e a Colômbia não

admitem o divórcio. Todavia, entre os povos que o aceitaram, são observadas as seguintes variações.

Em Cuba e em Salvador, os divorciados não podem casar novamente. No Uruguai, não pode o divorciado casar mais de duas vezes. Na Bélgica, é proibido o casamento do cônjuge adúltero com o seu cúmplice. E, finalmente, na Venezuela, o divorciado está impedido de contrair novas núpcias durante o prazo de 5 anos.

Inúmeras são as causas para a concessão do divórcio nas diversas legislações. Assim, vejamos: adultério - em vários países; concubinato escandaloso - Peru, Bélgica, Venezuela, Uruguai e países da América central; tentativa de prostituir a esposa – Salvador; conduta desonrosa – Suíça; crime contra os costumes – Noruega; impudicícia culposa – Dinamarca; vícios contra a natureza – Estónia; conduta imoral – Salvador; proxenetismo - Salvador, Cuba e México; condenação criminal - Itália, Suíça, Espanha e Nova Iorque (Estados Unidos); sevícias e injúrias graves - Áustria, Suíça, Noruega, Suécia, Dinamarca e Tchecoslováquia; avareza do marido – Chile; embriaguês habitual - Peru, Colômbia e Costa Rica; uso de estupefacientes - Maine, Massachussetts (Estados Unidos) e Tchecoeslováquia; paixão pelo jogo - Portugal, Chile, Cuba e Peru.

São ainda causas de divórcios, certas doenças crônicas e contagiosas, a epilepsia, a lepra e a impotência. E, como motivos para a dissolução da sociedade conjugal: alienação mental incurável - Portugal, Alemanha e Suíça; sífilis - Bélgica, México e Suécia; doenças venéreas - Noruega, Suécia, Dinamarca, Portugal, Cuba e Estónia; tuberculose – México; histeria – Estónia; incompatibilidade de caracteres - Suécia, Cuba, Grécia, Tchecoslováquia, Estônia e União

Soviética; ausência e vida nômade - Missouri (Estados Unidos) e Noruega; falência - Nova Iorque; atos fraudulentos - Nova Iorque; pertencerem os cônjuges a raças diferentes - Nova Iorque.

O divórcio por mútuo consentimento é encontrado na Dinamarca, Suécia, Suíça, Noruega, União Soviética, Holanda, Cuba, México, Uruguai, Portugal (para os não católicos), Venezuela, Equador, Guatemala e Salvador.

No Uruguai e na União Soviética, o divórcio é unilateral, e não há necessidade de declaração de causa.

No Brasil, as tentativas realizadas para a implantação do divórcio não lograram resultados satisfatórios, principalmente por motivos de ordem religiosa. Grande, porém, já é o número de seus defensores, o que significa a possibilidade de sua admissão na legislação brasileira.

A REVOLUÇÃO FEMININA

11 de outubro de 1968

O nosso século presencia o processo irreversível de uma das maiores revoluções: a revolução feminina. A mulher que, em passado ainda bem próximo, era uma simples projeção dos interesses masculinos, começa, aos poucos, mas seguramente, a assumir a direção do seu próprio destino, definindo a sua posição na sociedade. A tradição de sua inferioridade foi um estigma, que, infelizmente, ainda não se apagou da memória social, revelando os longos séculos de impiedosa dominação masculina.

Na antiga civilização indo-européia, a mulher era considerada propriedade do marido. Não possuía prenome. Não herdava. Não podia divorciar-se, mas a lei permitia que fosse repudiada pelo marido. Quando morria, não restava sequer a sua lembrança, visto não merecer nenhum culto especial.

Durante toda a sua vida era tutelada pelo homem, quer na qualidade de pai, quer na de esposo, filhos e parentes. O parto era considerado uma impureza e, por isso, o filho tinha de ser purificado mediante um ritual.

Em Roma, segundo informa Plutarco, as mulheres não podiam comparecer perante a Justiça como demandistas, acusadoras e acusadas, nem mesmo na qualidade de testemunhas.

Na Grécia, durante a época clássica, a mulher mereceu alguns pequenos privilégios, como, por exemplo, o de divorciar-se.

Na Índia, até as primeiras décadas do século XIX, as viúvas, ou eram forçadas a passar o resto da vida em reclusão, ou queimadas vivas na pira funerária do marido. O Código de Manu prescrevia:

“A mulher, durante a infância, depende do pai; durante a juventude, do marido; por morte do marido, depende dos filhos; se não tem filhos, depende dos parentes próximos do marido, porque uma mulher jamais deve governar a sua vontade.”

Os filósofos gregos, em que pese o seu alto espírito humanístico, não proporcionaram à mulher um tratamento melhor. Aristóteles a equiparava ao bárbaro e ao escravo.

Entre os povos da Antiguidade, ela constituía troféu de guerra, após a vitória.

O adultério da mulher, nas legislações mais antigas, era punido com a morte, e o homem, por esse

fato, não sofria qualquer punição. Entre os judeus, era condenada à pena de lapidação. No século XVII, nas comunidades puritanas da Nova Inglaterra, a adúltera era marcada com um **A** vermelho.

A religião judaica considera a mulher responsável pela queda espiritual do homem. O Gênesis relata a terrível maldição que Iavé impôs a Eva, após a expulsão do primeiro casal humano do paraíso: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará”. O mênstruo era considerado impureza e, nesse período, tudo o que a mulher tocasse se tornava, também, impuro.

A lenda grega de Pandora é uma réplica da Eva judaica. A curiosidade - a decantada curiosidade feminina - de Pandora levou-a a abrir a caixa proibida e todos os males, que ali se achavam, se espalharam pela Terra.

A religião islâmica ensina que a mulher é desprovida de alma. As huris, que existem no paraíso muçulmano, não são as almas das mulheres que morreram, mas criações de Alá para a satisfação da luxúria dos seus fervorosos beatos. Aliás, diga-se de passagem, que, em certo concílio, os padres da Igreja Católica discutiram a possibilidade de a mulher possuir uma alma. Felizmente, o resultado lhe foi favorável.

O Cristianismo, também, se colocou ao lado da corrente antifeminista. São Paulo, na sua 1ª Epístola a Timóteo 2:12, doutrina: “Não permito que a mulher ensine nem que exerça autoridade sobre o marido”. Na 1ª Epístola aos Coríntios 11:9, preceitua: “O homem não foi criado por causa da mulher e, sim, a mulher por causa do homem”. E, finalmente, na Epístola aos

Efésios, 5:24, adverte que “as mulheres sejam em tudo submissas a seus maridos”.

Clemente de Alexandria via na mulher o símbolo da luxúria. Santo Ambrósio e João Crisóstomos apregoavam a sua malignidade, e São Tomás de Aquino afirmava ser da ordem natural das coisas a eterna submissão da mulher ao homem.

Durante a Idade Media, ela foi perseguida como feiticeira e queimada, após julgamento sumaríssimo, nas fogueiras da Inquisição. Em 1484, os dominicanos Henry Kramer e Jacob Sprenger publicaram um guia para a caça às feiticeiras, denominado “Malleus Maleficarum” (O Martelo das Feiticeiras), onde se lê, entre outras coisas: “Toda feitiçaria provém da luxúria, que nas mulheres é insaciável”. E conclui: “Portanto, para saciar seus apetites carnais, elas se associam até com o demônio.” O Papa Inocêncio VIII foi um grande incentivador dessa original caçada, que atingiu o seu ponto culminante na Alemanha. Acreditava-se, na época, que o diabo deixava um estigma no corpo da feiticeira. Assim, qualquer sinal no corpo de uma mulher era prova suficiente para levá-la à fogueira, sob acusação de feitiçaria.

Na Idade Média, a mulher era considerada um animal muito útil, servindo para carregar água, preparar comida, tecer roupas, criar meninos e inúmeras coisas mais, inclusive à satisfação irrecusável do marido. O “*Leges Alamannorum*”, do Século IX, prescrevia que, se o homem matasse uma jovem, deveria pagar ao seu dono a importância de 200 sólidos e, se a mulher fosse madura, 600 sólidos.

No nosso mundo ocidental, até as primeiras décadas do século XIX, a mulher permaneceu, sob as mais diversas formas, subjugada aos interesses

masculinos. Em quase todos os setores, ela era considerada inferior ao homem, preconceito este que influiu até no pensamento de filósofos como Schopenhauer e Nietzsche.

A História e a Antropologia nos demonstram a imensa variedade dos papéis desempenhados pela mulher nas mais diversas sociedades e nas mais diferentes épocas.

Na África, os trabalhos mais pesados são atribuídos às mulheres.

No Irã, elas são consideradas frias e calculistas enquanto os homens são emotivos, intuitivos, preferindo a poesia à lógica.

A mulher italiana da Renascença era bastante passional e considerada uma verdadeira virago.

A inglesa da época vitoriana estava proibida de manifestar prazer sexual.

Entre algumas tribos primitivas, a mulher possui todos os atributos do homem ocidental.

A biologia aponta dezenas de exemplos em que a fêmea é mais forte ou mais dominadora do que o macho, sendo, sexualmente, o parceiro ativo e conquistador.

Conquanto o movimento feminista se iniciasse, verdadeiramente, no século XIX, possui, no passado, notáveis precursores. Platão entendia não existir profissão especificamente masculina ou feminina. No século XII, o médico e filósofo maometano Averróis, renomado intérprete de Aristóteles, argumentava que a mulher não era diferente do homem em qualidade, mas em grau, sendo capaz de desempenhar todas as ocupações masculinas, segundo as circunstâncias. No século XIV, William de Ockham sustentou a opinião de que a mulher possuía uma alma para salvar.

Uma das conseqüências da 2ª Guerra Mundial foi a de introduzir a mulher, definitivamente, na vida econômica, colocando-a ao lado do homem na disputa pelas melhores posições na estrutura social. Nos Estados Unidos da América do Norte, segundo informam as estatísticas, 25 milhões de mulheres trabalham fora de casa, dos quais 3 milhões são mães de filhos ainda pequenos. Em 1959, mais da metade delas possuía independência econômica, apresentando um índice de 33% de mulheres casadas. Em 1958, 35% das mulheres estavam inscritas em todas as instituições de ensino daquele país.

Pouco a pouco, principalmente nos países mais desenvolvidos, o homem vai aceitando a realidade da emancipação total da mulher. Quando, um dia, esta igualdade se transformar em realidade, a humanidade terá iniciado o seu ciclo mais produtivo na sua jornada para o Infinito.

O VESTUÁRIO E A MORAL

18 de outubro de 1968

Conforme J. C. Flugel, “as roupas servem a três finalidades principais: enfeite, pudor e proteção”. Tudo indica que o enfeite foi o motivo principal da adoção das vestimentas, pois os dados antropológicos demonstram a existência de povos sem roupas, mas não sem enfeites. Entre os primitivos, os chefes se destacavam pela quantidade de vestes, que acumulavam sobre o corpo. Margaret Mead relata que os homens da tribo Tchambuli costumam adornar-se com flores nos cabelos.

O fator proteção parece, de todos, ser o mais irrelevante. Certos povos primitivos, notadamente os habitantes da Terra do Fogo e os monges de alguns mosteiros tibetanos, conseguem sobreviver, sumariamente vestidos, sob baixíssimas temperaturas.

Estudos psicanalíticos evidenciam a correlação entre as roupas e o elemento sexual. Elas constituem uma espécie de segundo corpo, revelando, sob determinados aspectos, um indisfarçável simbolismo fálico. O enfeite faz ressaltar o seu conteúdo narcisista, corrigindo certas deficiências corporais e conferindo prestígio, ao determinar a posição social do seu portador. O guerreiro primitivo conduzia consigo as lembranças anatômicas dos seus adversários abatidos, como colares feitos de dentes e braceletes, de maxilares, ressaltando-se, ainda, o escalpelo muito apreciado pelos índios norte-americanos.

Entre as técnicas de ornamentação, empregadas pelos primitivos, podemos salientar a cicatrização, como embelezamento por meio de cicatrizes, a tatuagem, a pintura, a mutilação e a deformação, como plástica corporal. A cicatrização é uma prática muito difundida entre certos povos selvagens, notadamente as tribos da Austrália. Os povos guerreiros consideravam as cicatrizes como símbolos de honraria. A tatuagem é ainda praticada em nossos dias, principalmente em certos grupos sociais. A pintura completa é encontrada em algumas tribos selvagens, por ocasião de festividades ou acontecimentos especiais. As mulheres ocidentais empregam, também, a pintura no intuito de destacar ou corrigir certas regiões anatômicas. A mutilação, praticamente desaparecida, existe, residual-mente, no hábito das mulheres de furarem as suas orelhas. O caso mais notório de deformação, no mundo

oriental, é a diminuição, por processos artificiais, dos pés das mulheres chinesas. Sabe-se, todavia, que, em Creta, há mais de 2.000 anos a.C., os homens e as mulheres estreitavam a sua cintura, utilizando-se de apertados cintos de metal. O ideal da cintura delgada ressurgiu nos últimos 100 anos na Europa.

Além desses processos decorativos na própria carne, os homens fizeram do vestuário um motivo de satisfação narcisista, ampliando as suas formas e distinção pessoal, graças ao emprego de perucas, sapatos de salto alto, enchimentos internos, plumas, fitas, cintas, etc.

As roupas não possuem apenas a finalidade de proteção física, mas também de proteção psicológica e espiritual. Certas vestimentas, segundo algumas crenças, neutralizam a ação dos espíritos e os atentados de natureza mágica, facilitando, inclusive, o intercâmbio com o mundo sobrenatural. Esoteristas e ocultistas, como Prentice Mulford, asseguram que as roupas possuem a misteriosa propriedade de absorver certos princípios de natureza mental, resultando, daí, o inconveniente, de se usar vestimentas, que pertenceram a outras pessoas. Admitem alguns psicanalistas que, em certas situações, elas representam o principio materno, fornecendo calor e proteção contra a frieza e a agressividade do mundo exterior. Os movimentos de abotoar e desabotoar as roupas são representações inconscientes do nosso modo de reagir em certos ambientes e em determinadas situações.

É costume, em nossos dias, afirmar-se que a mulher se preocupa, obsessivamente, com a sua apresentação pessoal. Todavia, entre os selvagens, o macho é mais ornamental do que a fêmea, o mesmo acontecendo com a maioria dos animais. Mesmo na

nossa civilização masculina ocidental, as vestes femininas não se igualam em suntuosidade a certos uniformes militares.

A partir da queda do Império Romano até o fim do século XVIII, não existia grande diferença de indumentária entre os dois sexos. Da Renascença em diante, os homens abastados começaram a se ocupar, ativamente, com o vestuário, que, no dizer de Burckhardt, constitui um meio de expressão individual. Com a introdução do chamado “decolleté”, ou seja, uma combinação inteligente de roupa e de nudez, a mulher, quase ao final da Idade Média, diferençou seu vestuário do vestuário masculino, que permaneceu fazendo de sua suntuosidade o único recurso de destaque pessoal. Os psicanalistas procuram explicar esse fato, afirmando que, na mulher, a libido sexual se difunde por todo o seu corpo, enquanto que, no homem, ela se encontra totalmente concentrada na zona genital. Daí, a razão pela qual a exposição do corpo feminino produz maior impressão erótica do que o corpo masculino.

No final do século XVIII, o imponente vestuário masculino sofreu uma profunda e radical transformação. A Revolução Francesa, com suas transformações políticas e sociais, foi a causa principal desse acontecimento. Os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade eram, substancialmente, incompatíveis com o uso de roupas, que criavam diferenças sociais entre os homens, resultando, disto tudo, a sua uniformização e simplificação. Esse processo de democratização das roupas ainda prossegue em nossos dias, notadamente nos países socialistas. O século XVIII, na verdade, foi o período de maior artificialidade na indumen- tária, relegando o corpo a um plano secundário. A Revolução Francesa, todavia, fez reviver o ideal helênico, que

descobrira no corpo humano uma “beleza inexcedível”, enquanto as roupas apenas desempenhavam um papel accessório. Pleno, também, de artificialismo foi o período Vitoriano, onde toda a atenção estética se concentrava na quantidade e na beleza das indumentárias.

O ascetismo da Idade Média obrigou a mulher a reduzir, quase ao desaparecimento, o volume dos seios, mediante o uso de espartilhos. Na Renascença, porém, estes mesmos espartilhos foram empregados para fazer ressaltá-los. Em compensação, a Renascença produziu um desusado interesse pela região abdominal, artificialmente destacada, para dar a impressão de permanente gravidez. No século XVIII, a acentuação abdominal foi abandonada, para dar lugar a uma valorização dos seios e dos quadris. Os trajes masculinos da Renascença, enfatizando a exuberância física, eram de uma justeza quase anatômica e cheios de ornamentos multicores.

Na metade do século XIX, os trajes desnudavam os seios femininos e acentuavam, artificialmente, as suas nádegas.

Até a Idade Media, o uso das calças por parte do homem foi considerado, no Ocidente, como “efemenização” e “barbarismo”.

Historicamente, tudo indica que o uso de calças foi introduzido em nossa civilização pelos invasores do Norte, que destruíram o Império Romano, como também pelos povos do Oriente, principalmente os Persas.

O ascetismo cristão, que não via com bons olhos a exposição do corpo, facilitada pelo costume das vestes soltas, incentivou, sobremaneira, a adoção dessa indumentária.

Hoje, a saia é somente usada pelo homem por motivos de tradição e em determinadas circunstâncias,

ou em certos ritos de iniciação ou atividades sacerdotais. O Cristianismo anatematizava a nudez, e via o corpo como a oportunidade do pecado e da perdição. Também o banho era considerado uma ocasião favorável à tentação satânica. Não é, portanto, de estranhar que São Francisco de Assis e Santa Catarina de Siena considerassem a sujeira corporal uma das “flores da santidade”. Contrariamente ao que prega o Cristianismo, certas filosofias existencialistas apregoam que o nudismo constitui a única solução para o problema da moral sexual.

A PROSTITUIÇÃO

8 de novembro de 1968; 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1971.

A prostituição é um fenômeno social, que existiu em todos os tempos e em todos os lugares, sob as mais diversas formas de manifestação.

Os hebreus adotaram a prostituição hospitaleira, costume este ainda vigente entre alguns povos contemporâneos.

Na Babilônia, por força da Lei de Nenrod, todas as mulheres eram obrigadas a se prostituir nos altares da deusa Milita, pelo menos uma vez na vida. A prostituição religiosa, que enriqueceu a Babilônia, também era praticada na Fenícia, em Chipre, na Lídia, na Pérsia, no Egito e em Cartago. Ródope foi a mais famosa prostituta egípcia e, segundo a lenda, com a fortuna que acumulou no seu ofício, ajudou a construção da pirâmide de Mikerinos.

Durante a idade áurea da cultura grega, as prostitutas desempenharam um papel preponderante em cidades como Atenas e Corinto, enriquecendo, principalmente, esta última. Conta-se que o próprio Sólon prescrevia a freqüência aos bordéis como único remédio eficaz contra a prática da homossexualidade. Atribui-se, ainda, a Sólon a fundação do primeiro bordel ateniense.

A prostituição na Grécia chegou a tal ponto que uma certa mulher, chamada Nicarita, educava meninas para a profissão de prostituta.

Em Atenas, o Estado tributava a prostituição, e Sólon imaginou uma vestimenta especial para as meretrizes.

A História guardou o nome de famosas hetaíras, ou seja, as prostitutas que se destacavam pela sua intelectualidade e que se tornaram companheiras de celebres artistas, filósofos e guerreiros, como Aspásia, amante de Péricles, Taís, amante de Alexandre Magno, Frinéa, amante de Hipérides e famoso modelo de Praxíteles e, finalmente, Laís, que se tornou amante de alguns personagens históricos.

Na Grécia, as “Dionisíacas”, que eram orgias populares, tinham a participação de todas as famílias, sem distinção de sexo e idade.

Em Roma, se comemoravam as "Lupercais" e as "Florais”, no mesmo estilo das "Dionisíacas" gregas. Roma chegou a apresentar o alto índice de 35.000 prostitutas, destacando-se, entre as mais famosas, Messalina, Cíntia, Lésbia e Clódia.

Durante os tempos de Tibério, Calígula e Cláudio, a prostituição atingiu o auge, inclusive com a instalação de lupanares no palácio dos Césares. Catão, no V século a.C., instituiu a primeira censura contra a atividade das prostitutas, e o escritor satírico Marco Valério Marcial procurou ridicularizá-las nos seus escritos. Entre as mais célebres cor-tesãs romanas, se destacou Teodora, que se tornou esposa do imperador Constantino.

Na Idade Média, a profissão de prostituta estava regularizada na Europa e sujeita, assim, à tributação. A própria Igreja Católica arrecadava rendas das casas alugadas aos proprietários de bordéis. A prostituta, todavia, era obrigada a usar marcas distintivas nos ombros ou no braço e, em algumas cidades, tinham, como função, receber visitantes ilustres, prestar-lhes as honras de estilo e participar, ativamente, das festividades públicas.

As prostitutas medievais seguiam os exércitos e estavam subordinadas à disciplina de um único homem, que era chamado de “sargento das prostitutas”. A prostituição nos conventos medievais constituiu uma das páginas mais escandalosas da civilização ocidental,

Em Roma, no tempo do Papa Sixto IV, o número de meretrizes atingiu a cifra de 7.000 para uma população de 70.000 habitantes, percentual este jamais ultrapassado pelas metrópoles modernas.

Na China, por volta de 720 a.C, o Estado se preocupou com a regulamentação da atividade das prostitutas e, no Japão, em 1617, criou-se um bairro especial para elas, chamado Yoshivara, cujo luxo foi descrito por inúmeros viajantes,

Em Paris, os estudantes e as prostitutas, por causa de suas badernas, tornaram-se uma permanente ameaça à ordem pública. No século XIII, Luis IX (São Luis), monarca francês, resolveu combatê-las. Assim, em 1254, baixou o célebre Edito das Prostitutas, onde ameaçava de confisco de bens e expulsão da cidade aquelas que não renunciassem à sua profissão. Sorbonne, ao tempo deste soberano, ficou sendo conhecido como o bairro dos estudantes pobres e das prostitutas arrependidas. No século XIV, elas ficaram confinadas em determinadas zonas da cidade, e foram obrigadas a usar trajes especiais para distingui-las. Passaram a usar uma franja vermelha no ombro esquerdo, quando saíam a passeio e, semanalmente, eram submetidas a exame médico.

No século XVII, na França, as princesas Margarida de Borgonha, Joana de Poitiers e Branca de La Marche atraíam mancebos para as suas secretas bacanais na Torre de Nesle e, depois, mandavam matá-los, jogando seus corpos nas águas do rio Sena.

As mais famosas cortesãs francesas, durante o reinado de Luis XIII, foram Luisa Labé, Ninon Lenclos e Marion de Lorme, que reuniram, em torno de si, as figuras mais representativas da elite intelectual, artística e política da época. No campo político, se destacou Madame Pompadour, que exerceu poderosa influência sobre o rei Luis XV. Foi Pompadour quem criou o famoso bordel de mulheres jovens, chamado o Ermitage.

As cortesãs italianas da Renascença imitaram, em cultura, as hetaíras gregas. Entre elas, se tornaram famosas Impéria, que morreu riquíssima e cercada de grande prestígio, Túllia d'Aragona, Veronica Franco, Camilla de Pisa, Alessandra Fiorentino e Lucrezia de Aretino.

Sob o reinado, de Jorge III, na Inglaterra do século XVIII, foi criado um bordel especialmente para a Corte. Nos séculos anteriores, esse expediente era dispensável, pois se escrevia na porta de um aposento: “quarto das prostitutas do rei”. Entre as cortesãs inglesas se destacaram Madame Cornelys, Miss Chudleigh e Mrs. Pendergat.

Entre os séculos XVIII e XIX, floresceram, na Inglaterra, os prostíbulos de flagelação. E, até o século XIX, Bruxelas e Antuérpia se notabilizaram pelo comércio de escravas brancas.

Na Alemanha, durante a época de Frederico Guilherme II, existia um seguro municipal, de caráter compulsório, para as prostitutas, denominado de “Caixa de Salvação das Prostitutas”.

Na Rússia, ficaram célebres os bordeis de Dresdenska e Riedl, nos tempos de Frederico II e de Catarina II, respectivamente.

No século XIX, na França, o famoso Palais Royal foi considerado o maior bordel de sua época .

Na Revolução Francesa, as prostitutas subornaram os soldados, mostrando-lhes os corpos desnudos e prometendo entregar-se a eles, se passassem para o lado dos revolucionários, o que, de fato, aconteceu. As mulheres, comandadas por Théroigne do Méricourt, que foi amante de Desmoulins, Danton, Barnaves e Mirabeau, participaram das execuções e sevícias e, segundo os comentaristas da época, influíram, poderosamente, nos massacres e torturas cometidos em nome da Revolução.

No século XVIII, Rétif de la Bretonne, escritor versátil e profundo estudioso da prostituição, afirmou que, nos grandes centros, ela era necessária à conservação moral de certas mulheres. Em 1840, existiam, em Paris, 42.700 prostitutas registradas para uma população de 900.000 habitantes. A Belle Époque prestigiou as prostitutas e os lupanares, através de escritores e artistas famosos, como Baudelaire, Zola, Maupassant, Toulouse-Lautrec, Van Gogh e Degas. Entre as cortesãs desta época se destacaram a bela Otero e Casque d'Or.

Na Rússia, em 1918, a prostituição foi proibida e os bordéis, fechados. O mesmo ocorreu na Alemanha, em 1927, e a Liga das Nações, em 1929, condenou todos os países que toleravam, oficialmente, os prostíbulos.

A prostituição é um problema social, cuja complexidade reside na multiplicidade de suas causas. As duas guerras mundiais agravaram ainda mais certas facetas deste problema. Tudo indica que o fator econômico seja um dos mais preponderantes.

HABITAÇÃO

29 de novembro de 1968

Desde os tempos mais remotos, o homem procurou um refúgio para defender-se da hostilidade da natureza e da agressão dos animais selvagens. De conformidade com a localização geográfica e o material disponível, ele construiu os mais diversos tipos de habitação.

Os caçadores e os pescadores pré-históricos habitavam em cavernas; os pastores, em toldos de pele, levantados sobre postes; os lavradores fabricavam choças com ramas entrelaçadas e cobertas de barro. Foram estas as formas primitivas de habitação.

Durante o neolítico, em determinadas regiões da Itália, Suíça e norte da Europa, apareceram as palafitas, ou seja, habitações de madeira sobre plataformas suspensas por espécies de pilotis à superfície dos rios.

No Egito, a arquitetura teve um caráter predominantemente religioso. Os seus edifícios mais notáveis são os templos e os túmulos geralmente construídos de pedra. O povo, no entanto, habitava em casebres e o próprio faraó em palácio feito de tijolo. A arquitetura mesopotâmica pou- co subsistiu face à fragilidade do material utilizado nas construções.

Creta também se notabilizou por seus palácios, notadamente no período compreendido entre 1700 a 1200 a.C. A arquitetura grega, que influenciou, sob muitos aspectos, a concepção arquitetônica européia, atingiu seu ponto culminante entre os séculos V e IV a.C. Exemplos disso são o Partenon, o Teatro e o Ágora. Roma introduziu um sentido mais funcional e pragmático à sua arquitetura, conquanto sofresse forte influência helênica. Notabilizou-se pelo emprego de técnicas

próprias, cabendo-lhe a descoberta do concreto e a construção de casas de vários andares. A construção civil romana destacou-se pela criação de foros, anfiteatros, termas, aquedutos e pontes. Entre eles, os mais famosos foram o Panteão e o Coliseu.

Com o advento do Cristianismo, a arquitetura religiosa tornou-se, mais uma vez, preponderante com a adaptação de velhas formas arquitetônicas romanas. Bizâncio criou um estilo peculiar, caracterizado pela exuberante decoração de mosaicos. Data desta época, o aparecimento da cúpula, que culminou com a construção da famosa Catedral de Santa Sofia, no século VI d.C.

A chamada arquitetura românica é um misto de arquitetura romana, pelo aspecto formal, e cristã pelo espírito que a orientava. Caracteriza-se pela integração de escultura e ornamentação.

No século XIII, surgiu, na Europa, em substituição à arquitetura românica, o estilo gótico, que se caracterizou pela verticalidade e leveza, ao contrário do românico, horizontal e pesado. Estruturalmente, ele se personalizou pelo arcobotante e pela abóbada ogival,

O século XVII marcou o aparecimento da arquitetura renascentista, que se impôs em toda a Europa, apresentando certas variações regionais. Dentro dessa concepção arquitetônica renascentista, surgiu o estilo barroco, que se desenvolveu, principalmente, na Itália e na Espanha.

No século XVIII, o barroco francês se destacou dos demais e desenvolveu um estilo próprio, conhecido pelo nome de rococó, que, mais tarde, foi transportado para o continente americano.

A arquitetura islâmica, cujas formas típicas são a abóbada, o minarete e o arco em ferradura, também se

tornou peculiar pela decoração abstrata, chamada de arabesco.

A arquitetura chinesa, refletindo as idéias religiosas e filosóficas do seu povo, teve como forma característica, o pagode, as pontes e os quiosques. A arquitetura chinesa influenciou, decisivamente, a japonesa, que dedicou grande importância aos jardins, sendo a madeira o material favorito de suas construções.

Se, no século XIX, os arquitetos procuraram imitar os velhos modelos clássicos, os seus colegas do século XX desenvolveram uma concepção arquitetônica, que se caracterizou pela simplicidade e funcionalidade.

Os pobres, em sua maioria, não possuem uma casa para morar. Na Europa, por exemplo, no inicio da era industrial, grande era o número de pessoas, que dormiam na rua. Em Calcutá, até data recente, 600.000 mil pessoas dormem ao relento. Um recenseamento efetuado em Bombaim, no ano de 1963, revelou que, em cada 66 pessoas, uma vivia desabrigada, enquanto outras 77.000 moravam embaixo de escadas, em currais de gados e outros lugares semelhantes.

Ao lado do fenômeno social conhecido pelo nome de grilagem, ou seja, pessoas que não têm onde morar, existe o problema das favelas e da sua superpopulação. Em 1948, em Bombaim, o número de pessoas que ocupavam um quarto atingia a média de 7, não sendo incomum o aglomerado de 10 pessoas num espaço de 3,00x4,50. No Panamá, num quarto de 4,50x4,50 residem até 20 indivíduos, que dormem em sistema de revezamento. Em Kingston, Jamaica, 9 pessoas ocupam uma área do 1,80x3,00 metros. Em Ghana, na cidade de Acra, no ano de 1960, a ocupação média, por residência, era de 19 pessoas. Em Hong-Kong, 5 ou 6 pessoas ocupam cubículos, que medem, aproximadamente 3,70

m2. Em Singapura, 6 a 8 pessoas, inclusive até 5 crianças, dormem no espaço de 2,10x3,00 metros.

A grilagem é um fenômeno inerente às regiões subdesenvolvidas, apresentando maior índice de incidência na Ásia, África e América Latina. Atualmente, na Turquia, há cerca de 240.000 grileiros. Eles constituem 45% da população de Ancara, 21% da de Istambul e 18% da de Izmr. Em 1951, totalizavam um número de 600.000 em Bagdá e de 20.000 em Basra, no Iraque. Em Karachi, representam 1/3 da população. Eles constituem 20% da população de Manilha e, na Venezuela, a sua proporção é de 65%. Em Cali, na Colômbia, o índice de grileiros é de 30%. Em Santiago do Chile, 25%, em Singapura 15% e em Kingston, Jamaica, 12%. Em Delhi moram cerca de 150.000 grileiros.

As catástrofes, como terremotos, furacões e enchentes, têm contribuído para o agravamento do problema habitacional. Os furacões nas Índias Ocidentais destroem, freqüentemente, centenas de residências. Terremotos no Chile e enchentes no Extremo Oriente têm produzido os mesmos efeitos catastróficos. Milhões de pessoas enfrentam, continuamente, o perigo de enchentes na Índia e, em 1965, quando o Mahanadi, o maior rio da província de Orissa, atingiu seu mais alto nível, deixou ao desabrigo cerca de 300.000 pessoas. Recentemente, os países têm-se preocupado seriamente com o problema habitacional, exercendo pressão sobre as Nações Unidas, exigindo-lhe uma ação mais ampla nesse sentido.

No Brasil, esse problema tem sido um dos mais angustiantes, em virtude mesmo da diversidade demográfica, ecológica e econômica de suas regiões.

A EDUCAÇÃO SEXUAL

20 de dezembro de 1968

Em época alguma como a nossa, o homem se preocupou tanto com o problema do sexo. Um dilúvio editorialista inunda as nossas livrarias e bancas de jornal com publicações nem sempre de caráter científico, objetivando interesses, não raramente, inconfessáveis.

A história demonstra que o sexo nem sempre foi a preocupação básica do espírito humano. Nem todos os povos fizeram da relação sexual a razão fundamental de sua própria existência.

Sexo e religião sempre estiveram intimamente entrelaçados. O ato sexual está presente em todas as cosmogonias, mas revestido de um simbolismo, nem sempre compreendido por certos estudiosos do assunto. As religiões antigas entendiam a criação cósmica como resultante de um ato genésico da divindade.

É questionável a afirmativa de que a chamada prostituição religiosa na Índia, Pérsia, Egito, Cartago, Fenícia e Babilônia tivesse uma finalidade orgiástica, de natureza tipicamente libidinosa,

É evidente que as comodidades materiais podem induzir o homem a superestimar os prazeres sensoriais, entre eles, notadamente, os proporcionados por uma vida sexual satisfatória. Assim aconteceu no apogeu de Roma. Assim acontece, via de regra, entre as classes e os indivíduos abastados.

Se a liberdade sexual conduziu a humanidade a inevitáveis exageros e aberrações, também a sua repressão violenta proporcionou desajustamentos e

neuroses, rotulados de misticismo, como aconteceu nos mosteiros medievais. Acreditavam aqueles cristãos misoneístas e ginófobos que o corpo era a sede do pecado e se martirizavam com macerações, jejuns e flagelações para acalmar a luxúria satânica do desejo sexual. O sexo era a perdição do homem, assim ensinavam os Doutores da Igreja, esquecidos de que Deus ordenara, segundo o livro do “Gênesis”, que os seres humanos crescessem e se multiplicassem.

A seita dos essênios, à qual, conforme alguns autores, o próprio Jesus pertencera, pregava a castidade, sem, contudo, adotar qualquer atitude violenta contra a relação sexual,

A Idade Média se caracterizou pelos paradoxos sexuais, onde a castidade, nem sempre espontânea, se alternava com impressionantes manifestações de bestialidade e perversão. As seitas dos Valdenses e Turlupinos praticavam a comunidade das mulheres e rejeitavam a violência em quaisquer de suas formas. Os Picardos ou Adamitas costumavam andar nus, pois consideravam a roupa um sinal de escravidão e de pecado. Também, no Oriente Próximo, a seita dos Ismaelitas, mais conhecidas pelo nome de haxixins (comedores de haxixe), praticavam a comunidade das mulheres.

Na Rússia, durante o reinado de Pedro, o Grande, apareceu a curiosa seita dos Scopitas, ou castrados. Diziam os seus adeptos que o pecado original não pode extirpar-se senão pela amputação das partes genitais dos homens e dos seios das mulheres. A castração era, assim, o preço do paraíso. Os duobores, que surgiram na Rússia em meados do século XVIII, impressionaram o mundo por seus elevadíssimos princípios éticos, conquanto fossem nudistas. Ainda neste século,

escritores como Sade e Masoch se fizeram, através de seus escritos, os representantes típicos de certas formas de aberração sexual, que passaram a ser conhecidas pelos nomes de sadismo e masoquismo. A literatura erótica da época teve, como seu representante máximo, Retif de La Bretonne, e o amor aventureiro e irresponsável, o famoso Casanova de Seingalt.

O sexo, de conformidade com as épocas e os lugares, foi exaltado e humilhado, liberado e proibido, santificado e depravado, isolado da vida ou integrado nela.

Freud, a princípio, definia a libido como apenas energia sexual. Porém, milênios antes dele, os iniciados hindus identificavam a energia sexual com a kundalini, misteriosa força vital, adormecida no chacra básico, situado à altura dos órgãos genitais. O despertar da kundalini, mediante certas técnicas específicas, produzia a sua subida até o chacra coronário, situado no alto da cabeça, o que resultava na iluminação do homem e na sua libertação definitiva do ciclo reencarnatório.

A educação sexual, que se fundamenta no aproveitamento racional e no uso adequado das funções genitais, constitui um interesse fundamental da sociedade. Os mais renomados educadores se têm debruçado sobre os problemas resultantes da sexualidade, observando as tendências pessoais de cada indivíduo, a condição social em que vive e a sociedade a que pertence. O dogmatismo e o liberalismo, por suas posições extremas, contribuem, de certo modo, para aumentar a complexidade das relações sexuais.

A EUTANÁSIA

3 de janeiro de 1969

A eutanásia, palavra de origem grega, significa morte suave, morte calma. Teologicamente, é a morte em estado de graça.

Como método, ela objetiva a extinção da vida, sem sofrimento, com a finalidade de abreviar os tormentos da agonia, ou as torturas de uma enfermidade muito dolorosa.

A eutanásia é uma sobrevivência das civilizações inferiores, dos povos selvagens e, muitas vezes, teve como causa, a precariedade das condições de sobrevivência. Em tais circunstâncias, eliminavam-se os membros menos necessários de uma comunidade, como os velhos, os débeis, os enfermos e também, embora raramente, as crianças. Entre os selvagens do Pacífico, por exemplo, o infanticídio teve força de lei. Em todas as ilhas da Polinésia são permitidos o aborto e o infanticídio,

A eutanásia, conforme Westermarck, se tem praticado em sua forma genuína entre os Karens da Birmânia: quando alguém é portador de uma enfermidade incurável, ou muito penosa, geralmente se enforca.

Na Índia, era costume jogar os enfermos no rio Gan- ges para que morressem afogados.

Na Antiguidade, eram raros os casos de eutanásia na sua verdadeira acepção. Em Esparta, segundo relata Plutarco no seu livro “Vidas Paralelas”, as criaturas doentes ou de constituição enfermiça, e as crianças defeituosas ou de aspecto monstruoso, eram atiradas do alto de um montanha a fim de não constituírem um ônus para a sociedade.

Platão e Aristóteles defenderam a eutanásia em suas mais diversas formas, e o primeiro recomendava a eliminação dos enfermos e dos velhos.

O Cristianismo, alicerçado em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, se colocou, decisivamente, contra a eutanásia. Em sua famosa “Suma Teológica”, Tomás de Aquino denunciou esta prática como contraria à caridade para consigo mesmo.

O humanista Thomas Morus, em seu livro “Utopia”, opinava que, aos magistrados, cabia o direito de aconselhar os velhos e os enfermos a pôr fim à sua existência, considerada inútil para a sociedade,

O filósofo Nietzsche, empolgado pela idéia do super-homem, afirmava, enfaticamente, que “os enfermos e-ram o perigo maior para a humanidade”.

Em nosso século, Charles Richet, Prêmio Nobel da fisiologia e fundador da Metapsíquica, demonstrou-se partidário da eutanásia em crianças defeituosas.

Binet Sanglé propôs, na França, a constituição de um Tribunal composto de um médico, um jurista e um psicólogo com a competência de julgar os pedidos de eutanásia.

Hélio Gomes, no seu livro "Medicina Legal”, ensina que “a eutanásia, que alguns chamam direito de matar, é o direito que se pretende conferir a uma junta médica de dar a morte suave aos doentes que sofram dores insuportáveis, estejam atacados de doença incurável e o desejem ou solicitem”. E insiste em que se deve distinguir a eutanásia do homicídio por compaixão ou piedoso. Alguns códigos penais não punem o homicídio eutanásico. O nosso apenas atenuou-lhe a pena.

Existe, na verdade, um direito a eutanásia? Pode a medicina, cuja finalidade é a cura do enfermo, estender

a sua competência sobre a vida e a morte das pessoas? Recentemente, em Portugal, o caso de Salazar constituiu um fato merecedor de profunda reflexão sobre a conveniência ou não da eutanásia, mesmo quando afastadas todas as possibilidades de sobrevivência.

A evolução da medicina nos campos da terapêutica e da cirurgia, notadamente com a técnica dos transplantes, proporciona ao homem novas perspectivas de prolongamento de sua existência física. A incurabilidade de certas enfermidades, como câncer, por exemplo, justificaria, ao menos, em casos excepcionais, a prática da eutanásia? Essas questões serão discutidas em O Grande Júri desta noite.

A PENA DE MORTE

10 de janeiro de 1969

O sentimento de reparação parece ser um dos instintos fundamentais do ser humano. A justiça decorre do equilíbrio entre o dano causado e a sua reparação. Todavia, nem sempre essa proporcionalidade entre o dano e a reparação, entre o crime e a pena encontrou idêntica acolhida nas diversas legislações e nos diversos períodos da história da humanidade.

A primeira forma de justiça, em seu aspecto punitivo, foi a da vingança privada. Cabia ao indivíduo reparar, com as próprias mãos, o dano que lhe foi infligido por seu semelhante. Essa modalidade de justiça, contudo, desapareceu com o alvorecer das primeiras civilizações.

A pena de Talião, que se consubstanciava no princípio de olho por olho, dente por dente, substituiu a

vingança privada. Ela aparece, exuberantemente, no Código de Manu, da Índia, e no de Hamurabi, da Caldéia, sendo que este último remonta a mais de 2000 anos a.C. Seus vestígios são também encontrados nas antigas legislações dos hebreus, dos gregos e dos romanos. Com o passar do tempo, surgiu uma nova forma de justiça punitiva: a composição pecuniária.

No Wergeld da justiça germânica, foi adotado esse sistema, que se fundamenta numa indenização que o ofensor é obrigado a pagar ao ofendido pelos danos causados. Nesse ponto, o Estado começa a aparecer como intermediário entre a vítima e o delinqüente, com organização de tabelas, visando disciplinar o preço das indenizações. A lei das doze tábuas do Direito Romano continha tarifas dessa *compositio*.

Até o século XVIII, a humanidade conheceu as mais ferozes penas, onde os castigos corporais constituíam uma constante, e a pena de morte era aplicada sob as mais diversas modalidades. Como o cárcere era desconhecido no direito antigo, só aparecendo no declínio do Império Romano, a pena de morte se generalizou, apenas sofrendo contestação no alvorecer do classicismo penal.

Na França, mesmo depois do século XVIII, havia cinco modalidades da pena capital: esquartejamento, roda, fogo, forca e decapitação. O esquartejamento consistia em amarrar-se o condenado a quatro cavalos, ou a quatro galeras, que se lançavam em direções diferentes. Essa pena se aplicava, notadamente, aos crimes de lesa-majestade. No suplício da roda, o criminoso, depois de amarrado, era esbordoado pelo verdugo até se lhe partirem os membros. Às vezes, era estrangulado nos últimos momentos, a fim de se lhe apressar a morte. Na morte pelo fogo, o condenado era

queimado em praça publica, amarrado em um poste, ou era submerso em azeite ou resina ferventes, ou ainda em chumbo fundido. A forca, até pouco tempo, existia na Inglaterra. A guilhotina foi bastante utilizada por ocasião da Revolução Francesa, tendo nela perecido o seu próprio inventor, o Dr. Guilhotin.

Na Alemanha, no século XVII, o juiz Carpzov afirmava ter condenado à morte, em toda a sua carreira de magistrado, mais de 20.000 pessoas. A morte, todavia, nem sempre era suficiente para restabelecer a justiça. Geralmente, os bens do morto eram confiscados, a sua casa destruída e a infâmia transmitida aos seus descendentes. Nem o morto estava livre da aplicação da pena. Seu cadáver era arrastado pelas ruas e suspenso no cadafalso ou, se tal não fosse possível, em virtude da decomposição orgânica, era substituído, simbolicamente, por uma figura, no patíbulo. Porém, uma das penas mais temidas era a da privação de sepultura. A prisão perpétua acarretava, como conseqüência, o confisco dos bens do condenado, com a chamada morte civil. O cumprimento dessa pena consistia no trabalho extenuante de remar nas galeras, até o fim da existência, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz. As torturas para extrair confissões eram muito comuns. Empregavam-se, ainda, o açoite público e o ferro em brasa para gravar, no corpo do condenado, a marca do seu crime e da sua desonra. As amputações também eram freqüentes entre os castigos corporais. Segundo a legislação francesa anterior ao ano de 1832, o parricida, antes de ser executado, tinha decepada a sua mão direita. Aos blasfemos se lhe cortavam a língua, quando escapavam da fogueira.

À Itália coube a primazia da luta pela extinção da pena de morte, principalmente com o advento da Escola

Clássica, chefiada por Carrara. A pena capital, naquele país, foi restabelecida, em 1930, pelo fascismo e, após a sua queda, novamente abolida. Beccaria, no seu famoso tratado “Dos Delitos e das Penas” inaugurou, na Itália, uma nova concepção sobre a finalidade das penas, com a famosa doutrina da proporcionalidade entre o delito e a pena, principalmente no que tange à sua moderação. Beccaria se insurgiu contra a pena capital, a qual, até então, ninguém lhe negara a legitimidade. Aliás, séculos antes, Tomás de Aquino defendera a pena de morte, sob fundamento de que, se ao médico era lícito amputar o membro infeccionado para salvar o organismo, ao príncipe era permitido exterminar o indivíduo nocivo ao organismo social. A Escola Positiva, através de César Lombroso, admitiu a figura do criminoso nato, hoje relegada à arqueologia jurídica.

Com a concepção moderna de que a finalidade da pena é a recuperação do criminoso e não, simplesmente, a sua punição pelo crime cometido, a pena de morte se encontra, praticamente, extinta em quase todas as legislações, sendo aplicada, excepcionalmente, em tempo de guerra. O Código Penal Militar brasileiro, nesta hipótese, a acolheu. Todavia, apesar disso, a pena de morte ainda encontra alguns adeptos, principalmente em certas circunstâncias históricas, decorrentes, principalmente, de comoções intestinas. Se é válida, ainda, a pena capital, ou se apenas é permissível em casos excepcionalíssimos, é o que vai debater O Grande Júri dessa noite.

A RELIGIÃO E O HOMEM MODERNO

17 de janeiro de 1969

Quando, pela primeira vez, um lampejo da inteligência iluminou o cérebro do homem primitivo, ele sentiu-se esmagado pelo universo. Instantaneamente, um sentimento de reverência e de temor invadiu o seu espírito: nascia a religião.

Alguns historiadores e sociólogos consideram o totemismo como a mais antiga das religiões. A crença totêmica foi encontrada entre alguns índios da América do Norte - os Algonquins, por exemplo - e entre os primitivos da Austrália. O totemismo consiste na adoração de seres ou de coisas julgadas sagradas por todos os membros de um clã. Na maioria das vezes, os totens são animais como o papagaio, o canguru, o falcão, o búfalo e, raramente, as coisas, como a chuva e os astros. O totem é considerado o ancestral dos membros do clã. Outra idéia fundamental do totemismo é o *mana*, termo polinésio, que designa uma força impessoal, ao mesmo tempo física e espiritual, que se encontra impregnada em todas as coisas, notadamente nas que são consideradas sagradas. No totemismo existe, ainda, a idéia do *tabu*, ou seja, *proibição*, palavra polinésia, que designa a instituição em virtude da qual determinadas coisas e determinados atos são considerados proibidos, com a finalidade de se separar o sagrado do profano. Émile Durkheim procurou demonstrar que essa religião exerceu profunda e extensa influência sobre a vida intelectual, moral, social e religiosa da humanidade. Ainda segundo Durkheim, é da crença totêmica “que veio a doutrina, tão difundida, da metempsicose”.

O animismo, a princípio também chamado de fetichismo, é a religião “que coloca em toda a natureza, espíritos mais ou menos análogos ao espírito do

homem.” Encontram-se, no animismo, algumas das idéias fundamentais do totemismo, como o mana, o tabu e os ancestrais míticos. Também do animismo, conforme o entendimento de Salomon Reinach, derivou a magia, que comporta dois aspectos fundamentais: a magia imitativa e a magia simpática, sendo que, nessa ultima, se assentam os princípios da bruxaria.

A religião egípcia contém numerosas sobrevivências do totemismo e do animismo. Certos animais sagrados tornaram-se deuses e estes, por sua vez, são representados com cabeças de animais: Hórus tem cabeça de falcão, Anúbis, cabeça de chacal, Toth, cabeça de íbis. Além da prática da magia, a religião egípcia instituiu o culto dos mortos. No século XIV a.C., no período da XVIII dinastia, Amenhotep IV ou Amenófis IV, quis estabelecer, no Egito, o monoteísmo, com a adoração do deus Aton, que personifi-cava o Sol.

A religião de povos como os sumérios, os assírios, os babilônios, os hititas, os frígios, os germanos, os celtas e os fenícios está impregnada de idéias animistas e politeístas.

Os gregos e os romanos, além de suas características anímicas, politeístas e totêmicas, também se fundamentaram no culto dos mortos, à semelhança da religião egípcia.

Inegavelmente, pertence à Índia a primazia do pensamento metafísico. As suas diversas religiões - o vedismo, o bramanismo, o hinduísmo, o jainismo e o budismo - apresentam sobrevivências totêmicas e animistas, com tendências ora politeístas, ora monoteístas e até um indisfarçável ateísmo. O livro sagrado do Vedismo é o Veda, cuja parte mais antiga, o Rig-Veda, data, possivelmente, de 1500 a.C. O tema essencial do Veda é a salvação pelo sacrifício. O

bramanismo, cujos livros sagrados são os Bramanas e os Upanichades, apareceu no século IX da nossa era. O bramanismo proclama a salvação, não pelo sacrifício, mas pelo conhecimento. O hinduismo surgiu quando o bramanismo entrava em decadência nos primeiros séculos da Era Cristã. Adotou, como livros sagrados, os Vedas, os Bramanas, os Upanichades, os Puranas e o Mahabarata, cuja parte mais bela é o Bhagavad Gita e o Ramaiana. A idéia fundamental do hinduísmo é o Bhakti, ou seja, devoção: a salvação está no amor e não no sacrifício ou no conhecimento. O jainismo, conforme alguns estudiosos, é uma religião atéia: não há Criador, nem houve criação, o mundo é eterno. O budismo, que apareceu com o jainismo no século VI a.C., teve, como fundador Gautama Sidarta, o Buda, ou seja, o iluminado. O budismo afirma que nada há de permanente, nem no mundo material, nem no mundo espiritual: existem apenas estados subjetivos. A sua lei fundamental é a lei do Karma, ou seja, a lei das causas e dos efeitos. A finalidade do homem é a sua integração no Nirvana. O budismo se difundiu no Ceilão, Birmânia, Sião, Camboja, Turquestão, China, Coréia e Japão. Todas as religiões da Índia têm, por fundamento essencial, a idéia da reencarnação.

A China conheceu, além de suas religiões primitivas, impregnadas de forte animismo, o confucionismo, o taoísmo e o budismo chinês. O confucionismo, fundado por Confúcio, exclui toda a metafísica e se baseia apenas em princípios éticos. Por isso, Confúcio foi denominado de o “Sócrates chinês”. O taoísmo é atribuído a Lao-Tseu, que teria vivido no século VI a.C. O Tao é a ordem do mundo. É o princípio eterno do qual procedem todos os fenômenos.

No Japão, além do xintoísmo, que é uma religião de natureza anímica, se desenvolveram o confucionismo e o budismo.

No Irã, antiga Pérsia, surgiu o masdeísmo ou zoroas-trismo, cujo fundador foi o profeta Zoroastro ou Zaratustra. O seu livro sagrado é o Avesta ou Zenda-Avesta. Zoroastro parece ter vivido no século VII a.C. Esta religião prega que, em cada milênio, surgirá um salvador, nascido de uma virgem. Ensina que o universo é uma luta entre dois princípios: o bem e o mal. Essa religião exerceu uma grande influência sobre outras religiões. O parsismo, o mitraísmo e o maniqueísmo são religiões menos importantes do que o masdeísmo.

O judaísmo é a religião dos israelitas também chamados hebreus ou judeus. O seu livro sagrado é o Antigo Testamento, que, no princípio da Era Cristã, se dividia em a Lei, ou Thora, os profetas, e as Escrituras ou Hagiógrafos, isto é, escritos sagrados. Moisés é o seu grande expoente. O judaísmo repele a crença politeísta, firma-se na monoteísta e se insurge contra o magismo. O seu traço característico é a esperança em Deus e em melhores dias para o seu povo. O Talmude é outro livro sagrado dos israelitas e foi elaborado após a sua dispersão, ou diáspora, cerca do 70 a.C. A Cabala é uma corrente intelectual de origem judaica e apareceu no princípio do século XIII. A Cabala, cujo livro principal é o Zohar, ou o Livro do Esplendor, admite que Deus reside na natureza e no próprio homem.

A teosofia, fundada por Helena Blavastky, foi grandemente influenciada pela Cabala.

O Cristianismo teve em Jesus o seu inspirador. Conquanto sejam conhecidos mais de 60 evangelhos, apenas quatro foram considerados autênticos: os de Mateus, de Marcos, de Lucas e de João. O Cristianismo

originário, mais tarde, se cindiu em Catolicismo e Protestantismo, e este último se subdividiu em outras religiões ditas cristãs. A própria Igreja Católica se separou da Igreja Oriental Ortodoxa, nos meados do século XI.

O Islamismo, a mais nova das religiões universais. foi fundada pelo profeta Maomé, nascido 600 anos após o Cristianismo. Ele recebeu, por revelação, o livro sagrado do Islã, o “Alcorão”. A sua tese fundamental é o Deus único, onipotente e misericordioso, e o fatalismo de todas as coisas, resumido na frase: “Estava escrito”. O sufismo e o bahaísmo são religiões menores do Islamismo.

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

7 de fevereiro de 1969

A familia é a mais antiga manifestação associativa do ser humano, e, em razão dela, se estabeleceu a primitiva divisão de trabalho e funções.

A sociologia e a antropologia têm demonstrado a existência de variadas formas dessa instituição, onde se observa que o homem e a mulher nem sempre tiveram atribuições definitivas ou universalmente estabelecidas.

A forma mais antiga da família é a consangüínea, praticamente desaparecida, encontrando-se os seus vestígios em toda a Polinésia, em um certo sistema a que se denominou de parentesco havaiano. Nessa modalidade, os irmãos e irmãs casam entre si, o mesmo acontecendo com os primos em todos os graus. As teocracias egípcia, japonesa e asteca adotaram esse

sistema, a fim de que o sangue real se conservasse puro.

Outra forma da instituição é a família punaluana, que excluiu o casamento entre irmãos, sendo o seu traço característico essencial a comunidade recíproca de maridos e mulheres no seio de um determinado círculo familiar. Também denominada de família por grupos, é encontrada em todos os povos selvagens, notadamente na Austrália.

Já a chamada família sindiásmica, conhecida como casamento por pares, apresenta um certo progresso em direção à atual forma monogâmica ocidental. Nessa modalidade, o homem possuía uma mulher principal entre as suas numerosas esposas e, era para aquela, o esposo principal entre todos os seus maridos.

O *jus primae noctis*, ou o direito da primeira noite, existiu durante a Antigüidade e na Idade Média, nos países célticos. Em Aragão, até o edito de Fernando, o Católico, em 1486, o senhor feudal podia passar a primeira noite com a noiva do camponês. Ainda há povos, onde o chefe da tribo exerce esse direito. Entre os báreas, na Absínia, os amigos e parentes do noivo, ou mesmo os convidados, têm o direito de manter relações sexuais com a noiva, antes do próprio esposo.

A poliginia, privilégio dos ricos e poderosos, é encontrada no Oriente, à exceção da Índia e do Tibete, onde prevalece a poliandria. Entre os naires da Índia, existe o que Mac Lennan apelidou de matrimônio por clubes: três ou quatro homens têm uma só mulher em comum, podendo, no entanto, possuir, em conjunto com outros homens, outras tantas mulheres.

A monogamia se caracterizou pelo reconhecimento da paternidade, visto que, nos regimes

anteriores, somente a maternidade era determinada. Essa circunstância, decorrente da estrutura do casamento monogâmico, assinalou o predomínio do homem sobre a mulher na civilizarão ocidental.

Na Idade Média, entre os senhores feudais, o matrimônio era, principalmente, um ato político, objetivando o aumento de poder mediante novas alianças.

Poderíamos falar, ainda, sobre o problema das gens, como a grega, a romana, a céltica e a germânica e, em nossos dias, o da gens iroquesa, mas isso extrapolaria o caráter sintético deste relatório.

A família brasileira, particularmente a nordestina, se alicerçou no patriarcalismo rural, no qual o homem pontificava como a figura central e dominante do grupo familial, à semelhança do *pater familiae* romano. Sua autoridade era inconteste e as suas decisões irrecorríveis. O pátrio poder se estendia muito além da maioridade legal dos filhos que, geralmente, só obtinham a verdadeira emancipação com a morte do genitor. O monopólio econômico do senhor rural lhe assegurava a posição de comando no organismo familiar.

O processo urbano, todavia, operou uma profunda e radical transformação nas estruturas da família patriarcal. Alteraram-se as relações entre marido e mulher, pais e filhos. Mudaram, e estão mudando, conceitos e preconceitos antes indiscutíveis. E a família se ressente dos impactos dessas mudanças. As suas causas são múltiplas e complexas, e as soluções nem sempre respondem adequadamente aos desafios da dinâmica da vida moderna, notadamente nas cidades de maior densidade demográfica.

A vida doméstica, então organizada sob os velhos moldes patriarcais, foi abalada em todos os seus

alicerces. O apartamento substituiu a vivenda espaçosa, simplificando o ambiente interior, no objetivo da máxima funcionalidade no reduzido espaço vital. Modificaram-se os hábitos alimentares, alterando-se os horários das refeições. A televisão induziu novos interesses no organismo familiar. O homem perdeu a sua antiga posição de líder absoluto da família. A participação da mulher e, algumas vezes, dos filhos, no orçamento doméstico diminuiu a importância do marido na manutenção do lar. O fenômeno da explosão demográfica, a complexidade atordoante do mundo moderno, com as suas variadas solicitações, motivou nos casais uma necessidade revisionista quanto ao número da prole, e o planejamento passou a ser a tônica dominante, ensejando discursões a respeito da eficácia científica de certos métodos anticoncepcionais e de sua validade no campo do direito, da moral e da religião. O conteúdo e a validade dessas transformações e reformas, e as determinantes vocacionais da família contemporânea vão ser amplamente discutidos e analisados no programa desta noite.

OS PRECONCEITOS
28 de fevereiro de 1969

Diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu artigo 12: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

No século XVIII, a Revolução Francesa adotara, como princípio fundamental o lema: Liberdade,

Igualdade e Fraternidade. E o Cristianismo se alicerçou no ideal universalista do “Amai-vos uns aos outros”.

Apesar de tudo isso, o homem ainda se relaciona com o seu semelhante de maneira preconceituosa de conformidade com o seu sexo, sua cor, suas idéias e sua nacionalidade. A possibilidade de um entendimento fraterno entre os homens se reduz, assim, a uma eventual tolerância, quase sempre inconsistente e superficial.

Segundo a lenda bíblica (Gênesis 3:16), quando Deus expulsou o primeiro casal do paraíso, disse à mulher: “Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor terás filho; e o teu desejo será para o teu marido e ele te dominará”.

No mundo ocidental de hoje, a mulher forceja para alcançar a sua definitiva emancipação e revogar, assim, a imaginária maldição divina. A dominação masculina, aos poucos, vai cedendo terreno, reconhecendo, na mulher, uma pessoa humana e uma realidade histórica. Todavia, subsistem, no inconsciente masculino, os resquícios feudais de sua antiga posição hierárquica em relação à mulher. No íntimo, a maioria dos homens não admite que ela seja diferente daquele estereótipo a que se acostumaram.

Conforme o Gênesis (9:25), Noé amaldiçoou seu filho Canaã, porque este zombara dele, ao vê-lo desnudo e embriagado: “Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos”. Segundo alguns estudiosos, os descendentes de Canaã eram homens negros. No século XIX, Gobineau e Chamberlain pregaram o princípio da supremacia da raça ariana, que, mais tarde, se tornou um dos alicerces da filosofia nazista. Aliás, desde o século XV, o continente africano vinha sendo explorado pelo colonialismo europeu. A luta pela

emancipação do negro, em nossos dias, vem assumindo aspectos dramáticos, principalmente em alguns Estados norte-americanos. A partir do término da 2ª Guerra Mundial, ou seja, em 1945, se iniciou um movimento nacionalista africano, com o objetivo de tornar independente várias nações daquele continente da incômoda tutela européia.

Ainda no Gênesis (13:15-16) Iavé fez uma promessa a Abraão: “Porque toda esta terra que vês, te hei de dar a ti e a tua semente para sempre. E farei a tua semente como o pó da terra; de maneira que se alguém puder contar o pó da terra, também a tua semente será contada.” Israel recebeu, assim, a promessa de fecundidade genealógica e de vocação cosmopolita. O Velho Testamento é o registro de todas as peripécias por que passou o povo judeu. No século X a.C., Israel atingiu o seu fastígio durante o reinado de Salomão e Davi. Em seguida, veio a debacle com a divisão do povo hebreu em reino de Israel e reino de Judá, que foram destruídos, respectivamente, pelos assírios e por Nabucodonosor.

Durante séculos, o povo hebreu viveu disperso pelo mundo e hostilizado em alguns países. Finalmente, em 1948, sob a chefia de David Ben-Gurion, o Estado de Israel se tornou uma realidade, constituindo, atualmente, um dos países economicamente mais desenvolvidos no concerto das nações.

O homossexual foi veementemente repudiado pelo apóstolo Paulo, na sua 1ª Epístola aos Romanos (1:27): “Semelhantemente, os homens também deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpezas, homens com homens, e recebendo em si mesmo a merecida punição do seu erro.” Exaltado, hostilizado, ou apenas tolerado, de conformidade com os tempos e lugares, o

homossexual é, ainda, em nossos dias, motivo de acirradas polêmicas. O desenvolvimento da endocrinologia e da terapêutica hormonal tem contribuído para modificar a fisiologia daqueles que, subjetivamente, se sentem incompatibilizados com o seu corpo. A legislação inglesa reconheceu a validade jurídica de suas opções amorosas. O resto do mundo ocidental permanece, no entanto, em expectativa quanto ao problema de sua integração social.

A COSMOLOGIA E O FUTURO

7 de março de 1969

Na Mesopotâmia, o céu, que tinha o nome de Anu, era considerado o maior dos deuses e presidia aos mais variados fenômenos da natureza. Não é, pois, sem razão, que a astronomia é uma das ciências mais antigas, tendo os primeiros astrônomos vividos, principalmente, na Babilônia e em Nínive, por volta de 2.000 a.C. Estas duas cidades estavam localizadas em uma região da Ásia que, atualmente, corresponde ao Iraque.

Os gregos também foram grandes astrônomos e, entre eles, se destacaram Anaxágoras, Aristarco de Samos, Hiparco de Nicéia e Ptolomeu, que viveram aproximadamente entre 400 a 100 anos a.C. Aristarco foi quem, pioneiramente, afirmou que a Terra girava sobre o seu eixo, assim como os demais planetas, descrevendo uma órbita circular em torno do Sol, fixo no espaço. Ptolomeu, ao contrário, asseverou que o Sol e os planetas giravam em torno da Terra imóvel no espaço. Esse sistema cosmológico foi denominado de

geocêntrico e prevaleceu inquestionável até o século XVI, quando foi refutado por Copérnico, ao defender o sistema heliocêntrico, proposto por Aristarco. Tycho Brahe assumiu uma posição eclética e afirmou que os planetas giravam em torno do Sol, e este em torno da Terra imóvel. Giordano Bruno admitiu a pluralidade dos mundos habitados e postulou que o nosso sistema solar não era o centro do universo.

No século XVII, Kepler propôs a hipótese de que os planetas descreviam órbitas elípticas, e não circulares, em torno do Sol, o qual ocupava um dos seus focos. Galileu defendeu o sistema heliocêntrico, mas se opôs à hipótese kleperiana, e sustentou que as órbitas descritas pelos planetas eram circulares. Ele foi influenciado, talvez, pelo pensamento grego, que concebia o círculo como o símbolo da perfeição.

Isaac Newton descobriu a lei da gravidade, e se empenhou em acirrada polêmica com Huygens acerca da paternidade da lei do inverso do quadrado.

No século XIX, ocorreu o embate entre as teorias cosmogônicas da condensação de Kant-Laplace e da colisão, de James Clerck Maxwell.

No século XX, Edwin D. Hublle descobriu que muitas das chamadas nebulosas eram, na verdade, galáxias e, com base nessa constatação, postulou a teoria do Universo em expansão. A Lei Red-Shift, ou a Lei dos Desvios espectrais em direção à cor vermelha do espectro, uma das mais importantes leis da atualidade, enunciou que as galáxias recuam no espaço a velocidades que são diretamente proporcionais às suas distancias.

Harlow Shapley realizou a primeira avaliação direta das dimensões do nosso sistema estelar e da posição do Sol em relação a ele. Em 1931, Karl Jansky,

detectando ondas de rádio, vindas do espaço, firmou os fundamentos de uma nova ciência: a radioastronomia.

O homem não apenas deseja conhecer os mistérios do cosmos, mas também conquistá-lo. Há cerca de 450 anos, um chinês, chamado Wan-Hoo inventou uma máquina de voar, que consistia em um assento individual, li- gado, através de fios resistentes, a quarenta e sete foguetes de pólvora. Acesos os pavios dos foguetes, seguiu-se uma grande explosão, que resultou na transferência compulsória do imaginoso chinês para junto dos seus ancestrais. No século XVI, Isaac Newton sabia que, na sua terceira lei do movimento, estava o único meio de se propelir e dirigir uma nave no espaço, desprovido de ar. Em 1891, na cidade de Berlin, Hermann Ganswindt realizou uma conferencia, onde asseverou que as máquinas mais pesadas do que o ar podiam voar. O seu projeto de um veículo interplanetário ficou no papel, mas, apesar de seus equívocos, foi o primeiro homem que tentou adaptar um foguete aos esboços feitos por Newton, de uma cápsula espacial. Em 1898, o russo Konstantin Tsiolkovski escreveu um livro, intitulado “A exploração do espaço cósmico por meio de foguetes”, que deu origem à nova ciência espacial, chamada Astronáutica. Ele é considerado, por seus compatriotas, o pai das viagens espaciais.

Em 1909, o americano Robert Goddard escreveu um opúsculo, “Método para atingir altitudes extremas”, que tratava do envio de foguetes ao espaço, portando instrumentos e constando de várias etapas ou estágios. E, no ano do 1944, Goddard viu voar o gigantesco foguete à combustível líquido, que fora o seu sonho, num alcance do mais de 320 quilômetros com a velocidade superior a 1.600 metros por segundo: era a bomba V-2,

construída pelo alemão Werner von Braun, e que explodiu na capital inglesa.

Em 4 de outubro de 1957, foi inaugurada, oficialmente, a era espacial, com o lançamento de um satélite ar-tificial, construído pelos russos - o Sputnik -, que significa companheiro de viagem.

Em 12 do abril de 1961, o russo Yuri Gagarin fez o primeiro vôo orbital do homem ao redor da Terra, e, no Natal de 1968, três astronautas norte-americanos realizaram a incrível façanha da primeira orbitação lunar. Estamos, portanto, vivendo a época histórica da conquista espacial. O que isto representa para a humanidade, quais as condições de sobrevivência do homem no espaço interestelar, quais as possibilidades de vida inteligente em outros mundos e muitas outras indagações dessa natureza serão suscitadas e discutidas em O Grande Júri desta noite.

O VELHO NO MUNDO DE HOJE

21 de março de 1969 e 11 de junho de 1971

A eterna juventude sempre foi um dos mais belos sonhos da humanidade.

Na Idade Média, os alquimistas procuraram, inutilmente, entre retortas e superstições, o maravilhoso "elixir da longa vida".

Há algumas décadas, o russo Voronoff anunciava ao mundo uma droga rejuvenescedora, que, no entanto, redundou em completo fracasso.

O homem contemporâneo não mais sonha, romanticamente, em preservar, *ad infinitum*, a juventude, mas em conseguir uma juventude biologicamente feliz. Envelhecer, hoje, é uma arte e não uma fatalidade orgânica que urge esquecer.

Atualmente, certos medicamentos, à base da procaína e da cocaína, têm produzido efeitos promissores em organismos senis. A doutora Anna Aslan, diretora do Instituto Geriátrico de Bucareste, Romênia, se tornou famosa pela descoberta de um medicamento denominado Gerovital ou H3 -, uma mistura de procaína, ácidos e sais que, apesar de resultados considerados positivos, no campo da Geriatria, ainda não obteve a aprovação médica internacional.

Quando começa realmente a velhice? O que é envelhecer?

O declínio da vida humana, via de regra, começa a partir dos 30 anos, com uma serie de alterações orgânicas que, paulatinamente, se vão tornando cada vez mais acentuadas: redução da quantidade de ferro no sangue, crescimento da taxa de colesterol, redução da

taxa da albumina e aumento da taxa de globulina, queda do metabolismo basal, variações na quantidade de açúcar no sangue e menor atividade glandular. Com o passar dos anos se acentua o retardamento dos reflexos motores e sensitivos, assim como da agilidade mental, e a memória chega a perder cerca de 40% de sua eficiência. Apesar de tudo isto, notáveis personalidades encontraram, no período dos 34 aos 40 anos, o apogeu de sua capacidade criadora e inventiva.

Só se pode, adequadamente, falar em velhice, quando esse processo irreversível atinge o organismo em todos os seus níveis. Como regra geral, ela começa aos 65 anos de idade, observadas, contudo, as variações individuais.

Na fase denominada pré-senescência, que vai dos 45 aos 65 anos de idade, começam a surgir os primeiros sintomas de desgaste orgânico: dificuldade de fixação mnemônica, lentidão dos processos mentais, fadiga muscular, deficiências da visão e audição. Psicologicamente, há uma acentuada tendência para o conservantismo e rejeição, quase sistemática, de tudo o que é novidade. É, nessa fase, que aparece o fantasma da arteriosclerose, responsável por 25% dos óbitos na velhice, e que consiste no en-durecimento das artérias, principalmente, dos capilares, estreitando o seu calibre, privando os tecidos de irrigação e oxigenação necessárias e apressando, assim, a degenerescência dos órgãos. Dai, o refrão geriátrico: “O homem tem a idade de suas artérias”.

A aposentadoria também tem contribuído, psicologicamente, para acelerar o processo de envelhecimento. O sentimento de utilidade e de valor é fundamental na pessoa humana. O aposentado vive, intensamente, o drama de sua marginalização, com a

perda do seu antigo prestígio e conseqüente valor social. Mesmo no ambiente doméstico, nem sempre encontra a mesma integração na dinâmica de um mundo em transformações cada vez mais rápidas.

No setor profissional, o velho se vê em nítida desvantagem na concorrência com os jovens, mais atualizados e agressivos. E, à medida que os anos passam, sente aumentar essa desproporção, que lhe acarreta repercussões traumáticas na esfera afetiva, resultando em sentimento de insegurança e hostilidade defensiva.

Seria o asilo uma das soluções ideais para o aposentado? No Brasil, infelizmente, raro é o abrigo que propor-ciona ao velho a sensação de viver num clube social, integrado no mundo que conheceu, livre, assim, do peso opressivo da solidão.

A ciência, em suas várias disciplinas, tem contribuído para o aumento do número de idosos nas regiões mais desenvolvidas do mundo. O índice de vida, na Europa, atualmente, é de 74 anos para o homem e de 77 para a mulher. No Brasil, conforme recentes estatísticas, a média, para ambos os sexos, é de 50 anos.

Nos Estados Unidos da América do Norte, há cerca de 20 milhões de pessoas com idade superior a 65 anos e, no Brasil, 11% de sua população, ou seja, mais de oito milhões, já ultrapassaram a casa dos 50 anos.

Nenhum país, contudo, pode comparar-se à Suécia em matéria de assistência à velhice, pois uma lei de janeiro de 1963 protege, praticamente, todos os cidadãos desde o nascimento até a senectude.

Homens excepcionais como De Gaulle, Churchill, Mao-Tsé-Tung, Salazar, Einstein, Chaplin, Chevalier e Picasso, entre muitos outros, têm demonstrado, à

saciedade, que a velhice não importa, fatalmente, em uma fase de declínio total da personalidade.

O CONCUBINATO

28 de março de 1969

O concubinato é a união de um homem e de uma mulher, independente de formalização jurídica ou de aceitação social. É, assim, um casamento de fato e, não, de direito, embora, em nossa legislação, secundada pela orientação jurisprudencial, produza determinados efeitos jurídicos.

A rigor, o concubinato é tão antigo quanto a humanidade. De certo modo, e excluídos os escrúpulos de natureza religiosa, podemos dizer que os lendários Adão e Eva viveram em concubinato.

Entre os povos antigos, a religião e os costumes, através de certas formalidades e práticas ritualísticas, legitimaram a união dos casais. Hoje, somente a lei estabelece a legitimidade da família. O casamento religioso perdeu a sua antiga importância e é destituído de qualquer validade jurídica. Perante a legislação moderna, o homem e a mulher, que não estão casados civilmente, vivem em concubinato, não importando que estejam casados religiosamente.

Os hebreus estabeleciam nítida diferença entre a concubina e a prostituta, o que não ocorreu entre alguns povos da Antigüidade. O rei Salomão desposou setecentas mulheres, entre elas a filha do Faraó, e possuiu trezentas concubinas. Jacó permitiu que os filhos de suas concubinas fossem equiparados aos de suas esposas legítimas, Raquel e Lia. As mulheres israelitas reconheciam, como seus, os fi-lhos das concubinas dos maridos.

Entre os celtas, a concubina merecia igual consideração atribuída à mulher legítima, e seus filhos tinham os mesmos direitos que os da esposa verdadeira.

O Direito Romano consagrou o concubinato através da lei Papia Popea, sendo considerado como casamento de segunda-classe, contraído sem formalidades, porém lícito e nada tendo de reprovável. A *confarreatio* era o casamento da classe patrícia, correspondendo ao casamento religioso. O casamento da plebe tinha o nome de *coemptio* e apresentava grande semelhança com o casamento civil. E ainda existia o *usus*, que consistia na aquisição da mulher pela posse, equivalendo a uma espécie de usucapião.

A princípio, segundo a legislação romana, os filhos, havidos do concubinato, eram considerados naturais e só tinham o direito de usar o nome da genitora. Com o passar do tempo, as legislações imperiais autorizaram o pai a legar uma parte do seu patrimônio aos seus filhos naturais. Vitorioso o Cristianismo, os imperadores cristãos se mostraram intolerantes em relação às uniões ilegítimas, culminando, em 887, com a derrogação das leis, que permitiam o concubinato, sob fundamento de serem contrárias à religião e ao decoro público.

Apesar de defensor e restaurador do prestígio político da Igreja Católica, o imperador Carlos Magno, não obstante, possuía quatro mulheres e seis concubinas. E, em 726, o Papa Gregório II firmou a seguinte orientação, que vigorou até o século XVI: “quando o homem tem uma esposa doente, incapaz das funções conjugais, pode tomar uma segunda, contanto que tenha cuidado com a primeira”.

Na Idade Média, o concubinato foi aceito socialmente e previsto em lei, como ato civil capaz de gerar

direitos. O Concilio de Toledo, reunido em 400, proibiu ao homem manter, simultaneamente, esposa e concubina, admitindo, porém, a alternativa.

A Igreja, em princípio, considerou o concubinato pecado grave, passível de punição, não somente em relação aos leigos, como aos próprios clérigos. O Concilio de Basiléia entendeu que o concubinato não é apenas aquele comprovado por confissão perante o juiz, ou por sentença, mas o que é notório e não se pode ocultar por qualquer pretexto. Ou ainda o caso em que o homem, vivendo em companhia de mulher suspeita de incontinência ou difamada, não a abandone, mesmo depois de admoestado por seus superiores. Este concílio previa a pena de excomunhão para os clérigos e os leigos, que ultrapassassem os limites da tolerância, previstos naquelas disposições conciliares.

No século XVI, o Papa Clemente V instituiu o Direito Canônico, que conservou as sanções aplicáveis aos concubinos. O Concilio de Trento, reunido de 1545 a 1563, regulamentou o casamento religioso e consagrou o princípio de sua indissolubilidade, mantendo, em definitivo, a condenação do concubinato.

No século XVIII, com as profundas e radicais transformações políticas e sociais, advindas da Revolução Francesa, com influencia decisiva no pensamento filosófico e jurídico da época, o casamento foi considerado um simples contrato civil. E, ainda na França, em 16 de novembro de 1912, apareceu a primeira lei que reconheceu efeitos jurídicos, decorrentes do concubinato.

Nos dias atuais, principalmente na sociedade brasileira, o concubinato é um fato social de relevante importância. A nossa legislação e, notadamente, a orientação jurisprudencial têm acolhido certas

pretensões legais dos concubinos e reconhecido determinados efeitos jurídicos dele decorrentes.

A JUVENTUDE NO MUNDO DE HOJE

11 de abril de 1969

A juventude é a fase biológica na qual se manifesta o poder renovador da vida.

Em quase todas as culturas, o jovem representa a esperança do seu povo, a promessa da sua perpetuação. Daí, a razão pela qual a educação constituir um assunto de alto interesse estatal, principalmente nos países totalitários. A educação, nesse sentido, é um processo de condicionamento dirigido, mediante o qual se objetiva introjetar, no jovem, os valores culturais, o respeito e obediência às instituições e tradições do seu povo.

A experiência societária do homem o tem alertado para o incalculável potencial que representa a juventude: os benefícios advindos de uma pedagogia racional e os perigos decorrentes de um represamento autoritário de suas legítimas aspirações, ou, ainda, a contemporização indulgente de seus transbordamentos. O jovem é, por natureza, contestador e agressivo, e seu sentimento de rebeldia, uma conseqüência de sua pletora orgânica. Certas culturas, todavia, modificam, quase que totalmente, essa disposição natural, mediante um processo de adaptação, tendente a anular a espontaneidade criadora da juventude. E o jovem é, psiquicamente, violentado, submetido que é, durante a fase infantil, a uma espécie de castração intelectual, tornando-se, em conseqüência, socialmente abúlico e

transformando-se, não raras vezes, em um mero agente repetidor de sua cultura.

A história tem demonstrado a capacidade juvenil como fator de transformações radicais, quando seu potencial é canalizado para certos fins específicos. A guerra, talvez, seja uma dessas finalidades mais comumente empregadas, conquanto acobertada por especiosas racionalizações.

O guerreiro é o símbolo do jovem, na manifestação plena do seu poder destrutivo e como fermento indispensável ao transformismo social mais radical. Alexandre, o Grande, conquistou o mundo conhecido da época, no apogeu da sua juventude. Esparta conseguiu a hegemonia militar sobre o mundo helênico graças à rígida educação guerreira de sua juventude. E o Império Romano conheceu a humilhação da sua derrocada, quando a paralisia da ociosidade amoleceu os músculos e o espírito dos seus soldados.

O guerreiro, entre muitos povos primitivos, gozava de privilégios e honrarias somente comparáveis aos da clas- se sacerdotal. Os que mais se destacavam no campo de ba-talha eram recebidos como semideuses, seus feitos tornavam-se lendários e as mulheres mais eugênicas lhes eram destinadas para perpetuação do seu vigor na genealogia tri-bal. O guerreiro era bem o símbolo do poder temporal, as-sim como o sacerdote representava a encarnação do poder espiritual na Terra.

A juventude, assim, não é apenas o apogeu biológico do indivíduo: pode constituir, em certas circunstâncias, o momento histórico de uma cultura. Todavia, o seu potencial criador é, geralmente, represado no seu nascedouro pelo processo compulsório dos condicionamentos sociais.

Com o desenvolvimento vertiginoso dos meios de comunicação e conseqüente redução das distâncias, as culturas mais herméticas têm sofrido o impacto do processo de permanente intercâmbio entre os povos. Consciente ou inconscientemente, os valores culturais sofrem um natural processo de revisão, que influi, notavelmente, na atitude dos indivíduos em relação à respeitabilidade, à imutabilidade e à veracidade, essencial ou apenas funcional, de certas instituições. Os dogmas e os tabus que, décadas atrás, constituíam as mais poderosas armas de controle social, começam a perder a sua eficácia e a se tornarem obsoletas. O etnocentrismo esgotou a sua antiga validade, enquanto o relativismo cultural vai-se firmando como uma das mais importantes leis sociológicas, face à derrocada melancólica dos chamados valores absolutos.

A juventude de hoje vive, intensamente, este clima de relativismo de todas as coisas. O impacto da tecnologia, comprometendo estruturas não apenas sociais, mas psicológicas, quebrou certos grilhões, que limitavam e delimitavam o campo de ação das criaturas no tabuleiro da sociedade. Ruíram, e ainda estão ruindo, muitas formas de hierarquia, não apenas temporais, como também espirituais. Em conseqüência, certos valores existenciais duvidosos começam a surgir em meio à caótica agitação social, na arritmia estafante das grandes cidades industriais. Deslumbrados, mas também desnorteados pelas sensações da liberdade extemporânea, decorrentes do esvaziamento essencial de todos os valores, os jovens buscam, afanosamente, a sua própria expressão pessoal em pleno tumulto do seu potencial indisciplinado. Lutam pelo amor livre e pela proscrição do tabu da virgindade, sonham Suécias e tornam-se *hippies*, buscando, duvidosos eldorados na

compulsiva ingestão de psicotrópicos. O colapso, talvez irreversível, de certas formas de autoridade da cultura contribuiu, de maneira decisiva, para a confusão existencial, que parece contagiar quase todos os jovens da civilização ocidental.

O que é ser jovem? Um conceito firmado na capacidade individual de resistência a certos valores e instituições culturais? É o homem considerado adulto quando absorve, plenamente, o conteúdo existencial de sua cultura, tornando-se, daí em diante, um legítimo representante da sociedade? Há indivíduos que, psicologicamente, nunca envelhecem, porque a sua juventude consiste em uma atitude subjetiva de independência em relação à sua cultura.

O HOMEM E AS MEGALÓPOLES

18 de abril de 1969

A Organização Mundial da Saúde definiu a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”.

A intensa agitação das grandes metrópoles, o ritmo acelerado das transformações sociais, a natureza competitiva da vida profissional têm sido as causas de um fenômeno
específico – *o stress*.

Hans Selye, professor e diretor do Instituto de Medicina e Cirurgia Experimental da Universidade de Montreal, e que granjeou enorme notoriedade pelas suas teorias relativas às conseqüências físicas da tensão prolongada sobre os seres humanos, definiu o *stress* como a síndrome geral de adaptação. Entende o Dr.

Selye que a vida, em grande parte, é um processo de adaptação às circunstâncias, e que, até na doença, existe um elemento de adaptação. Daí, a sua afirmação de que “a vida é impossível na ausência de tensão”.

A concentração urbana, cada vez mais intensa, tem contribuído para tornar mais agudo o problema da sobrevivência emocional e psíquica do homem nas grandes metrópoles. Tóquio apresenta um índice populacional de 12.333.000 habitantes. Em seguida, vem Nova Iorque com 11.305.000 habitantes, inclusive a área metropolitana. Londres vem logo após com 9.380.000 habitantes, também incluindo a área metropolitana. Moscou possui 8.450.000 habitantes. Buenos Aires, incluindo a área metropolitana, apresenta um índice de 7.000.000 habitantes. E, finalmente, Bombaim conclui a lista das cidades mais densamente povoadas, com os seus 5.740.000 habitantes.

Alguns estudiosos afirmam que uma altíssima densidade populacional não é incompatível com uma vida longa e saudável. Apontam, como exemplo, a Holanda que, conquanto seja o país mais densamente povoado do mundo, é, não obstante, o mais saudável. Durante mais de um século, os céus da Europa do Norte industrial, notadamente a Inglaterra, foram poluídos por um tipo característico de fumaça, proveniente da queima do carvão betuminoso. No entanto, os habitantes destas áreas industriais, acabaram aceitando a fuligem. Observou-se que o seu tempo de vida não difere muito do das pessoas que habitam áreas não poluídas, nem é mais baixo o seu índice de natalidade e a sua capacidade de trabalho.

Um dos inconvenientes da civilização moderna con- siste na dissociação da vida humana dos ritmos e ciclos cósmicos, pois o homem, nas suas atividades

fisiológicas e bioquímicas, possui o seu mecanismo orgânico adaptado aos eventos específicos do nosso planeta. O homem, contudo, é tão adaptável que pode trocar o dia pela noite, ignorar mudanças sazonais e se deslocar a velocidades supersônicas de uma a outra latitude, com transtornos mínimos em sua sinergia orgânica.

A poluição atmosférica tem produzido as mais diversas formas de moléstias respiratórias crônicas, sobretudo a bronquite. Os cientistas discutem se o câncer pulmonar não seria a conseqüência mais terrível da poluição nos grandes centros urbanos. A concentração de poluentes pode forçar, inclusive, uma inversão de temperatura e, segundo as amostragens, o poluente mais encontrado na atmosfera é o bióxido de enxofre, oriundo da queima de combustível das industrias e dos veículos. Além da poluição atmosférica, as grandes metrópoles se debatem com o problema da poluição das águas, causado pelos esgotos domésticos e industriais. Também convém enfatizar o problema da poluição sonora, que tem contribuído para o aumento da surdez, sobretudo na população infantil.

Conquanto a tecnologia venha proporcionando novas comodidades materiais aos habitantes das grandes cidades, o ritmo vertiginoso das transformações sociais tem produzido neuroses e psicoses, modificando as relações entre pais e filhos, entre os cônjuges, alterando as estruturas familiares e a própria vida de relação. Conforme recente estatística, existem, nos Estados Unidos da América do Norte, cerca de 600.000 pessoas internadas em clínicas psiquiátricas e, aproximadamente, 10.000.000 dos indivíduos sofrem de alguma forma de doença mental. As estatísticas acusam a elevação impressionante do índice da criminalidade

com exacerbação dos delitos contra o patrimônio, nas suas mais diversas modalidades, que vai do estelionato ao latrocínio. Cresce o consumo dos psicotrópicos, incrementando a delinqüência juvenil. O lenocínio estende os seus tentáculos, alcançando jovens das mais diversas classes sociais e os chamados “inferninhos” atraem a juventude para o envolvimento com a prostituição. A poluição moral é, também, por conseguinte, um dos problemas mais relevantes das agitadas megalópoles.

A pressa, o vazio da solidão, a necessidade compulsiva de distrações, as técnicas de aliciamento da propaganda comercial, o sensacionalismo da imprensa, a elevação do custo de vida e tantas outras múltiplas pressões de toda natureza têm produzido, no homem urbano, um permanente estado de tensão psíquica e angústia existencial.

A LITERATURA E AS ARTES NO MUNDO ATUAL

25 de abril de 1969

O século XX a.C. assinala o início da literatura ocidental com o lendário poeta grego Homero, autor dos famosos poemas épicos a “Ilíada” e a “Odisséia”, que retratam o mundo helênico da mitologia. Além de Homero, também se destacaram, no campo da poesia, Anacreonte, Safo e Píndaro, este considerado o maior de todos os líricos da Grécia.

A tragédia grega atingiu seu clímax com Ésquilo, cujas peças se caracterizavam por um fatalismo exagerado; com Sófocles, que se notabilizou pelo sentimento idealístico da natureza humana; e com

Eurípides, que descrevia as criaturas de maneira realística, admitindo que o mal, em breve, dominaria o mundo e que melhor seria para o homem se não tivesse nascido. “Édipo Rei” e “Antígona” são as obras mais famosas de Sófocles e “Andrômaca” e “Medéia’, as de Eurípides.

A comédia teve em Aristófanes, que escreveu “As Nuvens” e “As Aves”, entre outras, o seu maior representante.

Na estatuária, se projetaram as figuras de Fídias e Apeles.

Roma deu ao mundo o teatro de Plauto e Terêncio. Virgílio, autor de “Bucólica”, “Geórgica” e “Eneida”, Horácio e Ovídio, este último famoso por seu poema “Metamorfoses”, são considerados os maiores poetas romanos, não esquecendo, porém, lembrar os nomes de Lucrécio, Catulo, Marcial, Juvenal e Apuleio, autor do livro “O Burro de Ouro”. Aulo Gélio, que se dedicou à política literária, escreveu uma obra composta de vinte volumes, intitulada “Noites Áticas”.

A Renascença na Itália, nos séculos XIII e XIV, teve em Dante, Petrarca e Boccacio os seus maiores vultos literários. “A Divina Comédia”, escrita por Dante, é considerada uma das maiores obras já produzidas em todos os tempos. Neste movimento literário, também se destacaram Aretino, Torquato Tasso e Ariosto.

Nas artes plásticas, pontificaram Giotto, cuja pintura foi decantada, em versos, por Dante Alighieri. Botticelli ilustrou a “Divina Comédia” e se notabilizou pelo seu quadro “Nascimento de Vênus”. Leonardo Da Vinci foi um gênio enciclopédico: pintor, escultor e inventor. Rafael Sansio se destacou pelas suas “madonas” e “bambinos”. Ticiano, considerado o fauno da Renascença, notabilizou-se pelo sensualismo de suas telas. E

Miguel Ângelo, êmulo e contemporâneo de Leonardo Da Vinci, foi uma das figu-ras exponenciais de sua época, na pintura e na escultura.

Na Renascença inglesa, Shakespeare escreveu livros que, pelo seu denso conteúdo psicológico, atravessaram os séculos, como “Romeu e Julieta”, “Hamlet”, “Rei Lear” e “Otelo”, entre muitas outras, tendo criado cerca de 700 personagens. Além de Shakespeare, destacaram-se William Penn e John Milton, este último conhecido por seu livro “O Paraíso Perdido”.

O Renascimento francês floresceu com Montaigne, Ronsard e Rabelais. E, em Portugal, apareceu uma das maiores obras da literatura em todos os tempos, “Os Lusíadas”, de Luiz Vaz de Camões.

No século XVII, o movimento literário denominado classicismo foi liderado na França por Malherbe e Boileau. No teatro, Corneille foi considerado o pai da tragédia francesa, com obras da envergadura de “O Cid”. Racine, depois de Corneille, tornou-se o maior dramaturgo francês, escrevendo peças como “Andrômaca” e “Britânico”, onde demonstrou o seu conhecimento da natureza humana.

Molière, cognome de Jean Baptiste Poquelin, é o verdadeiro criador da comédia, descrevendo os caracteres da corte e da cidade, na sua época. As suas obras mais conhecidas são “O Avarento”, “As Sabichonas”, “O Misantropo” e “Escola das Mulheres”, entre muitas outras.

Na Inglaterra, se destacaram o poeta Alexander Pope e o romancista Daniel Defoe, criador do jornalismo literário e considerado o precursor do romance romanesco, cujos maiores representantes foram Richardson e Fielding. Defoe e Jonathan Swift se

consagraram, como escritores, pelos seus livros “Robinson Crusoé” e as “Viagens de Gulliver”, respectivamente.

Na Alemanha, Goethe foi considerado o maior dos poetas do seu país, principalmente pelo seu livro “Fausto”. Schiller se notabilizou como poeta lírico, sendo, como autor dramático, superior a Goethe. E Holderlin, por sua lírica transcendental, se destacou como uma das maiores expressões do humanismo alemão.

O século XVII foi a idade áurea da literatura espanhola. Ledesma chefiou a escola conceptista e Góngora, a escola cultista, que se caracterizavam por uma posição extremada aos princípios da escola clássica. No teatro, surgiu Lope da Vega, o maior dramaturgo espanhol, que, no dizer de seu biografo Montalban, escreveu cerca de 2.200 obras, das quais são conhecidas apenas 400. Calderon de La Barca, porém, o sobrepuja na qualidade de sua produção. Tirso de Molina, a quem Lope da Vega classificou de o “Terêncio espanhol”, focalizou a sociedade de sua época, tendo seu estilo sofrido a influencia de Gôngora. E, finalmente, Cervantes, a maior glória literária da Espanha, se consagrou como autor de “Don Quixote de la Mancha”, considerado o último romance de cavalaria e o primeiro romance moderno.

O século XVII teve, como representantes máximos na pintura, o flamengo Rubens, o espanhol Velázquez, que pintou a corte espanhola de sua época, e o holandês Rembrandt, notabilizado pela tonalidade de seus quadros e seus auto-retratos. Chateaubriand foi o precursor do Romantismo na França, que teve como seus maiores expoentes Lamartine, Musset, Gautier, Vigny, Alexandre Dumas, Georg Sand e Victor Hugo, este último o mais fecundo e versátil do todos. Na

Espanha, se destacaram Saavedra, o grande épico do Romantismo espanhol e Espronceda, cujo lirismo é igualado ao de Goethe, Byron e Leopardi. Na Inglaterra, Shelley foi consagrado como um dos maiores poetas líricos de seu país, seguido de Byron, Keats, Robert Burns, Tennyson e Walter Scott. Na Alemanha, Heine foi a figura mais destacada do Romantismo, juntamente com Hebbel e Kleist. Em Portugal, pontificaram Almeida Garret, Alexandre Herculano e Antônio Feliciano Castilho. No Brasil, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, José de Alencar, entre outros. Na Itália, Leopardi foi o ponto alto do movimento romântico.

O século XVIII é a idade de ouro da música, onde despontam Mozart, Bach, Beethoven, Schubert, Haëndel, Haydn e Gluck. E, no século XIX, se notabilizaram Schumann, Lizst, Wagner, Tchaikovsky, Chopin, César Franck, Debussy, Verdi, Strauss, Massenet, Brahms e Carlos Gomes.

O Realismo, na França, foi encabeçado por Balzac, o famoso autor de “A Comédia Humana”, e o Naturalismo por Emílio Zola, Flaubert e Maupassant. O Naturalismo teve dois representantes na Itália: Carducci e Gabriel D’Annunzio. Na Alemanha, surgiram Nietzsche, autor de “Assim falava Zaratrusta”, e Hauptmann. Na Rússia, o Realismo foi representado por Dostoievski e Tolstoi. Na Noruega, por Ibsen. Em Portugal, por Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz, este último autor de duzentos e sessenta e duas obras entre as quais se destacam “O Crime do Padre Amaro” e “As Cidades e as Serras”. No Brasil, o Realismo teve em Machado de Assis e Arthur de Azevedo os seus maiores representantes.

Leconte de Lisle e Baudelaire, na França, Olavo Bilac, Raimundo Correia e Augusto dos Anjos, no Brasil, Antero de Quental, João de Deus e Guerra Junqueiro, em Portugal, constituíram a elite intelectual do movimento parnasiano.

O simbolismo surgiu, na França, com Mallarmé, que privilegiou o som em relação à semântica. Deste movimento, também participaram Rimbaud e Paul Verlaine. No Brasil, o movimento simbolista atingiu seu apogeu com Cruz e Souza e Alphonsus Guimarães.

No século XIX, Goya iniciou a era moderna na pintura. Delacroix, considerado o maior pintor do Romantismo, exerceu forte influência na pintura impressionista. Coubert inaugurou o período realista pintando quadros da vida cotidiana. Manet, Cézanne, Degas e Toulouse-Lautrec desencadearam o movimento impressionista, e Van Gogh, o expressionista. Gauguin, pondo em prática o seu lema “tudo ousar”, deu início à fase de deformação simplificada na pintura, despertando ainda, a atenção dos intelectuais do século XX pela arte dos povos primitivos. Picasso e Braque realizaram experiências cubistas, e, ainda neste século, se desenvolveu um movimento artístico a que se denominou de surrealismo.

A AUTOMAÇÃO

2 de maio de 1969

Realizar um trabalho material ou intelectual, com um mínino de esforço, parece ter sido, consciente ou inconscientemente, uma das aspirações fundamentais do ser humano. As classes dominantes não realizavam

trabalho algum, transferindo este ônus para os animais domésticos e os escravos. Em todas as culturas sempre existiram os privilegiados que jamais ganharam o “pão com o suor do seu rosto”, enquanto a maioria produzia o pão suado para abarrotar as arcas dos potentados.

Um dia, na pré-história, um dos nossos ancestrais descobriu um adjutório capaz de ampliar o raio de ação do seu corpo. A força muscular poderia, agora, assessorada pelos primeiros instrumentos rústicos, aumentar a capacidade de trabalho. Esse aumento de poder permitiu ao homem dominar os animais, colocando alguns deles ao seu serviço. E também submeter os semelhantes à condição de escravos.

Desde os tempos primitivos, já eram conhecidos os princípios fundamentais da máquina: a roda, o eixo, a alavanca, o parafuso e a cunha. Sobre as possibilidades da alavanca, Arquimedes enfatizava: “Dêem-me uma vara suficientemente comprida e um ponto de apoio e eu deslocarei a Terra”. A ele se atribui a invenção do parafuso, que era utilizado para elevar a água do mar até o convés dos navios. Todas as máquinas modernas são construídas em obediência a esses princípios em suas múltiplas combinações: é uma espécie de código genético da mecânica.

Heron de Alexandria inventou uma máquina a vapor. Mas só no século XVIII, Tomas Savery e Tomas Newcomen construíram, em 1705, uma máquina a vapor para extrair a água de um poço. Em 1769, James Watt projetou a verdadeira precursora da moderna máquina de vapor comprimido. Neste mesmo ano, Nicolas Joseph Cugnot utilizou o vapor nos transportes, construindo verdadeiros monstrengos, que se tornaram uma diversão popular. Com a Revolução Industrial, de 1760 a 1860, o Ocidente ingressou numa nova era de progresso. Blaise

Pascal e Leibniz inventaram, respectivamente, as máquinas de calcular e de multiplicar.

No século XVIII, apareceu o prelo mecânico. Robert Fulton projetou o primeiro barco a vapor, enquanto Henry Mill e Frederico von Knauss inventaram e aperfeiçoaram as primeiras máquinas de escrever.

No início do século XIX, Richard Trevithick, também conhecido como capitão Dick, inventou, em 1801, a primeira carruagem sem cavalos e movida a vapor, a que se deu o nome pitoresco de “diabo resfolegante”, e que desenvolvia uma velocidade de 16 quilômetros por hora. William Cecil e Samuel Brown construíram as primeiras máquinas rudimentares, que trabalhavam pelo sistema de explosões. Em 1893, Charles Duryea adaptou um motor à gasolina a uma carruagem, do que resultou no primeiro modelo de automóvel. A primeira turbina a vapor foi construída por Gustaf de Laval, em 1889. A agricultura, em 1840, foi beneficiada com a invenção da ceifadeira automática de Cyrus McCormick. Em 1898, Rudolf Diesel construiu o primeiro motor, que recebeu o seu nome. Era uma máquina de combustão interna, que trabalhava a óleo e ar superaquecido, sem utilizar a força expansiva dos gases provenientes da combustão à gasolina. George Stephenson, em 1830, inventou a primeira locomotiva, proporcionando a construção de estradas de ferro que, em um período de apenas dez anos, ligavam todas as principais cidades da Inglaterra. Em fins do século XIX, a família das máquinas-ferramentas estava firmemente estabelecida, nessa fase de acelerado desenvolvimento industrial, que contou com a contribuição de Thomas Edison, autor de mais de uma centena de invenções, entre elas a da lâmpada elétrica.

A fábrica automática de Henry Ford assinalou o início da era da automação, que está eliminando o trabalho muscular dos operários, enquanto os computadores, por sua vez, auxiliam o trabalho intelectual dos funcionários de escritório. Os primeiros robots-computadores surgiram por ocasião da 2ª Guerra Mundial. O primeiro deles foi o Eniac, construído por Goldstein, em 1944. Em seguida, surgiram o Mark I, II e III, o Bizmac, o Norc, o Univac, o Erma e o Zephir, este último considerado o gênio mecânico da linguagem e que traduz, automaticamente, o inglês para três idiomas diferentes,

A automação é o grande empreendimento tecnológico da nossa época e os seus benefícios e desvantagens influem decisivamente nos mais diversos setores da indústria, do comércio e da agricultura.

A EDUCAÇÃO E OS MEIO DE COMUNICAÇÃO

9 de maio de 1969

Desde os tempos pré-históricos, os nossos ancestrais sentiram a necessidade de constituir comunidades e permutar experiências. A linguagem articulada foi o primeiro veículo de comunicação entre os homens e a oralidade, a forma primitiva de transmissão cultural. Depois, eles começaram a gravar as suas vivências sobre as pedras, no interior das cavernas, marcando, assim, o início da linguagem escrita.

Os egípcios, cerca de 4.000 a.C., adotaram a chamada escrita hieroglífica. Os Sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme. E os povos

orientais, a escrita ideográfica. Coube, todavia, aos fenícios a glória da invenção do alfabeto.

O primeiro serviço de correios aconteceu por ocasião da primeira guerra pérsica, quando Feidípedes, correndo, quase ininterruptamente, dois dias e duas noites, foi comunicar aos atenienses a vitória grega em Maratona.

Os romanos, com o seu espírito pragmático, abriram estradas em toda a extensão do seu vasto império, estabelecendo postos de correios, objetivando, mediante esta forma de comunicação, a sua unidade política.

Nos séculos XV e XVI, o mundo ocidental conheceu uma nova fase de progresso, com o desenvolvimento das artes náuticas. O Infante D. Henrique fundou, em 1418, a Escola de Sagres. Construíram-se as primeiras caravelas, cujas características técnicas permitiram excursões mais arrojadas pelo oceano pejado de perigos e superstições. A bússola substitui o Sol e a estrela polar como pontos de orientação. Portugueses e espanhóis se revelaram exímios navegadores, inaugurando uma nova era para o mundo, com os seus notáveis feitos marítimos. Colombo descobriu a América. Vasco da Gama alcançou as Índias, desacreditando o mito do Cabo das Tormentas. Fernão de Magalhães realizou a primeira viagem de circunavegação. E Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil.

Em 1455, João Gutemberg deslumbrou o mundo com a impressão do primeiro livro, a Bíblia Sagrada, mediante o processo de tipos móveis. Nascia a imprensa, aumentando, extraordinariamente, a comunicação ideológica entre os homens.

Mas, ao século XIX estava reservado o destino de ser o marco inicial da comunicação moderna. A eletricidade vinha sendo objeto das mais rigorosas experimentações científicas, graças ao trabalho e às descobertas de pesquisadores criativos como Benjamim Franklin, Alessandro Volta, Luigi Galvani, Humphrey Davy, Hans Oersted, André Ampère, Georg Simon Ohm, Joseph Henry e Michael Faraday, que estabeleceram as leis da eletricidade e do magnetismo, da resistência elétrica, da eletricidade química, da corrente elétrica, ensejando as invenções da bateria e do gerador elétricos, entre outras. Thomas Alva Edison, o maior inventor de todos os tempos, foi o autor de 1.093 invenções, devidamente patenteadas, entre elas se destacando a lâmpada elétrica, os sistemas de telegrafia, o mimeógrafo e o ancestral do cinema, o cinetoscópio, este último em colaboração com George Eastman

Em 1878, Alexandre Graham Bell inventou o telefone, Samuel Morse, em 1836, o telégrafo sem fio, assim como um código, que ficou conhecido como Código Morse. Em 1867, Lord Kelvin inventou o primeiro telégrafo submarino e, em 1888, Hertz descobriu as ondas eletromagnéticas, denominadas, depois, de ondas hertzianas.

A invenção da válvula eletrônica, em 1908, por Lee de Forest, tornou possível o rádio e a televisão, aquele atribuído a Marconi e esta última a Wladimir Sworykin, cognominado o “pai da televisão”. Finalmente, em 1906, Santos Dumont resolveu o problema do mais pesado que o ar, com o seu avião “Demoiselle”, movido a motor. Com o progresso vertiginoso da aviação e a invenção do “Telstar”, o mundo se tornou menor, aproximando física e psicologicamente os antípodas.

De todos os meios de comunicação, a televisão ocupa, inquestionavelmente, um dos primeiros lugares. Ela pode constituir-se um fator de progresso ou de alienação, segundo a orientação, que lhe for impressa. Os recursos audiovisuais têm demonstrado a sua superioridade sobre os métodos clássicos da aprendizagem, facilitando e dinamizando os processos associativos. No plano psicológico, a televisão exerce uma forma sutil de autoridade sobre o telespectador, induzindo-lhe uma atitude de passividade crédula e reduzindo-lhe o poder de autocrítica. Ela é um poderoso veículo de integração e participação das massas, canalizando os mais diferentes conteúdos psicológicos de uma comunidade. Daí, a faca de dois gumes, que ela representa: veículo de educação ou de alienação de um povo.

O mundo moderno é o mundo das comunicações por excelência. Comunicação entre povos e costumes mais diversos. Comunicação em todos os planos e em todos os níveis psicológicos. Comunicação que, a cada dia, aperfeiçoa os seus próprios recursos, mas que, paradoxalmente, parece tornar o homem mais essencialmente sozinho, emocional e psiquicamente dependente da opinião pública e do aliciamento publicitário. Eis a razão da necessidade de uma TV-Educativa para neutralizar os descaminhos de uma comunicação alienada, reeducando o povo para a conquista dos verdadeiros valores do espírito humano.

A CRIANÇA NO MUNDO DE HOJE

16 de maio de 1969

Um velho chavão, mas verdadeiro, afirma que a criança é o futuro de um país, porque ela é a garantia da continuidade de uma cultura. O ser ainda em formação constitui, socialmente, uma *tabula rasa*, onde são gravados, profunda e indelevelmente, os preceitos, os preconceitos e o *modus vivendi* de uma sociedade.

Nos primeiros anos da vida do infante, a mãe representa o mais eficaz agente cultural, dada à sua proximidade física e espiritual da criança. De conformidade com os tem- pos e os lugares, essa espécie de cordão umbilical psiquíco pode ter uma vida longa ou muito breve.

Desde as mais remotas civilizações, existiu nítida separação nos processos educacionais da criança, não apenas em relação à hierarquia social, como também ao sexo. Em Esparta, os meninos eram educados para serem bons guerreiros e as meninas para incentivarem, quando adultas, as virtudes bélicas em seus maridos e transmitirem-nas aos filhos. As crianças, nascidas defeituosas, eram projetadas do alto de um rochedo, com a finalidade de eximir o Estado do ônus de um indivíduo imprestável. Entre os romanos, o nascimento de uma menina não satisfazia à finalidade do casamento, porque somente ao filho cabia a perpetuação do culto doméstico. Tanto na Índia, como na Grécia e em Roma, a filha não podia herdar. Posteriormente, o Direito Romano lhe fez algumas concessões.

Se na nossa civilização ocidental sempre existiu a superioridade social do elemento masculino, determinando, por conseguinte, processos pedagógicos distintos, o mesmo não aconteceu - e ainda não acontece - entre certos povos primitivos. A região mais meridional da Melanésia norte ocidental é habitada pelos

povos dobuanos. Nesta primitiva organização social, o marido desempenha um pa- pel subalterno e até mesmo humilhante.

Os estudos e as observações antropológicas têm derrubado muitos mitos e superstições a respeito de uma natureza humana de validade universal. Muitas considerações de conteúdo ético e determinados juízos de valor têm ruído, fragorosamente, no cotejo entre as mais diferentes culturas, principalmente aqueles que dizem respeito ao sexo. Malinowski já observara que, entre os ilhéus de Trobiand, do Pacífico Sudoeste, a manifestação do complexo do Édipo divergia da do contexto ocidental: o menino apresentava desejos incestuosos para com a irmã, em vez da genitora, e hostilidade para com o tio da genitora, em vez do genitor.

Na América do Norte, os índios Hopi não dão importância à relação sexual entre crianças, porque não resulta em gravidez. Não se faz distinção entre as crianças e os adultos, sendo todos os homens considerados pai e todas as mulheres, mãe, disto resultando um sentimento de segurança e solidariedade, durante o período infantil. No seu superliberalismo, os Hopi costumam afirmar que “os brancos esperam demais de uma criança”.

Os índios Pilagá, da América do Sul, não exigem de seus filhos amor absoluto, respeito ou honrarias, tratando-os como seus iguais. As crianças, por sua vez, são muito preocupadas com atividades e folguedos de natureza sexual. Aliás, cumpre ressaltar que entre a maior parte das culturas melanésias da Nova Guiné sul oriental, os adultos não se importam com a relação sexual entre crianças. Geralmente, os nativos abominam os castigos corporais, e al- guns deles costumam afirmar

que os brancos não amam os seus filhos, porque os castigam.

A cultura, por conseguinte, modela as crianças segundo o seu próprio contexto e, nessa modelagem, muitas vezes, deforma, de maneira irreversível, a sua individualidade. Atrofia ou distorce a sua originalidade criadora. Reprime manifestações legítimas de sua estrutura orgânica. Exacerba a agressividade ou induz ao comodismo. Elabora tabelas de valores além do alcance da maioria dos indivíduos, gerando frustrações e descontentamentos. Estabelece distinções entre os homens, de conformidade com a idade, o sexo, a cor, a posição social e a situação econômica. E a criança, conforme os bons ou maus fados do seu nascimento, é encaminhada, pedagogicamente, para assimilar o modelo que lhe é assinalado na sociedade.

O HOMEM: POR QUE MATA, POR QUE SE MATA?

23 de maio de 1969

O primeiro homicídio de que se tem notícia, segundo o relato bíblico, ocorreu quando Caim matou Abel.

Em Atenas, a princípio, concedia-se ao homicida a faculdade de exilar-se, mas, caso retornasse à pátria, era-lhe aplicada a pena de morte. Esparta, sob a influência de Dracon, se igualou, em rigorismo, à legislação mosaica.

Em Roma, a pena de morte variava segundo a condição social do réu. Com Justiniano, todavia, foi restabelecida a pena capital, indistintamente, tal como existia nos tempos de Numa Pompílio.

No primitivo direito germânico, o homicídio não tinha caráter publicista, ensejando, assim, a vingança da família do morto ou a *compositio*.

Com o ressurgimento do Direito Romano e a influência do Direito Canônico, o homicídio se desprivatizou e a pena de morte passou a constituir regra geral para os crimes dessa natureza.

De conformidade com os tempos e os lugares, vários são os motivos que levam o homem a matar os seus semelhantes, em obediência a valores sociais e pessoais, institucionalizados pela sociedade onde ocorreu o fato.

O homicídio, entre os índios Pueblos, é muito raro, em se tratando de indivíduos da sua tribo. Entre os Kwakiutl, quando morre o filho de um chefe, seja por doença ou nas mãos de um inimigo, o seu pai sai em busca de um guerreiro de outra tribo para matá-lo, como um meio de compensar a sua perda, fazendo que outra família também fique enlutada. Entre os esquimós,

quando um homem mata outro, a família do morto pode admitir o assassino em seu grupo doméstico para reparar o dano sofrido, casando-o com a viúva da vítima.

O suicídio foi muito raro entre os hebreus, podendo-se citar os de Abimelec, Saul, Aquitofel e Zambri. No entanto, era um fato comum entre os hindus. E, ainda hoje, os discípulos dos brâmanes se matam com a mesma facilidade com que o faziam nos tempos de Alexandre Magno. A cada ano, por ocasião das festas do ídolo de Djaggernat, o carro que o conduz passa por cima dos corpos dos seus adoradores. E, nas festividades de Ticonnel, em Bengala, grande é o número de pessoas que se sacrificam, de maneira cruel, pelos seus deuses. Os livros sagrados dos hindus estabelecem e autorizam várias formas violentas de suicídio. Até o século passado, as mulheres se atiravam nas fogueiras, onde haviam sido queimados os restos mortais de seus esposos.

Na China e, principalmente, no Japão, os suicídios foram muito numerosos entre todas as classes sociais. Os altos funcionários, condenados à morte, se matavam a fim de escapar do suplício extremo.

Quando o Imperador Chin-Koan-Ti mandou queimar os livros sagrados de Confúcio, 500 dos discípulos do mestre chinês se suicidaram em sinal de protesto.

Voltaire conta que, no seu tempo, quando um japonês era ultrajado por outro, abria as entranhas na presença do ofensor, desafiando-o a fazer o mesmo e, se este não o imitava, ficava desonrado. Os japoneses ainda costumam matar-se por causa de pequenas contrariedades domésticas e até por amor à pátria, como aconteceu na 2ª Guerra Mundial, quando se transformavam em projéteis humanos, chocando-se

contra as embarcações inimigas, pilotando um avião ou dirigindo um torpedo.

Os adoradores da divindade Amida se encerravam, voluntariamente, em sua tumba, invocando-a sem cessar, até morrerem de inanição.

Uma forma do suicídio chinês é o que se comete para se vingar de um inimigo inexpugnável, não somente porque as leis atribuem a responsabilidade àquele que lhe deu motivo, mas porque, segundo as suas crenças, a alma do falecido, livre das limitações do seu corpo, pode melhor perseguir o seu inimigo.

Os partidários de Zoroastro jamais tentaram contra a vida, daí a razão pela qual o suicídio era praticamente desconhecido na Pérsia.

No Egito, tornou-se famoso o suicídio de Cleópatra, que se deixou picar por uma áspide venenosa para evitar a vergonha de levada, como prisioneira, para Roma.

Em Cartago, eram freqüentes os suicídios. Amílcar e Magon se mataram, envergonhados pela derrota, e Aníbal assim procedeu para não cair nas mãos do inimigo romano.

Na Grécia, alguns reis se suicidaram, entre eles Codro, rei de Atenas, Meneco, rei de Tebas e Cleómenes III, rei de Esparta. Também cometeram suicídio pessoas famosas como Temístocles, Demóstenes, Isócrates, Zenon, fundador do Estoicismo, Empédocles e a poetisa Safo. Plutarco fez menção de uma epidemia de suicídio ocorrida entre os jovens de Mileto,

Em Roma, os suicídios foram muito raros durante a república, mas, no período de sua decadência e, talvez, pela influência de Sêneca, uma onda de suicídios assolou todo o império.

Muitas vezes os vencidos se suicidavam para escapar das mãos dos vencedores, principalmente quando cruéis.

Durante a Idade Media, foram sumamente raros os casos de suicídio entre os povos da Europa, devido ao apego às crenças religiosas e o temor à legislação canônica, que declarava infame os suicidas e lhes negava sepultura eclesiástica.

No período do Renascimento, recrudesceu o número de suicídios. Tomas Morus, no seu livro “Utopia”, entendia que o suicídio era legítimo em alguns casos. Contrariamente, Lutero e Calvino argumentavam que Deus é o Senhor único e absoluto da vida e da morte. Montesquieu afirmava que a Inglaterra era a terra “natal e clássica do suicídio”.

O suicídio é desconhecido entre os povos da Terra do Fogo e entre muitas tribos australianas.

Havia uma lei especial, entre os hebreus, que declarava infame o suicida, negando-lhe sepultura, ou enterrando-o de noite, sem pompas.

O Código do Manu permitia aos velhos se suicidarem, e até o ordenavam em certos casos. A legislação armênia declarava maldita a casa do suicida. As leis gregas determinavam que o suicida fosse sepultado em lugar afastado e sem honras e, em Atenas, a mão direita do suicida era cortada pelo verdugo, queimada e enterrada separada do corpo. Em Tebas, o cadáver era cremado, como sinal de infâmia, longe da família e sem cerimônias religiosas. O suicídio era punido em Roma durante a república, deixando de sê-lo nos tempos do Império.

O CELIBATO

6 de junho de 1969

Quando Deus, segundo o Gênesis, criou o primeiro casal, recomendou-lhe: “Crescei e multiplicai-vos e enchei toda a Terra”. Apesar deste preceito divino, nem todo indivíduo se sente atraído para estabelecer uma sociedade conjugal. Os hebreus, porém, embalados na expectativa de um Messias libertador, jamais admitiram o celibato.

Os Persas instituíram prêmios e vantagens para os que dessem mais filhos ao Estado. O Zend-Avesta, seu livro sagrado, recomendava o casamento precoce.

Em Esparta, o celibatário era castigado com a infâmia, assim como aquele que se casava tardiamente. Também era considerado motivo de desonra o casamento entre velhos, ou entre jovens e velhos. Segundo Plutarco, os celibatários eram excluídos dos jogos ginásicos e, como castigo, obrigados a andar desnudos, no rigor do inverno, em plena via pública, entoando canções ridículas. Por outro lado, o governo espartano concedia prêmios aos casados, que tivessem certo número de filhos. Conforme Aristóteles, quatro filhos eram suficientes para isentar o genitor de todos os ônus públicos.

Em Atenas, Sólon não estabeleceu pena para os celibatários. Dinarco informou que nem os oradores, nem os comandantes de Exércitos podiam ser admitidos no governo do Estado antes de terem filhos.

Em Roma, o celibato foi combatido desde os primeiros tempos, com a instituição de prêmios e privilégios para os casados. Os censores aplicavam a pena de multa aos celibatários recalcitrantes.

Os germanos viam, no matrimônio, o primeiro dever do cidadão.

O Cristianismo, conquanto elevasse o matrimônio a sacramento, ensinou que o estado virginal era superior àquele.

Nas grandes cidades modernas, principalmente em virtude do fator econômico, tem aumentado o número dos celibatários, levando o governo a cogitar de medidas legais para a sua repressão, tais como gravar com imposto especial a todos os solteiros maiores de certa idade,

O celibato eclesiástico não exige a virgindade, mas a continência. Na Igreja ocidental, o celibato é obrigatório para todos os que se ordenam, enquanto que, na Igreja oriental, tal obrigatoriedade só é imposta aos bispos e demais clérigos de ordens superiores, que não sejam casados ao tempo da ordenação.

A instituição do celibato eclesiástico não é de direito divino natural, nem de direito positivo. Pretenderam alguns teólogos que ele fosse de direito positivo, sob fundamento de que, no Antigo Testamento, se permitia o casamento aos sacerdotes. Estes apenas se abstinham de suas mulheres nos dias em que ofereciam o sacrifício, a fim de se acercarem do altar com maior pureza de coração. Eles argumentavam que, como no Novo Testamento foi instituído o Santo Sacrifício da Missa e este se deve oferecer, com freqüência, todos os dias, a adoção do celibato constituiu uma medida imperiosa. Esses motivos, porém, são aparentes, pois não há texto algum nas Sagradas Escrituras, que imponha o celibato eclesiástico. Se este fosse de direito divino, a Igreja não poderia dispensá-lo, como o fez a Igreja oriental. O celibato, portanto, é de direito eclesiástico humano.

Nos primeiros séculos da Igreja, era costume a guarda estrita do celibato pelos clérigos de ordens superiores, não só no Ocidente, como também no Oriente, costume este derivado dos tempos apostólicos, tendo, até certo ponto, força de lei. A partir do século IV, adquiriu caráter de obrigação legal.

Guizot, no seu livro “História da Civilização Européia”, mostra como o celibato eclesiástico impediu que o clero se tornasse uma casta. Há os que argumentam que o celibato assegura a independência do clero e sua liberdade para resistir à tirania e às perseguições.

No Budismo, existe a ordem dos religiosos mendicantes, que impõe aos seus membros a obrigação de viver em celibato. No Tibete, esse costume é observado pela seita religiosa do “Chapéu amarelo”.

O Concilio Iliberitano, em 305, mandou que todos os eclesiásticos, indistintamente, se abstivessem de relações conjugais desde o momento de sua ordenação. Os demais Concílios repetiram essa orientação, nem sempre seguida por alguns clérigos, que continuaram casados, ou vivendo em concubinato. O Papa Gregório VII, em virtude desse abuso, restabeleceu a disciplina antiga, por ocasião do Concilio de Roma, em 1074, fulminando, com a pena de excomunhão, os clérigos casados, ou em concubinato, como também os fiéis que se confessassem com eles ou assistissem às suas missas. Finalmente, o Concilio de Trento, no século XVI, estabeleceu, definitivamente, o celibato eclesiástico para todos clérigos da Igreja ocidental.

PARA ONDE CAMINHA O TEATRO BRASILEIRO?

13 de junho de 1969

O Teatro se originou das Grandes Dionisíacas, ou festas de Dionísio, celebradas em Atenas, em fins do século VI a.C. Dessas representações, realizadas ao ar livre, no santuário de Dionísio, resultou a obra prima do teatro grego - a tragédia -, que teve em Ésquilo, Sófocles e Eurípides os seus expoentes máximos.

Depois de Eurípides, a tragédia entrou em declínio, surgindo, então, a comédia, onde se destacou a figura de Aristófanes.

Em Roma, Plauto e Terêncio consolidaram, definitivamente, a comédia como gênero teatral. Da tragédia romana, apenas sobreviveram algumas peças de Sêneca.

O teatro medieval, à semelhança do antigo, é, também, de fundo religioso, sendo que, naquele, os enredos são tirados da história bíblica. O palco era a praça central da cidade, e toda a população participava, diretamente, do espetáculo. As duas maiores peças medievais são holandesas: Lanseloet e Elckerlyc. No fim da Idade Media e princípios de século XVI, surgiram, na península Ibérica, as peças teatrais de Fernando de Rojas e de Gil Vicente. A partir do século XVI, teve início, na Itália, o teatro moderno, que rompeu com as tradições medievais, as quais imitavam os modelos antigos, notadamente, as peças de Plauto e Terêncio. Desse período apenas merece destaque a “Mandrágora”, de Maquiavel.

A Commedia dell’Arte, originária da Itália, dominou, no século XVII, os palcos da Europa. Trissino e

Aretino, apesar do incontestável valor de suas obras, não foram felizes na tentativa de imitar a tragédia grega,

Até princípios do século XVIII, na França, na Itália, na Alemanha e nos países eslavos, se desenvolveu o teatro escolar dos jesuítas, que, no entanto, pouca influência exerceu nas literaturas nacionais, dada a circunstância de ser redigido sempre em latim,

Torquato Tasso, com a sua peça “Aminta”, inaugurou o teatro pastoral, embora Guarini o tenha superado com o famoso “Pastor Fido”. O melodrama encontrou em Metastásio o seu maior representante.

O século XVII foi considerado o Século de Ouro da literatura espanhola. Lope da Vega que, segundo seu biógrafo, escreveu cerca de 2.200 obras, é a figura máxima de sua época, seguido por Tirso de Molina, Calderon de La Barca, Guillén de Castro y Bellvis, Perez de Montalban, Rojas Zorrilla e o mexicano Ruiz de Alarcón.

Na Inglaterra, destacou-se Shakespeare, seguido, de longe, por Marlowe, Thomas Middleton e John Webster.

O teatro francês do século XVII é radicalmente distinto dos teatros espanhol e inglês da época, caracterizando-se pela logicidade e parcimônia em contraposição a exuberância e a incoerência psicológica destes. A tragédia francesa teve em Corneille e Racine os seus melhores representantes, enquanto a comédia atingiu o seu clímax com as peças de Molière. Cumpre, todavia, não esquecer o nome de Voltaire, cujas tragédias encontraram, no século XVIII, inúmeros imitadores em todos os paises da Europa.

Na Alemanha, destacou-se Goethe, apesar de fortemente influenciado por Shakespeare,

O dramaturgo Richard Wagner é a figura exponencial do Romantismo, enquanto o Realismo encontrou em Ibson, Hebbel, Hauptmann, Ostrovski e Tolstoi os seus autores mais representativos. O teatro expressionista, fundamentalmente anti-ibseniano, foi criação do sueco Strindberg, tendo exercido enorme influencia na Holanda, na Bélgica, na França, na Alemanha, na Dinamarca, na Irlanda e nos Estados Unidos da América do Norte.

O teatro poético, que reagiu contra o realismo e o naturalismo, teve, nas obras de Garcia Lorca, sua mais eloqüente expressão.

Chiarelli e Pirandello introduziram o fantástico e o anti-real no teatro, com a finalidade de destruir a personagem como unidade psicológica.

Antonin Artaud é o teórico do teatro surrealista e Ionesco se propôs a fazer o que denominou de *anti-teatro*.

As tendências do teatro moderno, porém, estão mais nitidamente delineadas nas peças de Bernard Shaw, Jean Paul Sartre e o polêmico Bertolt Brecht.

No teatro brasileiro, destacaram-se o Padre José de Anchieta e Antônio José da Silva, o “Judeu”, respectivamente nos séculos XVI e XVIII. O século XIX marcou o início da comédia dos costumes, com as peças de Martins Pena e Aluísio de Azevedo. Finalmente, o movimento modernista de 22 rompeu, em definitivo, com o academicismo teatral, destacando-se os nomes de Álvaro Moreira, Oswald de Andrade, Joracy Camargo e Nelson Rodrigues.

A AGRESSIVIDADE

27 de junho de 1969

Desde tempos imemoriais, quando árdua era a luta pela sobrevivência, o homem desenvolveu, ao máximo, a sua capacidade agressiva e a sua habilidade de destruir seus inimigos, fossem eles animais ou seres humano. A força constituía, assim, ao mesmo tempo, a linguagem, o poder e o direito entre os nossos antepassados.

Mas, a agressividade não era apenas um fato comum entre os homens. Os deuses antigos também possuíam entre si as suas diferenças, nem sempre resolvidas pelas vias diplomáticas. Basta dizer-se que a ira - este sentimento tão prosaicamente humano - era uma respeitável divindade, filha do Éter e da Terra.

As mitologias e as lendas mediterrâneas e nórdicas estão repletas de acontecimentos violentos, onde os deuses pelejavam entre si e, não satisfeitos, ainda se imiscuíam nas controvérsias humanas. Os deuses olímpicos facilmente se irritavam com a irreverência dos homens, aplicando-lhes castigos com os poderes de que dispunham. Zeus, ou Júpiter, era um deus de mau humor e intolerante. O mesmo acontecia com Iavé, o deus dos hebreus, que, arrependido de ter feito o homem, conforme consta do Gênesis, afogou quase toda a humanidade em um dilúvio universal, do qual somente escaparam Noé e sua família.

Sansão, um famoso juiz dos israelitas, recuperando a sua prodigiosa força, agarrou-se às colunas do templo, onde se achava prisioneiro, e conseguiu derrubá-lo, sepultando-se sob seus escombros, juntamente com cerca de 3.000 filisteus.

Héracles ou Hércules, graças à sua força descomunal, realizou proezas mirabolantes, e Aquiles, o

guerreiro invencível, só foi abatido por um golpe de sorte - uma seta desferida por Páris e que lhe penetrou o calcanhar - quando tripudiava sobre o cadáver do valoroso troiano Heitor. As Valquírias, filhas do poderoso deus nórdico Votã, recolhiam as almas dos heróis mortos em combate, levando-as a sua morada no Walhalla.

Povos do passado se destacaram pela sua agressividade e ânsia de dominação: os assírios e os romanos, na Antigüidade, e os hunos, os normandos, também chamados de Vikings, os mongóis e os árabes, durante a Idade Média.

A história assinalou os feitos de homens, que deixaram, à sua passagem, uma esteira de progresso e violência, ou de apenas violência: Nabucodonosor, Alexandre Magno, Júlio César, Átila, Carlos Magno, Gengis Khan, Napoleão Bonaparte e, em nossos dias, Adolfo Hitler.

Nos tempos da Cavalaria, na Idade Média, eram comuns os combates entre cavaleiros, quer por ocasião de torneios, quer em um encontro fortuito na floresta. Na Corte do lendário rei Artur, pontificaram a coragem e os feitos heróicos dos aguerridos cavaleiros da Távola Redonda, como Lancelote, Tristão, Percival e Galahad.

Nos séculos XV e XVI, os duelos eram freqüentes, ensejando, na França, a intervenção do Cardeal Richelieu para coibir os seus abusos. A honra e o poder quase sempre estiveram presentes em todas as manifestações da violência humana.

Até quase as derradeiras décadas do século XVIII, o mundo ocidental esteve sob o império do Direito da força e do Direito pela força, conquanto filosofias contemporizadoras, como a de Hobbes, no seu livro “Leviatã”, procurassem justificativa para esse fato. As confissões obtidas mediante torturas e as penas aplica-

das – esquartejamento, roda, forca, fogo, decapitação, morte civil, confisco de bens, entre outras - revelavam o quanto de crueldade e violência também existiam no Poder Público.

Com o advento da Revolução Francesa, em 1789, descontados os abusos da época do Terror, a Europa ingressou em uma nova fase de progresso político e social, com a substituição do Direito da força pela força do Direito. O Poder Público proibiu a violência como recurso legal, ressalvada a sua faculdade coercitiva para garantia da ordem social.

Conquanto o Direito, a Moral e a Religião procurem, por todos os meios, reprimir e anular as manifestações de agressividade dos indivíduos, ela subsiste disfarçada sob as mais diversas formas. Se essas explosões sublimadas de agressividade, quase nunca conduzem o homem ao crime, todavia constituem uma constante na vida social, notadamente nas grandes cidades.

A EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

4 de julho de 1969

A população constitui um dos elementos essenciais do Estado, sendo o sujeito e o objeto de toda a atividade política.

A maior ou menor densidade populacional, a sua distribuição e natureza incidem, de maneira decisiva, no modo de ser do Estado.

Na Antigüidade mosaica e no paganismo, todos os desejos do homem se resumiam em possuir terras férteis, mulheres fecundas e prole numerosa. Segundo

Heródoto, os reis persas outorgavam um prêmio anual aos súditos, que tivessem o maior número de filhos vivos. Na Índia, o homem sem descendência estava impedido depor em juízo. Entre os hebreus, os eunucos e os cidadãos sem filhos eram proibidos de exercer a magistratura. Em Israel, não havia vergonha maior do que a esterilidade, porque excluía a possibilidade de o casal ser ascendente do prometido Messias.

As religiões antigas proibiam o celibato e, segundo Fustel de Coulanges, a reprodução era um dever religioso, pois, sem filhos, era impossível a continuação do culto doméstico, fato este considerado a maior das desgraças. Os gregos se preocuparam em regular a explosão demográfica afim de que não se tornasse um perigo para os interesses estatais. Platão, em “As Leis”, abandonou a doutrina do infanticídio, sugerindo a colocação do excesso populacional em colônias. Entendeu, também, que a entrada de estrangeiros no país deveria ser regulada, admitindo-se somente os que fossem suficientemente dedicados a fim de suprir os inconvenientes da natalidade e da mortalidade. A Grécia alcançou o seu apogeu demográfico nos séculos VII e VI a.C. E Roma, no século III a.C, entre a primeira e a segunda Guerras Púnicas.

Segundo Beloch, a Europa Ocidental, no século III d.C. atingiu a cifra de 40.000.000 habitantes. Também é provável que nos séculos XII e XIII tivesse atingido um alto índice populacional, o que explicaria, sob esse aspecto, o fenômeno social das Cruzadas.

No século XIV, a peste negra dizimou um terço da população européia, mas esse descesso foi recuperado no século seguinte.

O problema populacional sempre preocupou os políticos e os filósofos da Antigüidade, como Platão, Aristóteles e Augusto.

Adam Smith proclamou que o sinal mais decisivo da prosperidade de um povo é o aumento de sua população.

Mirabeau sustentou que a quantidade de riqueza aumenta com o aumento da populacional.

Rossi asseverava que a questão demográfica interessa à moral e à política, à economia pública e privada e também à sociologia, reconhecendo, ainda, que, do desenvolvimento normal da população, dependem os destinos dos povos.

Em 1603, o inglês John Graunt escreveu alguns comentários sobre a mortalidade em Londres. Guilerme Pety, em 1683, o astrônomo Halley, em 1693, o francês Deparcieux, em 1745, e o sueco Wargentin, em 1757, também se ocuparam do assunto, porém os seus trabalhos, além de incompletos, focalizavam a população como um fato estático.

Em 1742, Juan Pedro Sussilch, no seu livro "Ordem Divina nas Mutações do Gênero Humano", abordou o problema do movimento populacional e as leis da composição demográfica, destacando as regras para promover-lhe o desenvolvimento, conforme o mandamento bíblico do "crescei-vos e multiplicai-vos". Em 1798, apareceu o estudo de Malthus "Ensaios sobre os Princípios da População", no qual se enfatizou o fenômeno da superpopulação e as suas relações com as condições de subsistência. A doutrina de Malthus, conquanto se apoiasse na restrição populacional, foi exagerada e, em alguns pontos, distorcida por seus seguidores, principalmente quando procuraram aplicar à

população as leis da evolução segundo a Escola Positivista.

O estudo dos problemas demográficos recebeu várias denominações. Guillard chamou-o de Demografia, Engels, de Demologia, Quetelet, de Física Social, enquanto Messedaglia cuidou de distinguir a Demografia da Demologia. Von Firks enfeixou todos os ramos desta ciência sob uma só denominação "Ciência da População" dividida em 3 partes: Estatística da População, Teoria da População e Política da População. Colajamni se insurgiu contra essa orientação, argumentando não ser possível ocupar-se de leis da população sem a indicação dos dados em que se fundamentam.

A explosão demográfica é, nos nossos dias, um dos problemas mais importantes para a própria sobrevivência da humanidade, tendo em vista as perspectivas de cresci- mento para as próximas décadas.

A CONQUISTA DA LUA

18 de julho de 1969

A ânsia de conquista é um arquétipo do ser humano. A história assinala os feitos de homens excepcionais que, graças a sua coragem e persistência, alargaram os limites geográficos da vida.

Há cerca de dois mil anos a.C., nascia, na Babilônia, a astronomia. Os babilônios observaram o movimento dos planetas e fizeram as primeiras previsões dos eclipses lunares. Inventaram, ainda, um calendário dividido em doze meses de trinta dias,

constituído de uma semana de sete dias e de um dia de vinte e quatro horas.

Na Grécia, por volta de 400 a.C., Anaxágoras já propunha uma explicação do eclipse pela projeção da sombra da Lua sobre a Terra. Descobriu que a luz do nosso satélite é refletida, admitindo que tanto a Lua, como os demais planetas, eram, quanto à sua composição física, semelhantes à Terra.

Duzentos anos a.C., Aristarco de Samos elaborou o primeiro sistema heliocêntrico que, séculos mais tarde, seria recriado por Copérnico e defendido por Galileu. Aristarco e Eratóstenes efetuaram as primeiras medições da distância da Terra ao Sol e à Lua, sendo que, nessa tarefa, a medição de Eratóstenes foi quase perfeita.

Um século mais tarde, Ptolomeu criava o sistema geocêntrico, tendo sido o seu livro “Almajesto”, durante quase mil anos, a “Bíblia da Astronomia” Ainda no século 100 a.C., Hiparco de Nicéia determinou a posição de 1.080 estrelas, dividindo-as em seis grandezas e calculando, ainda, a diferença da precessão equinocial.

O século XIII se caracterizou pelo conflito entre a teoria do *ímpetus,* que defendia a hipótese do universo infinito, e a do tomismo, que ensinava que o universo era finito.

Copérnico, no século XVI, reabilitou a teoria heliocêntrica, e Kepler, no século seguinte, introduziu, neste sistema, uma modificação, ao afirmar que cada planeta descreve uma elipse, e não um círculo, em torno do Sol, o qual ocupa um dos focos. Galileu, acérrimo defensor do sistema heliocêntrico, discordou de Kepler, apegando-se a hipótese de que os corpos celestes descrevem órbitas circulares em torno do Sol. Galileu estudou a nebulosa de Andrômeda e, graças à luneta que inventou, observou as fases de Vênus, as manchas

na superfície do solo da Lua, descobrindo, ainda, quatro satélites de Júpiter. Isaac Newton, contemporâneo de Galileu e de Kepler, descobriu a lei do quadrado da distância e da gravitação universal. Borelli concluiu que a órbita elíptica de um planeta resulta do equilíbrio entre duas forças opostas: a centrípeta, atraindo o planeta em direção ao Sol e a centrífuga, procurando afastá-lo.

No século XVIII, Thomas Wrigh elaborou a teoria segundo a qual o Sol e as estrelas da Via-Láctea formam um gigantesco sistema sideral, movendo-se em torno de um centro comum. E Kant desenvolveu, depois, esse raciocínio.

Já nos séculos XV e XVI, Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral alargavam o mundo de então com a descoberta da América e do Brasil, respectivamente. Ainda no século XVI, Zacarias Jansen inventava o microscópio, descortinando o mundo do infinitamente pequeno.

No século XIX, Marconi, Hertz e Morse expandiram as fronteiras no campo das comunicações com a invenção do rádio e do telégrafo sem fio.

No início do século XX, Santos Dumont inventou o avião, inaugurando a era da conquista espacial. Karl Hansky, em 1931, descobriu ondas de rádios vindas do espaço e fundou a radioastronomia.

Em 1957, os russos lançaram ao espaço o primeiro satélite artificial: o Sputinik I. É ainda, a URSS que, em 1961, realizou, pioneiramente, o vôo tripulado em orbitação terrestres, celebrizando Yuri Gagarin como o pioneiro da geração dos astronautas.

Um ano após, o Mariner II, dos EUA, enviou importantes informações sobre o planeta Vênus, quando sobrevoou sobre ele em sua missão memorável.

Em 1966, os veículos Luna 9, da URSS e o Surveyor I, dos EUA, pousaram na Lua e enviaram fotografias de sua superfície. Ainda neste ano, os dois países colocaram os primeiros satélites em órbita lunar.

No Natal de 1968, o mundo assistiu, entre surpreso e deslumbrado, o maior acontecimento, até agora, de todos os séculos: a Apolo-8, dos Estados Unidos da América do Norte, tripulada por Borman, Lowell e Anders, realizou dez orbitações em torno da Lua. E, neste mesmo ano, a Apolo-10, tripulada por Young, Cernan e Stafford, realizou a proeza de aproximar o módulo lunar a uma distância de 15 Km da superfície da Lua. O êxito dessas missões possibilitou ao homem intentar, com grande margem de segurança, a conquista do nosso satélite.

Finalmente, em 16 de julho de 1969, Aldrin, Armstrong e Collins, tripulando a Apolo-11, se lançaram na maior façanha científica da humanidade. No momento em que O Grande Júri discute as conseqüências desse feito, que tanto enaltece a inteligência humana, os embaixadores da Terra se encontram em meio de sua viagem, que poderá conduzi-los à glória, mas, também à morte.

O CINEMA BRASILEIRO

08 de agosto de 1969

Embora se atribua aos irmãos Lumière a invenção do cinema, este, na verdade, teve muitos pais.

A primeira tentativa de aplicação da fotografia ao cinema aconteceu em 1877 quando Muybridge colocou várias máquinas fotográficas, em posição seqüenciada, a

fim de fotografar o galope de um cavalo. Coube, assim, a Marey a glória de ter sido um dos inventores do cinema. Apoiado na idéia do astrônomo Jansey, conforme a qual pode-se tomar 48 fotografias em 72 segundos, Marey construiu um aparelho fotográfico destinado a filmar a sucessão do vôo de um pássaro. As cenas foram obtidas, inicialmente, sobre uma placa fotográfica e, posteriormente, sobre uma cinta de papel, recoberta por uma capa sensível.

Em 1888, Marey construiu o primeiro cinematógrafo. No ano seguinte, Prieze Green introduziu a película de celulóide, e, em 1890, os irmãos Lumière empreenderam a sua popularização. Thomas Alva Edison, em 1894, inventou o cinetoscópio, que diferia do cinematógrafo pelo fato de que, naquele, o filme é assistido através de um aparelho apropriado.

Ainda em 1894, Jenkins pôs em prática a idéia de Ducos de Hauron de colocar sobre um disco uma série de imagens e animá-lo de um movimento rotatório.

A primeira sessão cinematográfica ocorreu em Paris no dia 25 de dezembro de 1895. Os irmãos Lumière, apoiados nas invenções de Marey, Bonly e Deneny, tinham construído um aparelho que, na verdade, constituía o primeiro cinematógrafo prático. Apesar disso, muitos estudiosos do assunto apontam os nomes de Janssen e Ducos de Hauron como os verdadeiros precursores da cinematografia, ressaltadas as contribuições valiosas de Reynaud, Labrely, Richet, Von Monkoven, Eastman, Muybridge e Thomas Edison.

A Georges Méliès é atribuída a transformação do cinema em espetáculo. Foi ele o criador da maioria dos truques cinematográficos, como a justaposição de imagens, os movimentos lentos ou apressados, a mistura de desenho animado com pessoas, etc. A sua

obra prima “Le Voyage dans la Lune”, realizada em 1902, reuniu, em um só filme, desenho animado, comédia, *sex-appeal* e curiosidade científica. Nesse mesmo ano, Edwin Porter descobriu a importância das emoções fortes na dinâmica do espetáculo. Os assuntos das primeiras películas do cinema se dividiam em dois grandes grupos: assuntos ao ar livre e assuntos teatrais. Na primeira categoria, figuravam as cenas da natureza e os documentários. Na última, para sua execução, eram mobilizados todos os recursos teatrais. Essa divisão, que se manteve precisa nos primeiros tempos da cinematografia, não têm, atualmente, mais razão de ser.

David Wark Griffith, considerado o primeiro gênio do cinema, introduziu o plano como unidade básica e deu uma nova dimensão à linguagem cinematográfica. Em 1916, lançou o filme “Intolerance”, considerado por muitos como a melhor obra do cinema de todos os tempos. Por essa época, os norte-americanos introduziram um novo elemento nos filmes cômicos: a cooperação dos animais. Até antes da 1ª Guerra Mundial, os filmes cômicos se reduziam a encontrões e cenas ridículos a fim de produzir a hilaridade no público.

À semelhança de Griffith, os atores teatrais, a princípio, demonstraram grande desprezo e declarada hostilidade ao cinema, como a famosa Sarah Bernhardt que, só após o seu estrondoso sucesso, como atriz principal, do filme “Elizabeth, Rainha da Inglaterra”, mudou, radicalmente, a sua atitude.

A época do cinema mudo produziu uma geração de ídolos, ainda hoje saudosamente lembrados, tais como Max Linder, Rodolfo Valentino, Pola Negri, Greta Garbo, Douglas Fairbanks e Charles Chaplin. Chaplin, um dos mais ferrenhos adversários do cinema falado, só se reconciliou, definitivamente, com este, a partir de

1940, com o filme “O Grande Ditador”. Os irmãos Marx foram os primeiros que se utilizaram, apropriadamente, dos recursos do som e da palavra.

Eugène Lauste, considerado a figura exponencial da pré-história do cinema falado, realizou, em 1910, o primeiro filme sonoro, registrando o som em uma trilha à esquerda da película, como ainda ocorre nos filmes modernos. Todavia, a paternidade do invento do filme falado ora é atribuída aos alemães Jo Engel, Josefh Massole e Hans Vogt, ora ao americano Lee de Forest.

Com o cinema falado, apareceram os nomes de Fred Astaire, James Cagney, Bing Crosby, Maurice Chevalier, Gary Cooper, Joan Crawford, Bette Davis, Clark Gable, Marlene Dietrich, Myrna Loy, Spencer Tracy, Shirley Temple, Carole Lombarde e Gary Grant, entre muitos outros.

O neo-realismo foi o primeiro movimento de importância a ocorrer, no cinema, depois da 2ª Guerra Mundial e que teve em Cesare Zavattini um dos seus maiores argumentistas e roteiristas. Os neo-decadistas, por sua vez, se preocuparam, em explorar, de maneira personalíssima, as angústias mais íntimas do homem moderno. Neste movimento se destacaram Ingmar Bergnam, Antonioni e Felini.

O primeiro filme realizado no Brasil aconteceu em 1898, quando o italiano Alfonso Segredo fotografou uma cerimônia cívica levada a efeito nas ruas do Rio de Janeiro.

A ASTROLOGIA

5 de agosto de 1969

A Astrologia é conhecida desde a mais remota Antigüidade. Na Caldéia, ela se originou do culto dos astros, conforme atestam os documentos cuneiformes, dos quais o mais antigo é o Namar Beli, cuja autoria é atribuída ao rei Sargão, que viveu, aproximadamente, cerca de 3.000 anos a.C. Esta obra foi incluída nos livros cuneiformes de Assurbanipal, no século VII a.C. Continha observações astronômicas e cálculos para a determinação dos eclipses solares e lunares, juntamente com predições astrológicas e regras pa-ra a interpretação dos sonhos. Os sacerdotes assírios, seguindo a tradição caldéia, também cultivaram a astrologia.

As teorias astrológicas das doze casas do céu, correspondentes aos doze signos do Zodíaco, são atribuídas aos babilônios e formam, ainda, a base dos sistemas da astrologia moderna.

Os astrólogos caldeus e fenícios gozaram de enorme reputação na Antigüidade, principalmente por causa das predições, que fizeram sobre o destino de Alexandre Magno.

Os egípcios disputam com os caldeus a paternidade da astrologia. O deus Toth - o Hermes Trimegisto da Antigüidade - é considerado o fundador da astrologia no Egito. A posição dos astros, no momento da concepção, era deduzida pela hora do nascimento do consulente, ficando, porém, a interpretação das influências planetárias reservada à classe sacerdotal. As teorias expostas nos textos egípcios demonstram, cabalmente, que já era conhecida a hipótese heliocêntrica do universo.

Na Índia, a astrologia apresentou uma singularidade: a divisão do zodíaco em vinte e oito casas.

Na Grécia, ela foi cultivada por inúmeros filósofos, entre os quais Tales, Pitágoras e Demócrito, como também pelos astrônomos. Eudóxio de Cnido, autor da Teoria das Esferas Concêntricas foi, talvez, o primeiro a escrever obras sobre o assunto. Hipócrates, em seu livro "*De Aere Aqua et Locis*", discutiu, extensamente, o valor da astrologia na cura e prognóstico das enfermidades. A cidade de Alexandria foi um centro de astrólogos, adivinhos e cultores das "ciências ocultas" e a sua famosa escola médica empregava os métodos astrológicos no diagnóstico e tratamento das doenças.

Em Roma, a astrologia teve, no imperador Augusto, o seu grande defensor. Cícero, conquanto na juventude se dedicasse ao estudo da astrologia oriental, condenou-a, mais tarde, no seu livro "*De Divinatione*". O astrônomo mais famoso da Antigüidade, Cláudio Ptolomeu também foi astrólogo.

Com a vitória do Cristianismo, a astrologia perdeu grande parte de sua importância, e foi perseguida pelos im-peradores cristãos e pela Igreja. Ressurgiu, todavia, mais pujante, durante a Idade Média e o Renascimento,

Os árabes e os judeus foram, nos começos da Idade Média, os depositários das tradições astrológicas da Antigüidade. Entre os árabes, o Califa Al-Mansur, restaurador de Bagdá e o seu filho famoso, Harun-Al-Rashid, se torna-ram os grandes protetores das ciências, e também da astro- logia. Os Judeus encontraram, na Cabala e no Talmude, os estímulos necessários à pratica astrológica.

Até a época das Cruzadas, a Europa cristã não se interessou, ao menos ostensivamente, pela astrologia. Mas es-sa circunstância histórica, promovendo o intercâmbio inevitável entre o Ocidente e o Oriente, propiciou o ressurgimento da astrologia na Europa

Ocidental, facilitado pela decadência do poder papal e do poder imperial, de tal modo que, ao terminar a Idade Média, não havia rei, ou senhor feudal, em cuja corte não figurasse um astrólogo.

No ano de 1186, um congresso de astrólogos anunciou o fim do mundo para determinada data, mas o prognóstico fracassou.

A astrologia atingiu o seu apogeu entre os séculos XIII e XVII, quando foi defendida e incentivada pelos Papas Sixto IV, Julio II, Leão X e Paulo III, e por imperadores e reis como Carlos IV e Carlos V, da Alemanha e Francisco I, da França, os quais mantinham astrólogos em suas cortes. Os astrônomos Tycho Brahe e Kepler também se dedicaram aos estudos astrológicos. Tycho Brahe chegou a elaborar um horóscopo para o imperador alemão Rodolfo II, que era defensor da astrologia.

O século XVI conheceu o mais famoso astrólogo de todos os tempos: Miguel Nostradamus, protegido da rainha Catarina de Médicis, que mandou construir, em Paris, um observatório astrológico para o serviço particular do seu protegido. As predições de Nostradamus, contidas nas suas famosas “Centúrias”, conseguiram êxito retumbante em sua época e ainda gozam de relativo prestígio em nossos dias.

O século XX, apesar das conquistas da ciência e da tecnologia, assiste a um novo ressurgimento da astrologia, suscitando as mais vivas controvérsias a respeito de sua contestável validade científica.

MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

5 de setembro de 1969

A música popular brasileira marcou o seu primeiro período no ano de 1889 a 1927. Naquele ano, ou seja, em 1889, foi introduzido, no Brasil o primeiro fonógrafo, que causou profundo assombro ao Imperador D.Pedro II e à sua Corte.

Em 1817, foi inventado por Emilio Berliner, o disco de gravação lateral, reproduzido pelo gramofone e, em 1902, o sueco Fred Figner, instalado à Rua do Ouvidor, 107, colocava à venda os primeiros gramofones com lançamento dos primeiros discos gravados no Brasil e fabricados na Alemanha. O primeiro disco brasileiro apresentava uma modinha cantada pelo popularíssimo Baiano e intitulado “Isto é bom”.

Em 1913, a casa Edison instalava a primeira fábrica de discos da América do Sul: a Odeon. O primeiro período da música popular brasileira revelou compositores famosos como Ernesto Nazaré, autor de “Brejeiro” e “Apanhei-te cavaquinho”, Sinhô, Donga, Zequinha de Abreu, que compôs a valsa “Branca” e “Tico-Tico no Fubá”, Eduardo Souto, autor de “O Despertar da Montanha”, Catulo da Paixão Cearense, autor de “Luar do Sertão”, Pixinguinha, que compôs “Rosa”, Paraguassú, Américo Jacobino, o conhecido “Canhoto”, Heitor dos Prazeres e Casemiro Rocha autor de “Rato, Rato”. Os gêneros em voga, nesse período, eram a modinha, o lundu, a polca, a quadrilha, a valsa e o samba, entre outros.

O primeiro samba de sucesso apareceu no carnaval de 1917: seu título “Pelo Telefone”, de autoria de Donga e Mauro de Almeida.

Em 1927, com o lançamento das primeiras vitrolas e discos elétricos, se iniciou a segunda fase da música popular brasileira. Por esta época, surgiu no Estácio de

Sá, a primeira escola de samba, denominada “Deixa Falar”.

A fase de ouro do nosso cancioneiro popular ocorreu entre 1927 e 1946, destacando-se os nomes dos compositores Cândido das Neves, Benedito Lacerda, Ari Barroso, Lamartine Babo, João de Barro, Roberto Martins, Ataulfo Alves, Custódio Mesquita, Noel Rosa, Mário Lago, Lupicínio Rodrigues, Marino Pinto, Dorival Caymmi, entre muitos outros. É a época de cantores famosos como Augusto Calheiros, Francisco Alves, Silvio Caldas, Carmem Miranda, as irmãs Linda e Dircinha Batista, Orlando Silva, e dos conjuntos vocais - “Bando da Lua”, “Anjos do Inferno” e “Quatro Ases e um Coringa”.

Em 1946, a influência da música americana e do bolero deram ensejo a um movimento de transformação do samba clássico, iniciando a terceira etapa da nossa música popular - a fase moderna. Paralelamente a esse fenômeno, ocorria a ascensão impressionante de uma forma musical nordestina: o baião. Destacaram-se, neste período, os compositores Dolores Duran, Billy Blanco, Waldir Azevedo, Luiz Gonzaga, Altamiro Carrilho e Tom Jobim, e os cantores Dick Farney, Jorge Goulart, Lúcio Alves, Agostinho dos Santos, Maysa, Doris Monteiro, Nora Ney, Dolores Duran, Cauby Peixoto e Ivon Curi. Surgiram composições famosas como “Viva meu samba”, de Billy Blanco; “Copacabana”, de João de Barro; “Chega de Saudade”, de Tom Jobim e Vinicius de Morais; “A Noite do Meu Bem”, de Dolores Duran; Dindi”, de Tom Jobim; e “Menina-Moça”, de Luiz Antônio.

Em abril de 1958, apareceu a *bossa nova*, introduzida por João Gilberto, e caracterizada pela sua batida no violão. Este novo movimento contou com o apoio de Tom Jobim, Roberto Menescal, Baden Powell,

Ronaldo Bôscoli entre outros. Surgiram composições como “Desafinado”, e “Brigas nunca mais”, de Tom Jobim e Vinicius de Morais, e “O Barquinho”, de Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli.

Hoje, a música brasileira procura novos rumos, excursionando através dos Iê-Iê-Iês e dos tropicalismos, buscando uma nova expressão nessas experiências, para traduzir e caracterizar as novas tendências da alma popular.

O ADULTÉRIO

12 de setembro de 1969

O adultério, em quase todos os povos, recebeu as mais diversas formas de repúdio social.

Entre os árabes, nos primeiros tempos do Maometismo, a pena cominada ao adultério era a prisão perpétua. Mais tarde, porém, por influência judaica, foi convertida em pena de morte.

Na Índia, segundo a lei de Manu, a adúltera era devorada por cães e o seu cúmplice queimado vivo.

A lei mosaica previa a pena de lapidação para a mulher acusada de adultério. Todavia, somente era punido o adultério da mulher casada e do seu cúmplice.

No Egito, punia-se o adultério com a pena de morte. Ao tempo de Heródoto se lhe aplicava a pena de mutilação.

Na Assíria, o marido adúltero era afogado, a pedido da mulher.

Na Grécia, nos tempos heróicos, o adultério ensejava o direito de vingança por parte do marido traído.

Em Roma, só se considerava adultério a união de um homem com a mulher de outro, admitindo-se, porém, o intercâmbio sexual entre um homem casado e uma mulher solteira. O flagrante facultava ao marido o direito de vida e morte sobre a esposa e o de vingança contra o seu cúmplice.

Nos tempos de Augusto, com a célebre *Lex Julia de Fundo Dotali et de Adulteriis*, o adultério foi, pela primeira vez, considerado delito público. Os demais imperadores romanos conservaram o rigor da *Lex Julia*, e Teodósio concebeu a punição de se conduzir,

publicamente, ao som de campainhas, os adúlteros a um lugar de prostituição.

O matrimônio de um judeu com uma cristã foi considerado adultério por Constantino. Por sua vez, o imperador Valentiniano estabeleceu a pena capital para a mulher condenada por esse fato.

O Direito Romano não permitia à mulher acusar o marido de adultério, por não ter capacidade jurídica.

Idêntica repulsa encontrou o adultério nos povos primitivos. Entre os tasmanianos, hoje extintos, ele era mui-to raro até a chegada dos colonizadores brancos.

Os samoanos puniam, com severidade, o adultério, principalmente o da esposa de um chefe: a mulher era expulsa e o seu cúmplice morto ou mutilado.

Já os todas, do sul da Índia, desconhecem o adultério, porque vivem numa espécie da promiscuidade. Diz Rivers que o que se considera imoral entre eles é um homem negar a sua esposa a outro. Idêntico procedimento adotavam os arandas, da Austrália.

Os esquimós só castigam a mulher, que se entrega a outro homem, sem a permissão do marido, castigando-a, também, em caso contrário. Diga-se, de passagem, que a troca de esposas entre os esquimós é um costume fortemente arraigado.

Entre os haídas, o adultério se resolvia em perdas e danos, pagos pelo adúltero ao marido traído.

Os iroqueses castigavam apenas a mulher adúltera, com a pena de flagelação pública, sob a suposição de que ela era a única culpada.

Os astecas puniam, com excessiva severidade, o adultério, aplicando aos culpados a pena de morte por afogamento, lapidação, fogueira, flechada ou esmagamento do crânio entre duas pedras.

Quase todas as legislações modernas consideram o adultério como um dos motivos para a concessão do divórcio ou do desquite.

O Código Penal Brasileiro, no seu artigo 240, comina ao crime de adultério a pena de detenção de quinze dias a seis meses, incorrendo, na mesma penalidade, o co-réu.

PARA ONDE CAMINHA A AGRICULTURA NORDESTINA?

3 de outubro de 1969

Viver do produto da terra parece ter sido a mais remota atividade de subsistência humana. Eis porque, desde as mais antigas civilizações, a origem da agricultura é um misto de realidade e mito.

Na Índia, segundo a lenda, o agricultor saiu das mãos de Brahma e, recebeu deste o touro sagrado para que o auxiliasse em seus trabalhos.

No Egito, a Deusa Ísis ensinou a agricultura aos homens, o mesmo acontecendo na Grécia e em Roma com as deusas Deméter e Ceres, respectivamente.

Na China e na Índia, ainda hoje, são celebradas, anualmente, festas em homenagem à agricultura. Talvez tenha sido o povo chinês aquele que primeiro cultivou a terra. Todavia, nos antigos monumentos arquitetônicos do Egito, existem gravuras, retratando quadros de intensa atividade agrícola.

Os judeus encontraram, na lei mosaica, um inestimável incentivo à agricultura, que atingiu enorme desenvolvimento na Palestina.

Na Mesopotâmia, ocorreu idêntico florescimento, notadamente na Babilônia, Assíria e Pérsia.

Na Fenícia, a natureza do solo e a preponderância da atividade comercial impediram o desenvolvimento da agricultura, a qual, no entanto, era tida em alto apreço pelos cartagineses. Um deles, Magon, denominado de "pai da agricultura" por Columela, escreveu cerca de quarenta livros sobre esta ciência, que foram traduzidos para o latim por ordem do senado romano.

Hesíodo, na Grécia, asseverou que a agricultura é o verdadeiro caminho da felicidade. No período alexandrino, ela despontou como a principal temática literária. O poema "Os Trabalhos e os Dias", de Hesíodo, é uma prova inequívoca desse interesse.

Os romanos também se voltaram para as atividades agrícolas, prestigiando a vida bucólica. Além da obra do cartaginês Magon, outras se destacaram como "*De Agricultura"*, de Pórcio Catão Censor, "*De re rústica*", de Terêncio Varrão e as famosas "Geórgicas", do poeta Virgílio.

Na Idade Média, Carlos Magno, grande entusiasta da agricultura, fundou numerosas granjas reais, que constituíram modelos exemplares de administração.

Alberto Thaer foi o fundador de uma nova teoria, que deveria transformar, por completo, essa ciência, além de ter sido o fundador da primeira escola de Agricultura. Até os tempos de Thaer, só se tinha uma noção muito vaga acerca da vida e da alimentação das plantas e Thaer, juntamente com Schwerz e Burger, defendeu a teoria do húmus. Concomitantemente, Wallerius havia sido o primeiro a indicar a importância do solo, da água e do ar, e Saussure elaborara a teoria do carbono, graças à descoberta da decomposição do gás carbônico do ar pelas plantas.

O reconhecimento da importância do nitrogênio para a vida das plantas relegou, para segundo plano, a

teoria do húmus. Sprengel, considerando o nitrogênio como o principal componente das substâncias nutritivas, contidas no vegetal, estabeleceu o critério de apreciar-lhe o valor e a eficácia pela proporção de compostos nitrogenados, pre-sentes nele. Essa teoria, conquanto arregimentasse inúmeros adeptos, não subsistiu por muito tempo.

Em 1840, Liebig estabeleceu a igualdade da importância de todos os elementos nutritivos da planta, demonstrando que a carência de um deles prejudica-lhe o desenvolvimento normal. As idéias de Liebig, embora errôneas, imprimiram um poderoso impulso à agricultura.

No mundo atual, sob a ameaça permanente da fome crônica, a dinamização da agricultura se destaca como uma das preocupações fundamentais do Estado.

O CRIME E A PENA

17 de outubro de 1969

O sentimento de reparação é um dos instintos fundamentais do ser humano. Daí, a noção de justiça como a proporcionalidade entre o dano causado e a sua reparação.

Todavia, nem sempre essa proporcionalidade entre o dano e a reparação, entre o crime e a pena, encontrou idêntica observância nas diversas legislações e nos diversos períodos da história da humanidade.

A primeira forma de justiça, em seu aspecto punitivo, foi a da vingança privada. Cabia ao indivíduo reparar, com as próprias mãos, o dano, que lhe fora infringido por seu semelhante.

A pena de Talião, consubstanciada no princípio de *olho por olho, dente por dente*, substituiu a vingança privada. Ela aparece, exuberantemente, no Código de Manu, da Índia e no de Hamurabi, da Caldéia, encontrando-se, ainda, seus vestígios nas antigas legislações hebraicas, gregas e romanas.

Com o passar do tempo, surgiu uma nova forma de justiça punitiva: a composição pecuniária. No *Wergeld* da justiça romana, foi adotado esse sistema, que se fundamenta em uma indenização que o ofensor é obrigado a pagar ao ofendido pelos danos causados. O Estado tornou-se, então, o intermediário entre a vítima e o delinqüente, estabelecendo tabelas indenizatórias. Cumpre salientar que a Lei das Doze Tábuas, do Direito Romano, continha tarifas dessa *compositio*.

Até o século XVIII, a humanidade conheceu as penas mais ferozes, onde os castigos corporais constituíam uma constante, e a pena de morte era aplicada sob as mais diversas modalidades.

Durante séculos, os cárceres e as prisões se situavam em locais infectos e inabitáveis. Na Grécia, eram utilizadas galerias abandonadas, destacando-se, entre elas, a de Siracusa. O que importava era impossibilitar a fuga do prisioneiro, o qual estava sujeito a toda sorte de maus tratos e exposto às mais diversas enfermidades. As idéias de Platão sobre problemas penitenciários, visando o arrependimento e a recuperação do criminoso, nenhuma influência exerceu em sua época.

Em Roma, Anco Márcio, segundo a tradição, foi quem primeiro construiu, nas imediações do Foro, a prisão de Mamestina, onde os presos permaneciam algemados até a sua libertação pela morte.

A Igreja, inicialmente, usou os monastérios como prisão, construindo, posteriormente, cárceres para os clérigos. As prisões laicas da Idade Média eram os calabouços e subterrâneos de fortalezas, castelos, palácios e outros edifícios, sem preocupações de ordem higiênica ou moral. Entre as mais tristemente famosas penitenciárias de então, se destacava a de Monza, constituída de nichos superpostos, onde o encarcerado não podia por-se de pé. No *Vade in pace*, o preso era deixado morrer de fome e sede, ou submetido à lenta agonia, mediante uma alimentação gradualmente reduzida.

Na Itália e na Espanha, foram perpetradas as maiores atrocidades contra os prisioneiros, e as penitenciárias européias se transformaram em oficinas de torturas. Apesar disso, a Inquisição teve o mérito de ser o primeiro tribunal da Europa a abolir o tormento e os instrumentos destinados a agravar a pena, com a introdução de melhorias no regime celular. Permitiu, ainda, a fim de evitar aglomeração nos cárceres, que o detento cumprisse a pena em sua residência e a prisão perpétua nos monastérios.

O século XVI assinalou um movimento de reforma penitenciária, com o aparecimento de estabelecimentos correcionais em Nuremberg, Londres, Amsterdã, Hamburgo, Viena, Berna, Basiléia, Florença e Munique. Em 1704, o Papa Clemente XI fundou, em Roma, o Hospício de São Miguel para delinqüentes juvenis. O Papa Clemente XII, também nesse século, edificou, em Roma, uma prisão para mulheres.

Todavia, foi John Howard a figura exponencial da reforma penitenciária, estabelecendo princípios ainda hoje válidos, como trabalho organizado e regular nas prisões, regime higiênico, alimentação adequada e iso-

lamento não absoluto do detento para evitar a possibilidade de corrupção e enfermidades contagiosas. A obra de Howard foi, em parte, continuada por Bentham, florescendo, também, na Filadélfia e defendida por Guilherme Penn.

Entre os muitos sistemas penitenciários, cumpre, pela sua importância, ressaltar os seguintes: a) o sistema de comunidade, que consiste na vida em comum dos apenados; b) o sistema de classificação, onde se procede a separação e a seleção dos detentos; c) o sistema celular ou de isolamento, onde cada detento cumpre sua pena em celas individuais, sistema este que deu lugar a duas variantes – o sistema filadélfico e o sistema de Auburnj; d) os sistemas progressivos, objetivando a preparação gradual do apenado para sua volta à vida comunitária; e) o sistema de trabalho ao ar-livre, defendido, entusiasticamente por Ferri, Griffiths e Marcowich, entre outros; f) o sistema de Elmira, e as instituições de patronato; g) e os sistemas correcionais para me- nores delinqüentes.

Beccaria, no seu famoso tratado “Dos Delitos e das Penas”, inaugurou, na Itália, uma nova concepção sobre a finalidade das penas, com a sua doutrina da proporcionalidade.

A EUGENIA

31 de outubro de 1969

A eugenia é a aplicação das leis biológicas ao aperfeiçoamento da espécie humana. Francis Galton, teoricamente o criador desta doutrina e do seu vocábulo, trabalhou, infatigavelmente, na publicação de obras

sobre o assunto e na fundação de institutos adequados na Inglaterra. O movimento logo se estendeu a quase todos os países da Europa e da América, com a criação de numerosas instituições especializadas, notadamente nos Estados Unidos da América do Norte.

A eugenia visa realizar a união entre células sexuais, portadoras das melhores potencialidades hereditárias, pertencentes a indivíduos bem constituídos física, psíquica e moralmente, e isentos de todo e qualquer indício de morbosidade. Dai, a exclusão sistemática dos processos procriativos dos indivíduos denominados disgênicos, portadores de taras físicas ou psíquicas transmissíveis, tais como enfermidades infecciosas crônicas, debilidade mental, esquizofrenia, epilepsia, cegueira, etc.

Desde a época helênica, surgiu o interesse pela higidez da raça humana. Os poemas de Homero e de Teones de Megara registram a preocupação do mundo grego pelo assunto, conforme se vê, igualmente, nas tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípides, e nas obras de Platão e de Aristóteles.

Entre as mais remotas leis naturais da eugenia se destacam, em todos os tempos e lugares, a proibição do matrimônio dentro de certos graus de proximidade consangüínea.

Mott e Morselli, no Congresso Internacional de Londres, em 1905, firmaram o princípio de que a eugenia objetiva a prevenção do contágio familiar e da herança morbosa.

Em muitos Estados da América do Norte, a lei proíbe o matrimônio entre brancos e negros ou mongóis.

A metodologia eugênica incluiu algumas medidas preventivas draconianas, como a eutanásia, a reclusão e a esterilização. A Igreja Católica, através da Encíclica

Casti Connubii, em 1930, reprovou a maioria dessas medidas.

As pesquisas de Mendel sobre a herança e os trabalhos de Darwin, notadamente sobre a seleção das espécies, trouxeram uma inestimável contribuição ao debate sobre a eugenia.

A MORTE PERANTE AS RELIGIÕES

14 de novembro de 1969

Os problemas relativos à morte e à condição das almas na outra vida sempre interessaram a todos os povos em todas as épocas. A religião dos mortos parece ser a mais antiga de todas. Diz Fustel de Coulanges, no seu livro “A Cidade Antiga” que “de acordo com as mais antigas crenças dos itálicos e dos gregos, a alma não passava sua segunda existência em um mundo diferente do em que vivemos; continuava junto aos homens, vivendo sobre a terra”.

Acreditava-se que os mortos viviam em sua sepultura, dai resultando o culto aos antepassados, a sacralidade da propriedade privada e a religião doméstica. Não existiam punições além-túmulo e os mortos eram considerados verdadeiros deuses, que, além da adoração, se lhes ofere-ciam banquetes e festas. A felicidade e o bem-estar material dos mortos dependiam dos cuidados que lhes dispensassem os seus descendentes, mediante a permanente oferenda de preces e alimentos.

Cultuava-se o fogo sagrado, como uma espécie de deus, e ele permanecia aceso até a extinção da família. Esse culto não pertencia apenas às tradições

greco-romanas: é também referido nas leis de Manu, da Índia.

Na chamada religião doméstica, cada família tinha o seu deus particular, sendo o *pater-familia* o seu sacerdote. Diz Fustel de Coulanges que “cada família tinha suas cerimônias que lhe eram próprias, suas festas particulares, suas fórmulas de oração e seus hinos”.

Segundo os caldeus, os mortos, esquecidos por seus descendentes, espalhavam as enfermidades e as misérias pelo mundo e maldiziam, continuamente, os seus familiares. Para alguns povos antigos, como os babilônios, os assírios e, até certo ponto, os gregos, os espíritos eram propensos à prática de malefícios. Os chineses acreditavam que os mortos dirigiam o destino dos vivos. Os israelitas costumavam oferecer sacrifícios aos mortos, pois, segundo eles, o defunto bem tratado por seus descendentes tornava-se o seu protetor. As doutrinas religiosas dos sírios, fenícios e cartagineses em relação aos mortos eram semelhantes as dos babilônios e assírios.

Para os egípcios, uma vez separada do corpo, a alma poderia tomar quantas formas quisesse, como pássaro, inseto, flor, etc. Para os chineses, os espíritos das pessoas, mortas por acidentes e aqueles cujas sepulturas eram abandonadas, seja por extinção da linha feminina, seja por descuido dos parentes, ficavam errantes pelo mundo, atormentando os homens com as suas aparições noturnas.

Na Grécia, as almas dos mortos não encontravam asilo nos mundos inferiores antes que se cumprissem todos os ritos funerários.

Os deuses das religiões antigas também estavam sujeitos à morte e à ressurreição. Osíris, Dionísio, Átis, Tammuz e Adônis personificavam o anual

envelhecimento e rejuvenescimento da natureza, a aparente destruição de todas as energias durante o inverno e o despertar súbito da vitalidade universal nos primeiros alvores da primavera.

Entre os povos selvagens, se acreditava que o morto possuía as mesmas necessidades e faculdades de quando vivos, sentindo fome, sede, frio, calor, amor e ódio, podendo, inclusive, morrer de novo. A vida futura, para eles, era uma cópia da vida terrestre.

Desde as épocas mais remotas da Antigüidade, costumava-se oferecer alimentos aos mortos. Os egípcios, por exemplo, abriam a boca das múmias para que elas pudessem comer, e também os olhos para que vissem o que ocorria em seu derredor.

O temor aos mortos é uma característica fundamental dos povos primitivos e, daí, o cuidado que eles tinham em não incomodá-los e a solicitude de obsequiá-los. Em Atenas e Roma, celebravam-se várias festas em honra aos espíritos e a comemoração de uma festa anual dedicada a eles é encontrada, ainda, entre os mais diversos povos primitivos, como os esquimós do Alasca, os índios da Califórnia, os índios mexicanos e os dayaks de Bornéu.

Os indígenas, geralmente, crêem que a morte é causada pelos maus espíritos, que se comprazem em espalhar as enfermidades pelo mundo, agindo por internédio dos feiticeiros. Essa crença se observa entre os australianos, os habitantes de Nova Guiné e um grande número de tribos africanas.

Na Nova Guiné do Sul, o morto é invocado para esclarecer a causa de sua desgraça e, na Austrália Central, o moribundo revela ao feiticeiro o nome do indivíduo que, mediante as artes mágicas, ocasionou-lhe a morte.

Os hotentotes estão convencidos de que a aparição da morte na humanidade está intimamente relacionada com as fases da Lua. Aliás, os selvagens contam lendas interessantíssimas a respeito da origem da morte. Os bagandas da África Central, por exemplo, dizem que a morte entrou no mundo pela imprudência de uma mulher. Para os povos primitivos, a morte não era uma necessidade, nem fazia parte dos planos da natureza, mas foi introduzida no mundo pelo descuido de uma mulher ou pela curiosidade humana.

Alguns povos selvagens acreditam que os espíritos dos antepassados se encarnam nas serpentes. Quando, entre os zulus, aparece uma serpente em casa, todos os seus habitantes se apressam em saudá-la com o nome de pai e lhe oferecem o melhor leite que encontram. Os massai estão convencidos de que os espíritos dos chefes e dos médicos famosos se encarnam naqueles animais.

Durante a agonia, é costume em muitos países acender velas ou lamparinas para impedir a aproximação do diabo, reunir parentes e amigos, ouvir do moribundo sua última vontade, convidar os inimigos para fazer as pazes, ou deixá-lo agonizante sozinho a fim de facilitar-lhe o desenlace. Na Sérvia, România, Transilvânia, Portugal e Noruega, entre outros, são empregados os mais diversos métodos supersticiosos para facilitar a morte do moribundo.

Na Índia, se aconselha evitar que o enfermo morra durante a noite, no quarto minguante ou no inverno. Os eslovacos crêem que, quem morre no dia do carnaval, vai, fatalmente, para o inferno.

Na Transilvânia, admite-se que a melhor época para se morrer é durante a Páscoa da Ressurreição e o Pentecostes. Em vários lugares da Alemanha, após a

morte do agonizante, abrem-se todas as janelas para que a alma possa sair.

A VIDA EM LABORATÓRIO

13 de março de 1970

O que é a vida? Essa indagação tem excitado os cérebros mais privilegiados e, até hoje, não recebeu uma resposta satisfatória.

A ciência ainda não resolveu, de maneira categórica, o misterioso salto entre o mundo inorgânico e o mundo orgânico. Também questiona a respeito do intrigante fenômeno da consciência. E indaga se a vida, tal qual a conhecemos em nosso planeta, constitui um padrão universal.

A matéria, hoje, está despojada de certos atributos, que lhe eram peculiares no passado, a partir do momento em que Einstein a definiu como energia congelada.

O século XX vem se caracterizando, não somente pelas ousadas incursões do homem nos domínios do macrocosmo, mas também nas regiões do microcosmo. Assim, ele não se propõe a ser apenas o navegador das galáxias, como também o bandeirante dos universos celulares. A célula é o marco inicial de um novo mundo jamais antes suspeitado pela imaginação mais fértil. O DNA representa um desafio lançado à investigação científica, pois encerra a misteriosa codificação dos processos da vida. Qual Prometeu, que roubou o fogo dos deuses, o cientista moderno, repetindo o mito, intenta roubar o segredo da vida, tornar-se um sócio de Deus, um novo demiurgo da criação. E, em seu

laboratório, procura aprisionar o fenômeno da vida nas suas provetas e nas suas fórmulas e equações.

Surge, assim, como conseqüência dessas experiências científicas, que vêm abalando a opinião pública em todo o mundo, a indagação inquietante: pode e deve o homem fabricar a vida, ou, pelo menos, modificar os seus processos, conquanto objetive os mais nobres propósitos de melhoria da própria natureza humana? Quais as conseqüências que advirão, para a própria humanidade, a intervenção e o controle do homem sobre os mecanismos de reprodução da vida? Estas e muitas outras indagações andam pelo ar, no momento em que um feto humano se desenvolve em ambiente artificial, desligado, totalmente, de sua matriz biológica.

HÁ CRISE NA IGREJA?

20 de março de 1970

"Pedro, tu és pedra e sobre esta pedra edificarei a minha igreja". Essa expressão de Jesus constituiu o marco inicial da maior religião do Ocidente: o Cristianismo.

A partir do século I d.C, se iniciou a fase de pregação e difusão da nova religião, que encontrou nos apóstolos Pedro e Paulo os seus mais intrépidos defensores.

Os séculos II a IV, no plano teológico, se caracterizaram pelo surgimento da Patrística, onde despontou a figura de Santo Agostinho. O século IV ainda foi marcado pela perseguição aos adeptos da nova doutrina, perseguição esta iniciada pelo Imperador Nero

e continuada pelos Imperadores Domiciano, Marco Aurélio, Cômodo, Sétimo Severo, Décio e Valério.

No tempo de Diocleciano, cognominado de era dos mártires, foram executados até cem cristãos por dia. Finalmente, ainda neste século, o Imperador Constantino, pelo Edito de Milão, concedeu liberdade de culto aos cristãos e se tornou o seu protetor. A Igreja se organizou sob seu governo, e Roma foi escolhida para sede do papado. Constantino reuniu o Concilio em Nicéia e obteve a condenação da heresia de Ário, que ameaçava a unidade da Igreja.

No século V, apareceu a Escolástica, que atingiu o seu apogeu no século XIII com Alberto Magno e Tomás de Aquino. A Escolástica representou a consolidação da Igreja Católica no plano teológico.

Alguns historiadores fazem referência ao Papa João VIII que teria subido, em 855, ao trono pontifical. Este Papa, segundo dizem, era uma mulher, que ficou conhecida como a Papisa Joana.

Em 1054, ocorreu o Cisma final entre Roma e Constantinopla, resultando na separação entre o catolicismo romano e a ortodoxia grega. Anos depois, em 1095, o Papa Urbano II organizou a primeira Cruzada. As Cruzadas, que se estenderam até o século XIII, apesar de alguns inconvenientes de natureza política, serviram, de certa forma, para favorecer o intercâmbio comercial e religioso entre o Ocidente e o Oriente.

A Idade Media se destacou, no terreno eclesiástico, pela fundação de mosteiros, pelo estabelecimento do confessionário e pela adoção do celibato clerical. A Igreja tinha uma fórmula e um ritual para cada ato importante da vida humana. Aprofundou nos fiéis o sentimento de culpa, ensejando uma época

de penitências e flagelações corporais. São Damião, no século XIII, se empolgou pela matemática das penitências, assegurando que 3.000 varadas corresponderiam a um ano de penitências.

O fato mais importante, no século XIV, foi a cisão da Igreja durante quarenta anos, e denominado de o Grande Cisma do Ocidente, com a divisão temporária do Papado: um, em Avinhão e outro, em Roma.

Martinho Lutero, no século XVI, iniciou a Reforma Protestante, insurgindo-se contra o comércio das indulgências e a autoridade papal. Já no século anterior, o Concilio de Constança condenara as doutrinas de Huss e Wycliffe e, em 1478, na Espanha, era criada a Santa Inquisição, com a finalidade de punir as defecções e as heresias contra a Igreja.

No tumultuado século XVI, surgiu a figura de um dos mais destacados Papas da Igreja, Gregório XIII, também chamado de Gregório, o Grande. Sob o seu governo, o papado prosperou como organização política eficiente e não como repositório de luzes espirituais. Sua influência sobre a Igreja, no domínio político, foi tão grande quanto a de Agostinho no terreno teológico. Situou a origem da soberania em Deus e não no povo, e a colocou nas mãos do Papa. Sua doutrina, tornando os governos sagrados, beneficiou os regimes totalitários. Criou, no papado, um centro político de autoridade e conseguiu, para o Papa, o poder de excomungar. Tolerou a tirania e a superstição, e os santos foram considerados como intermediários do homem perante Deus para conseguir o perdão ou a atenuação das penas.

Em 1534, Inácio de Loyola fundou a Companhia de Jesus. Os jesuítas argumentavam que a Igreja

deveria adaptar-se aos homens, aos tempos e aos lugares.

Ainda no século XVI, reuniu-se o Concilio de Trento, que exerceu decisiva influência para os destinos da Igreja. Este Concílio teve, entre outras finalidades, anular o Protestantismo. Regulamentou o casamento religioso, instituindo a sua indissolubilidade. Criou o purgatório. E firmou o princípio de que a fonte do Cristianismo não é só a Bíblia, mas a tradição da Igreja, e que só esta tem o poder de interpretar os livros sagrados.

O Calvinismo, muito mais radical do que a Reforma Luterana, não admitia a eucaristia nem a hierarquia eclesiástica, levando até às últimas conseqüências a doutrina da predestinação,

A Igreja católica, desde as suas origens até os nossos dias, foi governada por 254 papas, sem se contar com os chamados anti-papas que foram 37. Os anti-papas desapareceram a partir do século XVI.

Muita coisa ainda poderia ser dita sobre a história da Igreja, principalmente do século XIX até os nossos dias, quando essa instituição sofreu algumas reformas consideradas de relevante importância, e onde se destacaram papas como Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Cabe a O Grande Júri discutir, nesta noite, se a Igreja, na atualidade, está passando por mais uma crise e, em caso afirmativo, quais as soluções para superá-la.

A MULHER E O TRABALHO

27 de novembro de 1970

É ocioso afirmar que, em todos os tempos e lugares, a mulher jamais deixou de exercer uma atividade de interesse comunitário. Todavia, o seu labor nem sempre produziu conseqüências de natureza econômica, no setor pessoal, capaz de traduzir-se em emancipação feminina em determinados contextos sociais.

Na Antigüidade indo-européia, ela era considerada propriedade do marido. Não possuía prenome. Não herda-va. Não podia divorciar-se, conquanto a lei permitisse que fosse repudiada pelo marido. E, quando morria, não restava sequer a sua lembrança, visto não merecer qualquer culto especial.

Durante toda a vida era tutelada pelo homem, quer na qualidade de pai, esposo, filho ou parente.

Em Roma, segundo Plutarco, as mulheres não podiam comparecer perante a justiça, como demandante, acusadora e acusada, nem mesmo na qualidade de testemunha. Entretanto, na Grécia, durante a época clássica, e em Roma, nos tempos do Império, a mulher mereceu alguns pequenos privilégios, como, por exemplo, o de divorciar-se. Aristóteles, à semelhança de outros filósofos gregos, comparava a mulher ao bárbaro e ao escravo.

O Código de Manu prescrevia: “A mulher, durante a infância, depende do pai, durante a juventude, do marido, por morte do marido, depende dos filhos; se não tem filhos, depende dos parentes próximos do marido, porque uma mulher jamais deve governar sua vontade.”

A religião islâmica ensinava que a mulher era desprovida de alma. As huris, que existem no paraíso muçulmano, não são as almas das mulheres que morreram, mas criações de Alá para satisfação da luxúria dos seus crentes. Aliás, diga-se, de passagem,

que, em certo concilio, os pa- dres da Igreja Romana discutiram a possibilidade de a mulher possuir uma alma: felizmente, o resultado lhe foi favorável. São Paulo, em sua primeira Epístola a Timóteo (2:12) doutrinava: “Não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o marido”. Na primeira Epístola aos Coríntios (11:9), preceituava: “O homem não foi criado por causa da mulher e, sim, a mulher por causa do homem”. E, finalmente, na Epístola dos Efésios (5:24) advertiu: “As mulheres sejam em tudo submissas aos seus maridos.”

São João Crisóstomos alardeava a malignidade das mulheres, e São Tomás de Aquino afirmava ser da ordem natural das coisas a eterna submissão da mulher ao homem.

Na Idade Média, ela era considerada um animal muito útil, servindo para carregar água, preparar comida, tecer roupas, criar meninos e satisfazer ao marido.

A história e a antropologia demonstram a imensa variedade de papéis atribuídos à mulher nas mais diversas sociedades e nas mais diferentes épocas. Na África, por exemplo, ela executava os trabalhos mais pesados e, na Itália, durante a Renascença, era considerada uma verdadeira virago.

Conquanto o movimento feminista marcasse o seu início no século XIX, podemos anotar, no passado mais distante, alguns precursores isolados. Platão entendia não existir profissão especificamente masculina ou feminina, e Averróis argumentava que a mulher não era diferente do homem em qualidade, mas em grau, sendo capaz de desempenhar todas as ocupações consideradas masculinas, com maior ou menor eficiência, segundo as circunstâncias.

Uma das principais conseqüências da Segunda Guerra Mundial foi a de introduzir, definitivamente, a mulher na competitiva vida econômica.

Não nos cabe, assim, discutir se a mulher deve ou não exercer uma atividade econômica, visto que isso já constitui um fato consumado nos países mais desenvolvidos. Cumpre-nos apenas analisar os resultados de sua participação no mercado de trabalho da sociedade contemporânea.

O PLANEJAMENTO FAMILIAR

8 e 22 de janeiro de 1971

Vivemos, intensamente, o século do planejamento: há muito terminou a época romântica do *laissez-faire*.

O planejamento não é apenas uma técnica de sobrevivência, mas, sem dúvida, a única solução para uma existência mais feliz e produtiva.

Planejar a família e a distribuição demográfica é concorrer para a felicidade dos indivíduos e o equilíbrio econômico das nações.

Na Antigüidade mosaica e no paganismo, todos os desejos do homem se resumiam em possuir terras férteis, mulheres fecundas e prole numerosa. Segundo Heródoto, os reis persas outorgavam um prêmio anual aos seus súditos, que tivessem o maior número de filhos vivos.

Na Índia, o homem sem descendência estava impedido de depor em juízo.

Entre os hebreus, não havia vergonha maior do que a esterilidade, porque excluía a possibilidade de o casal ser ascendente do prometido Messias.

As religiões antigas proibiam o celibato e, segundo Fustel de Coulanges, a reprodução era um dever religioso, pois a falta de filhos impossibilitava a continuação do culto doméstico.

Os gregos se preocuparam em regular a explosão demográfica para que ela não se tornasse um perigo para os interesses estatais. Aliás, não apenas na Antigüidade como também entre os povos primitivos, o controle da natalidade se processava através da prática do aborto e do infanticídio. Platão, em “As Leis”, abandonou a doutrina do infanticídio, sugerindo a colocação do excesso populacional em colônias. Entendeu, também, que a entrada de estrangeiros no país deveria ser disciplinada, admitindo-se so-mente os que fossem suficientemente educados.

O problema populacional sempre preocupou os políticos e os filósofos, como Platão, Aristóteles e Augusto. Séculos depois, Adam Smith proclamou que o sinal mais decisivo da prosperidade de um povo é o aumento da sua população. Mirabeau sustentou que a quantidade de riqueza aumenta com o crescimento da população.

Somente no século XVII, se iniciou o estudo cientifico do problema demográfico, com o inglês John Graunt, Guilherme Petty, o astrônomo Halley, o francês Deparcieux e o sueco Wargentin. Em 1742, Juan Pedro Sussilch, no seu livro “A Ordem Divina nas Mutações do Gênero Humano”, abordou o problema do movimento populacional e as leis da composição demográfica, destacando as regras para promover-lhe o

desenvolvimento, conforme o mandamento do “Crescei-vos e multiplicai-vos”.

Em 1798, apareceu o estudo de Malthus, “Ensaios sobre os Princípios da População”, no qual o autor enfatizou o fenômeno da superpopulação, e as suas relações com as condições de subsistência. A doutrina de Malthus, conquanto se apoiasse na restrição populacional, foi exagerada e, em alguns pontos, distorcida pelos seus seguidores, principalmente quando estes procuraram aplicar à população as leis da evolução, segundo a Escola Positivista.

O planejamento familiar, as técnicas utilizadas no controle da natalidade e os estudos para a contenção da explosão demográfica constituem um dos maiores desafios para o homem do nosso século.

OS ALUCINÓGENOS

12 de fevereiro de 1971

O gosto pela aventura, o prazer do inédito e da fantasia são um dos alicerces mais sólidos da alma humana. O sonho nem sempre é uma fuga da realidade hostil ou prosaica, mas também um complemento da realidade. A imaginação, ressalvados os casos tipicamente patológicos, é a oportunidade e a semente do futuro.

O homem é um ser permanentemente insatisfeito e, por isso, ele sente, uma necessidade irresistível de mudar a si mesmo e também as coisas, inaugurando novos caminhos de existir, abolindo a rotina e, paradoxalmente, elegendo o transitório à condição de verdade eterna. Já se disse que o homem é um paradoxo. Daí, a sua vocação para o absurdo, desde que consista em uma réplica, uma paródia aos destemperos do cotidiano.

Já que nem sempre pode mudar as coisas, o homem procura mudar a si mesmo, intervindo no mundo bizarro de sua mente, ressuscitando símbolos e mitos e entrando em comunhão íntima com os arquétipos universais. E as drogas alucinógenas, muitas vezes, são a estrada real que o conduz ao fantástico e às perturbadoras experiências de um mundo caótico e aterrador, mesmo que elas aparentemente sejam gratificantes.

O México é a terra dos alucinógenos e, nela, floresce o psilocibo, que foi bastante empregado nas cerimônias religiosas dos Astecas. Era chamado, de Teonanacatl, ou “carne de Deus”. Outro alucinógeno mexicano poderoso é o peyotl. Dos seus 27 derivados, a

mescalina é o mais conhecido, tendo sido utilizado por escritores e artistas, tais como William James, Haverlock Ellis, Aldous Huxley, William Burroughs, Allen Ginsberg e Henry Michaux na produção de suas obras. Aldous Huxley relata as suas experiências com a mescalina, no seu livro “As Portas da Percepção. O Céu e o Inferno”. É importante assinalar que as percepções deste escritor, sob a influência da mescalina, muito se assemelham às visões produzidas pelo estado de êxtase, conforme o relato de místicos e líderes religiosos.

O mais famoso dos alucinógenos é o LSD - dietilamida do ácido lisérgico - substância derivada da cravagem do centeio e que foi sintetizada, na Suíça, em 1943, por Albert Hofman. O LSD, cerca de 100 vezes mais poderoso que a psilocibina e 7.000 vezes mais do que a mescalina, constitui, atualmente, uma verdadeira obsessão nos Estados Unidos da América do Norte, apesar de sua proibição legal. Sidney Cohen, no seu livro “A Droga Alucinante, História do LSD”, faz um relato impressionante dos efeitos e dos perigos dos alucinógenos no organismo humano.

A difusão das drogas alucinantes, principalmente no meio da juventude, se transformou, hoje, em um dos problemas mais graves de nossa sociedade, comprometendo - quem sabe -, em curto prazo, o futuro da humanidade, notadamente no campo da genética. É preciso lembrar ao homem que ele não é dono absoluto de seu organismo, e não lhe cabe o direito de, irresponsavelmente, sacrificar os pósteros, pela ingestão indiscriminada de drogas alucinógenas, suscetíveis de afetar-lhes, irreversivelmente, os cromossomos. Até para os sonhos há necessidade de controle, principalmente os sonhos farmacologicamente produzidos.

O DETERMINISMO E O LIVRE-ARBÍTRIO

16 de abril de 1971

Desde o momento em que o homem descobriu a si mesmo e se identificou como uma realidade autônoma no universo sensível, passou a indagar sobre quem ele era e a sua finalidade na ordem do universo.

Em sua inquietação existencial, buscando uma motivação racional para a complexidade do seu existir, ele procurou consultar, ora a sua inteligência, ora os poderes ocultos, que julgava reger a marcha dos universos, a fim de encontrar uma resposta às suas indagações.

É o homem o construtor do seu destino, ou este está traçado, mesmo antes do seu nascimento, sendo-lhe defeso modificá-lo?

Os antigos caldeus, inventores da astrologia, acreditavam que o destino das criaturas está na dependência da boa ou da má conjunção planetária no instante do seu nascimento.

Entre os gregos, o destino se transformou em divindade. A Moira representava o quinhão do destino de cada homem. Mais tarde, a representação abstrata do destino se concretizou em três figuras distintas; as três Moiras, filhas da Noite, também conhecidas pelo nome de Parcas, cada uma com uma finalidade específica. Cloto segurava o fio do nascimento. Láquesis fiava os dias da vida. E Átropos cortava o fio da existência com uma tesoura.

A fatalidade é uma constante na tragédia grega. O homem é apresentado como um títere dos caprichos dos deuses e, por conseguinte, irresponsável pelos seus atos. Sófocles, por exemplo, afirmava que “os homens

são joguetes dos deuses" e Ésquilo, por seu turno, advertia que "Zeus gera nos mortais a culpa, quando quer destruir, totalmente, uma família". Todavia, paradoxalmente, Ésquilo admitia, até certo ponto, o livre arbítrio, quando asseverou que a causa dos infortúnios decorre da culpa do homem.

Entre os maometanos, a doutrina do fatalismo se resume no texto do Alcorão: "Tudo está escrito".

A Bíblia, em muitos textos e passagens, está repleta de afirmações determinísticas. No Êxodo, por exemplo, (7:3) Jeová promete a Moisés que endurecerá o coração de Faraó, a fim de produzir sinais e prodígios na terra do Egito.

Entre os filósofos, Espinosa e Schopenhauer também rejeitaram a doutrina do livre-arbítrio. Afirmava Espinosa, no seu livro "Ética", que "os homens se supõem livres porque têm consciência das suas volições e dos seus apetites". E Schopenhauer asseverava que "admitindo o livre arbítrio, toda ação humana seria um milagre inexplicável e um efeito sem causa".

Kant, porém, em "Crítica da Razão Prática", se opôs, firmemente, à doutrina do determinismo. Dizia ele: "A autonomia da vontade é o único principio de todas as leis morais e dos deveres correspondentes às mesmas".

A EUTANÁSIA

30 de abril de 1971

Etimologicamente, a palavra *eutanásia* significa morte suave, morte calma. Teologicamente, é a morte em estado de graça.

Como método, ela objetiva a extinção da vida, sem sofrimento, e com a finalidade de abreviar os tormentos da agonia, ou as torturas de uma enfermidade muito dolorosa.

A eutanásia é uma sobrevivência das civilizações passadas e dos povos ditos inferiores. Muitas vezes, teve, como causa, a penúria econômica de uma comunidade, que, assim, procedia, objetivando garantir a sua continuida-de. Em tais circunstâncias, eliminavam-se os membros menos necessários à sociedade, como os velhos, os débeis, os enfermos e as crianças.

A eutanásia, conforme nos conta Westernarck, é praticada, em sua forma genuína, entre os Karens da Birmânia: quando alguém é portador de uma enfermidade incurável, ou muita penosa, geralmente se enforca.

Na Índia, era costume jogar os enfermos no rio Ganges, para que morressem afogados.

Segundo relato de Plutarco, em seu livro “Vidas Paralelas”, os enfermos, os débeis e as crianças defeituosas, em Esparta, eram eliminados, a fim de não constituírem um ônus desnecessário para o Estado.

Platão e Aristóteles defenderam a eutanásia em suas mais diversas formas.

O Cristianismo, com arrimo em Agostinho e Tomás de Aquino, adotou posição contrária à eutanásia. Em sua “Suma Teológica”, Tomás de Aquino denunciou essa prática como contrária à caridade para consigo mesmo.

O humanista Thomas Morus, em seu livro “Utopia”, era de parecer que aos magistrados cabia o direito de aconselhar aos velhos e aos enfermos a pôr fim a sua existência, considerada inútil para a sociedade.

O filósofo Nietzsche, empolgado pelo ideal do super-homem, declarava, enfaticamente, que “os enfermos eram o perigo maior para a humanidade”. .

Em nosso século, o fisiologista Charles Richet, prêmio Nobel da Fisiologia e fundador da Metapsíquica, demonstrou-se partidário da eutanásia em crianças defeituosas.

Binet Sanglé propôs, na França, a constituição de um tribunal composto de um médico, um jurista e um psicólogo com a competência de julgar os pedidos de eutanásia.

Hélio Gomes, em seu livro “Medicina Legal”, ensina: “A eutanásia, que alguns chamam direito de matar, é o direito que se pretende conferir a uma junta médica de dar a morte suave aos doentes que sofram dores insuportáveis, estejam atacados de doença incurável e o desejem ou solicitem”. E insiste em que se deve distinguir a eutanásia do homicídio por compaixão ou piedoso. Alguns códigos penais não punem o homicídio eutanásico. O nosso apenas atenuou-lhe a pena.

Existe, na verdade, um direito à eutanásia? Pode a medicina, cuja finalidade é a cura do enfermo, dilatar a sua competência e também destruir-lhe a vida? Pode-se, validamente, à luz das atuais conquistas da medicina, falar-se em moléstias incuráveis? Tem o homem, em certas circunstâncias especialíssimas, o direito de eliminar ou propor a eliminação de sua vida? Quais as relações entre a eutanásia e o suicídio e entre a eutanásia e o homicídio? É o que se discutirá em O Grande Júri desta noite.

SUPERSTIÇÕES

13 de agosto de 1971

O chamado “pensamento mágico” sempre esteve presente na história e nas tradições de todos os povos e em todas as épocas. O assunto, além de inesgotável, é fascinante. A título de ilustração da questão, ora em debate, coligimos alguns dados da inumerável lista de comporta-mentos mágicos, não apenas do folclore brasileiro, como também internacional.

- Para que uma criança aprenda a falar depressa, dê-se-lhe a beber água de chocalho, ou água em que estiver estado de molho bilro de fazer renda.

- Água da lavagem de camisa de uma mulher, dada a beber a um rapaz, fá-lo-á deixar outros amores e se apaixonar pela dona da camisa.

- Não se deve beber água com luz na mão.

- A água não deve ser poluída com atos fisiológicos e nem presenciar amores.

.- Quem bebe água com candeeiro na mão, morre sem fala.

- Quem cospe na água, cospe em Nosso Senhor.

- O diabo leva a alma de quem olha o rosto refle-tido na água de fundo de cacimba.

- Deve-se persignar antes de se entrar n’água.

- Feitiço jogado n’água perde a sua eficácia.

- Antes de se beber a água das fontes e ribeiros deve-se, primeiro, acordá-la.

- Em noite de São João, metem-se duas agulhas em uma bacia d’água. Se elas se ajuntarem, é prenúncio de ca-samento.

- Mulher que quebrar a agulha ao coser um vestido, não viverá para usá-lo.

- Quando uma agulha se enterra em alguém, é preciso extraí-la, pois, percorrendo o corpo todo, atingirá o coração, provocando a morte.

- O aroma do alecrim afasta mau olhado, sendo, também, empregado em benzedura.

- Alfinete, apanhado no chão, dá felicidade a quem o encontrou no mesmo dia.

- Da mesma maneira que o alecrim, o odor do alho afasta as influências maléficas.

- Tudo foge do odor do alho: mula sem cabeça, lobisomem, caipora. É um amuleto natural. Diz-se que excitava o homem ao combate: por isso, os gregos o empregavam na alimentação dos atletas.

- O profeta Maomé não comia alho ou cebola, porque o seu odor desagradava os anjos que o visitavam,

- O amuleto, de uso imemorial, é uma constante etnográfica em todos os povos e épocas, desde os egípcios, assírios, medas, persas, chineses, australianos, incas, astecas, maias, etc. Tem a finalidade de prevenir doenças, curá-las, evitar ou desviar calamidades. Difere do talismã porque, enquanto o amuleto é objeto mágico defensivo, o talismã é ofensivo, produzindo sortilégios e magias. A figa é um dos amuletos mais conhecidos no mundo greco-romano.

- Acredita-se que os morcegos provêem de ratos velhos, e que certos gafanhotos são metamorfoses de galhos secos.

- Quem mata um gato tem sete anos de atraso, e quem mata um cão deve uma alma a São Lázaro.

- O gato provoca asma.

- Não se deve dormir despido, porque o Anjo da Guarda vai embora. Não se deve dormir com sede,

senão o Anjo da Guarda pode afogar-se, querendo beber água.

- Não se deve espanar teia de aranha para não espantar a felicidade.

- Aranha dentro de um saquinho cura moléstias da garganta. Encontrada ao amanhecer, é portadora de más notícias, porém, à noite, prenuncia fortuna e felicidade.

- Assobiar de noite chama cobra. Três assobios bem longos atraem o vento. Quando o vento escasseia, o canoeiro assobia para chamá-lo.

- Roupa ao avesso é mau agouro.

- Banho de cheiro é excelente para tirar mau olhado.

- Os antigos não faziam barba nas terças-feiras porque o diabo está solto.

- Diz-se, em Portugal, que “homem ruivo e mulher barbuda, de longe, se saúda”.

- Se a criança chora durante a cerimônia do batizado, chegará à idade adulta. Se vomitar o sal, será idiota ou analfabeta,

- Quem usa bentinhos do Carmo, não morre em pecado e sem absolvição. Quem usa os bentinhos do Rosário, fica no Purgatório até o primeiro sábado após a morte. No outro dia, Nossa Senhora vai buscar a alma e a leva para o céu.

- Em Portugal, na França e na Espanha, a borboleta negra é considerada anúncio de coisa má. Na China, é aviso de morte.

- Cabelos traduzem força física, e é material precioso para os processos de feitiçaria. Ter cabelos no peito é sinônimo de valentia.

- O cachorro, quando uiva, está chamando desgraça para o seu dono. Cavando na porta, está

cavando a sepultura do seu dono. Urinando na porta, é prognóstico feliz.

- Quem sofre de pesadelos, deve fazer um cachorro dormir debaixo da cama.

- O cadáver da vítima sangra na presença do assassino. Se se quer descobrir o criminoso, ponha-se uma moeda de prata na boca do cadáver, e o coloque de bruços: o assassino, por mais que se esforce, não se afastará do local do crime ou de suas vizinhanças,

- Uma vela acesa numa cuia posta em cima d'água, parará onde estiver o cadáver submerso,

- Casa de esquina: morte ou ruína. Casa do meio: vida sem receio.

- Duas vassouras, varrendo a mesma casa, varrem toda a felicidade.

- Sair de casa, ao toque do meio dia, traz desgraça.

- Varre-se a casa das portas para dentro, nunca atirando o lixo fora, mas apanhando-o, a fim de não enxotar a felicidade.

- Moça que casa no dia de Santana, 26 de julho, morre de parto.

- Os noivos serão felizes se chover durante o casamento ou depois da cerimônia. O nubente, que se deitar primeiro, indicará o sexo do primeiro filho.

- Encontrar corcunda pela manhã, é sinal de bom agouro para negócios e viagens, e a casa, em que morar um corcunda, está livre de incêndio.

- A coruja, quando esvoaça sobre a casa do enfermo, anuncia-lhe a morte.

- Uma cruz feita com palha seca do Domingo de Ramos afasta o perigo de raio e dissipa a tempestade.

- Dormir em cima da mesa ou com os pés voltados para a rua, é mau agouro.

- Não se deve passar debaixo de uma escada.

- Não se deve olhar para o espelho de noite ou se falar diante dele. Espelho, que se quebra sem motivo, anuncia a morte do dono da casa.

- No dia em que se espirra, nele não se morre.

- Apontar para as estrelas, faz nascer verrugas.

- A ferradura é um amuleto de felicidade, atraindo a sorte e afastando o mau olhado e desgraças de quem a possui. Porém, só terá estes poderes, se for encontrada, casualmente, na rua. Alguns mais exigentes são de opinião que a ferradura só produz efeitos benéficos, quando é encontrada na rua com a boca voltada para futuro possuidor. Na Europa, é uma das superstições mais populares e conhecidas. O almirante Nelson usava uma ferradura pregada no mastro grande do seu navio “Victory”.

- A figa é, também, um dos amuletos mais famosos e populares, pois esconjura o mal, o contratempo, a inveja. É oriundo dos cultos orgiásticos de certos povos mediterrâneos.

- O fogo afugenta os fantasmas. Quem brinca com fogo, urina na cama. Quem cospe no fogo, fica tísico. Quem queima os cabelos fica doido. E quem urina no fogo, morre de moléstias renais e da bexiga.

- Três fumantes não devem acender o cigarro no mesmo fósforo, sob pena de falecer um deles, dentro de um ano.

- Não se deve ter um fósforo aceso inutilmente na mão, porque atrai a morte.

- Usar toda a caixa de fósforos somente de um lado, dá sorte.

- Perder caixa de fósforos, dá azar no dia seguinte.

- Guardar fósforos queimados com os intactos na mesma caixa, dá azar e retarda a sorte.

- Quem é feliz na criação de galinhas, não o será nos amores, nem no casamento.

- Galinha faz abortar mulher grávida que dela se aproximar ou mexer no choco.

- Galinha espantada anuncia novidade.

- Passar na garganta o sangue do pé de galinha preta cura angina.

- Quem pisa o rabo de um gato, não casa neste ano.

- Mulher menstruada está proibida de atravessar água corrente, deitar galinha no choco, tocar em crianças doentes e em líquidos, que estão em fermentação, ou, ainda, nas árvores com frutos verdes, fazer cama de recém- casados, dar o primeiro banho ou o primeiro leite a uma criança, amamentar, assistir a batizado ou a enterro de adulto. Os remédios perdem sua eficácia, quando dados ou apenas tocados pela mulher menstruada.

- Os feitiços realizados, mediante o processo de amarrações e nós, produzem atrasos nos negócios e no amor.

- Olhar para trás também é um tabu de conduta nos encantamentos, bruxarias, etc, pois atrai os fluidos maléficos.

- Há muitas crendices sobre o ovo, símbolo da fecundidade. Cascas de ovos, fincadas em varas de cercas, afastam as más influências e as jetaturas.

- A mulher grávida não deve colocar objeto algum sobre o seio, porque sua imagem se imprimirá na carne do seu filho: a chave fará na criança um lábio leporino, e a medalha, uma pinta escura. Ela está proibida de olhar para animais mortos, caveiras, podridões e, enfim,

qualquer coisa que a impressione, porque tais imagens se refletirão sobre o feto, fazendo a criança nascer feia, aleijada, doente, etc. A gestante deve satisfazer aos seus "desejos", comendo o que lhe aprouver, sob pena de abortar. Se ela brincar com macaco, gato, cachorro, ou qualquer animal de pêlo, o seu filho nascerá muito cabeludo ou parecido com um desses bichos.

- As meninas, que nascem de bruços, são estéreis.

- A mulher de boca grande dá à luz com facilidade. Mulher de mãos finas e pernas grossas não são boas para o parto. Vestir a ceroula do marido, pôr na cabeça o chapéu do esposo, às avessas, soprar em garrafa, facilitam o trabalho do parto.

Muitas coisas ainda ficaram para ser ditas, principalmente sobre os processos empregados na magia simpática ou de contágio, na utilização de sangue e saliva, no emprego do sal e na interpretação de sonhos. E, ainda, o que se pode entender por mau olhado, olho grande, orações fortes, etc. Apesar do avanço da ciência e da tecnologia, o ser humano continua, de um modo ou de outro, a ser influenciado pelas superstições.

A HIPNOSE

22 de outubro de 1971

A hipnose, em sua origem, aparece envolta em mistérios e superstições, práticas mágicas e religiosas.

No Egito, nos famosos "Templos dos Sonhos", os pacientes eram submetidos a sugestões terapêuticas, enquanto dormiam. Um certo papiro, que data nada

menos de 3.000 anos, contém instruções técnicas de hipnotismo, muito semelhantes aos métodos modernos.

Os gregos, costumeiramente, realizavam peregrinações a Epidaurus, onde se situava o templo do deus da medicina, Esculápio. A hipnose, portanto, é filha dos santuários iniciáticos e cresceu, empiricamente, dos rituais terapêuticos oficiados pelos sacerdotes.

Avicena, no século X, e Paracelso, no século XVI, procuraram situar o hipnotismo, não apenas no campo experimental, mas segundo o espírito peculiar de suas épocas.

Na segunda metade do século XVIII, surgiu, na Alemanha, um padre jesuíta, conhecido pelo nome de Gassner, que, através de processos teatrais, realizou curas extraordinárias. A título de exorcizar endemoniados, o esperto sacerdote utilizava métodos hipnóticos, cujos resultados espetaculares lhe granjearam enorme prestígio em sua época.

Todavia, conforme alguns estudiosos, é somente com Franz Anton Mesmer que, sob o ponto de vista histórico, aparece o denominado hipnotismo científico. Mesmer atribuía à má influência dos astros a causa principal das enfermidades e admitiu a existência, no organismo, de uma força a que denominou de *magnetismo animal*.

O Pe. Hell, jesuíta, professor da Universidade de Viena e um dos astrólogos da Corte de Maria Tereza, influenciado pela doutrina de Mesmer, inaugurou um método terapêutico com o emprego de ímãs. Mesmer, por sua vez, passou a imitar o processo de cura do Pe. Hell, assegurando o prestigio popular do tratamento denominado magnético. O mesmerismo se tornou famoso em Viena e, principalmente, em Paris, notadamente na modalidade das “curas coletivas”.

Em 1784, o monarca Luís XVI, instigado pela classe médica, nomeou uma comissão de sábios para investigar a procedência e a natureza do fenômeno magnético. A comissão estava integrada pelas três mais importantes personalidades do mundo cientifico da época - Lavoisier, Bailly e Benjamin Franklin -, e seu parecer foi contrário ao mesmerismo. Desgostoso e desacreditado, Mesmer retirou-se para a Áustria, onde morreu, completamente esquecido, em 1815.

Discípulo de Mesmer, o Marquês de Puységur, após empregar os métodos do seu mestre, abandonou-os, depois de uma experiência realizada com um camponês, de nome Victor. Em razão dessa experiência, Puysegur reconheceu a existência de um fenômeno a que rotulou de *sonambulismo artificial*. Enquanto Mesmer provocava, nos pacientes, crises nervosas e convulsões histéricas, Puységur, ao contrário, sugeria a eles um estado post-hipnótico repousante e restaurador.

O Pe. José Custódio de Faria, mais conhecido pelo nome de Abade Faria, foi quem, primeiramente, demonstrou que a hipnose não era sinônimo de sono. Não obstante ordenar aos pacientes que dormissem, o Abade Faria contribuiu, decisivamente, para o desenvolvimento do que, mais tarde, seria denominado de “hipnose acordada”.

Embora adepto do mesmerismo, Elliotson foi o primeiro a empregar a hipnose no tratamento da histeria, enquanto outro defensor do magnetismo animal, Esdaile, aplicou o método hipnótico para operações cirúrgicas.

Em 1841, apareceu o Dr. James Braid, que marcaria o fim do magnetismo animal, e seria considerado o verdadeiro pai do hipnotismo. Admitia Braid que a causa física do transe era o cansaço visual e, por isso, inaugurou o método da fascinação ocular

para a indução hipnótica. No fim de sua vida, Braid abandonou o emprego deste artifício, visto que obtivera os mesmos resultados com os cegos, e passou a dar mais importância à sugestão verbal. Mais tarde, descobriu, ainda, que o sono não era necessário ao fenômeno hipnótico.

Liébeault enfatizou o método da sugestão verbal como indutor da hipnose, e Bernheim foi o primeiro hipnólogo a vislumbrar na hipnose um estado psicológico normal.

Contrariamente, Charcot apregoava que somente as pessoas histéricas eram passíveis de ser hipnotizadas, não passando a hipnose de um estado de histeria. Concomitantemente com essa premissa, formulou a sua teoria dos três estados hipnóticos: a letargia, a catalepsia e o sonambulismo. Charcot também inventou a teoria metálica mediante a qual a cura de certas doenças dependia, tão somente, do emprego correto dos metais.

Muito ainda poderia ser falado sobre o hipnotismo e suas aplicações práticas na atualidade. Compete, porém, aos participantes de O Grande Júri desta noite aprofundar o assunto, sinteticamente exposto no relatório, que apenas se deteve na sua abordagem histórica.

A PROBLEMÁTICA DO SONHO

19 de novembro de 1971

O homem é, na realidade, um ser anfíbio: ele vive em dois universos justapostos - a vigília e o sono.

O que é o homem, quando dorme? É o subjetivismo onírico tão real, quanto o subjetivismo em vigília?

O sonho sempre desempenhou um papel importante na história da humanidade. Na Antigüidade, foi considerado um elo de ligação entre o homem e a divindade. Era através do sonho que os deuses se comunicavam com os mortais. Os egípcios, os caldeus, os persas, os babilônios, os fenícios, os gregos e os romanos acreditavam, firmemente nos avisos oníricos. Interpretá-los, era uma arte sagrada, zelosamente exercida pelo corpo sacerdotal. Assim, nasceu a "ciência" dos sonhos, também chamada de *oniromancia*, naturalmente eivada de superstições e fortemente influen-ciada por fatores de ordem cultural.

O sono é a porta do sonho. Já o consideraram o irmão gêmeo da morte. Machado de Assis afirmava que dormir é um modo interino de morrer. Por isso, a tradição popular admite que o sono é a libertação temporária do espírito ou alma. Assim, não se deve despertar, bruscamente, uma pessoa, a fim de dar tempo a alma para retomar ao corpo.

Na Grécia, a Terra era considerada como a mãe dos sonhos, os quais escapavam por duas portas distintas do Hades. Morfeu e Hipnos, os deuses do sonho, ciceroneava as pessoas nos universos misterio-sos do Inconsciente.

Todavia, os sonhos que mais nos causam profunda impressão são os chamados sonhos premonitórios, através dos quais uma fração do futuro - pessoal ou de uma comunidade - é revelada a determinados indivíduos.

Freud foi, indubitavelmente, o precursor da abordagem científica dos sonhos, catalogando-os e

interpretando-os, como comunicados do inconsciente. O sonho é, assim, via de regra, a imagem do que não podemos ser, as rejeições do nosso existir, o antípoda do nosso ser.

Até onde pode o sonho influir em nossa conduta no estado de vigília? Se o sonho é a catarse da vigília, não será esta, por sua vez, afetada pelo sonho?

Conforme noticiário da imprensa, já foram criados, na França, laboratórios do sono e do sonho, subvencionados pelo governo, em Paris, Marselha, Lyon, Bordeaux, Bonneval e Montpellier.

A experiência tem demonstrado que um paciente, permanecendo insone durante vários dias, apresenta qua-dros alucinatórios no momento em que deveria sonhar. Descobriu-se, ainda, que uma pessoa, privada de sonhos, segrega um produto químico semelhante ao LSD 25. Daí, admitir-se, em tese, que a esquizofrenia poderia resultar da supressão dessa substância orgânica.

Outro acontecimento experimental digno de registro é a indução onírica, mediante a qual, através de estímulos externos, o experimentador induz o paciente a sonhar ou modificar o curso do seu sonho.

Na Faculdade de Medicina de Lyon, o Dr. Jouvet iniciou a pesquisa do sonho mediante o emprego do onirógrafo, um aparelho registrador de sonhos. Atualmente, como já vimos antes, foram criados laboratórios de sonho, semelhantes ao do fisiologista francês, nas universidades de Nova Iorque, Stanford e Chicago. Nos chamados “dormitorium”, as pessoas adormecem com os onirógrafos ligados à cabeça e, ao despertarem, relatam o que sonharam, e os re- latos são gravados em fitas magnéticas para controle com os demais dados obtidos de outros pacientes.

O sonho, assim, nos parece uma outra dimensão existencial do homem. Só agora a sua topografia começa a ser, gradualmente, levantada e conhecidos os seus primeiros acidentes geográficos. Quando se concluirá essa pesquisa, ninguém o sabe, e, talvez, ela jamais tenha um termo final.

O ÁTOMO

3 de dezembro de 1971

Etimologicamente, a palavra átomo quer dizer indivisível (do grego a = não e tomo = divisão).

A noção do átomo data da Grécia clássica. Era, no entanto, mais uma idéia filosófica do que cientifica. O atomismo é um dos mais antigos sistemas filosóficos do mundo ocidental. Conquanto atribuído a Leucipo, só foi explicitamente formulado por Demócrito e Epicuro. Lucrécio, no seu livro "*De Natura Rerum*", procurou explicar todos os fenômenos físicos e psíquicos pela movimentação dos átomos.

O atomismo filosófico ensinava que a matéria é um conjunto de átomos infinitos, indivisíveis, eternos, diferentes pela figura, posição e ordem, unindo-se e separando-se automaticamente. Tudo, portanto, era feito de átomos, in-clusive os deuses.

Séculos mais tarde, Leibniz substituiu os átomos materiais de Demócrito pelos átomos formais ou pontos metafísicos. Para Leibniz, a matéria é um conjunto de infinitos centros de força, aos quais deu o nome de *mônadas*. Assim, a matéria, na sua essência, é força.

Na física moderna, o conceito atomístico surgiu, pela primeira vez, na célebre polêmica entre Newton e Huygens a respeito da natureza da luz, aquele defendendo a teoria corpuscular e este, a teoria ondulatória. O átomo da física moderna já não é mais indivisível: é um conjunto de partículas elementares menores, como prótons e elétrons. Rutherford, Bohr e De Broglie elaboraram os primeiros modelos atômicos e, atualmente, o átomo deixou de ser uma hipótese e se

revelou, experimentalmente, como uma realidade, podendo, inclusive, ser fotografado.

A descoberta e a aplicação tecnológica da energia atômica dinamizaram o progresso nos mais variados setores da atividade humana. O seu emprego, todavia, nem sempre foi pacífico e, ainda hoje, e mais do que nunca, constitui uma formidável arma de intimidação bélica. A fatídica madrugada de 16 de julho de 1945 levantou uma inquietadora suspeita sobre a imaturidade espiritual do homem em face ao futuro da humanidade. Uma indagação, então, é suscitada: será que megalomania tão comum nos líderes políticos ofuscará a tímida razão, privilegiando os conflitos bélicos, o que resultará em uma clara ameaça à sobrevivência da humanidade? Nunca é supérfluo lembrarmos a lição mitológica da caixa de Pandora.

CÂNCER, O FLAGELO DA HUMANIDADE

14 de janeiro de 1972

Cada época da humanidade é marcada por um signo de sofrimento.

Vivemos, agora, o signo de câncer.

O século XX se caracteriza, precipuamente, pela velocidade das mudanças, pela desagregação rápida das estruturas sociais e psicológicas. A era eletrônica das comunicações acelerou o processo natural do transformismo. Cientistas sentenciosos e filósofos pessimistas, à semelhança de incômodas cassandras, anunciam a irreversível marcha da entropia do Universo. Tudo caminha para a desagregação e para a indiferenciação monótona das coisas.

O câncer é bem um sintoma, ao nível biológico, da síndrome de desagregação geral do Universo. Repete, no organismo, a revolta das células contra a organização vital. Elas trazem, na intimidade do seu código genético, nos absconsos mistérios do DNA, o germe da revolta tardia ou precoce. Esperam, tão somente, a ocasião propícia - fatores endógenos ou exógenos - para desencadear a rebelião, minando as estruturas do mundo onde vivem, conquanto pereçam, na derrocada geral do organismo.

O câncer, assim, é o flagelo dos nossos dias. À semelhança das hordas bárbaras, no ocaso melancólico do Império Romano, o câncer não escolhe tempo ou local para a consumação de sua obra predatória. Sorrateira ou ostensivamente, ele investe sobre o território celular, submetendo os seus vizinhos e tornando-os aliados, na luta pela conquista suicida do organismo inteiro. Daí, o desespero do homem contemporâneo para prevenir ou rechaçar a ameaça sempre presente deste solerte adversário.

O câncer é, portanto, o desafio da entropia orgânica ao progresso científico da nossa época. Cabe ao homem, pela dignidade de sua inteligência, apanhar a luva que lhe foi atirada e preparar-se para o duelo de cujo resultado dependerá o destino da própria humanidade.

O ENFARTE
18 de fevereiro de 1972

Na história da humanidade, em seus mitos e em suas lendas, o coração, na qualidade de órgão ou símbolo, sempre ocupou um lugar de destaque.

Na Antigüidade Ocidental, era considerado a fonte da Vida.

Certos povos primitivos, em seus rituais sagrados, ofereciam, em propriciação, aos seus deuses, os corações, ainda sangrentos, de suas vítimas.

A literatura, notadamente a Ocidental, desde a Antigüidade Clássica até a contemporânea, está repleta de alusões ao órgão cardíaco, principalmente como sinônimo de vida e de amor. Assim, “dar o coração a alguém” significa o mais profundo testemunho de amor, a entrega total da existência à pessoa amada.

Apesar de, com o avanço tecnológico e científico de nossa época, o coração ficar reduzido a um prosaico músculo, movimentando o sangue no organismo, algumas vezes substituído em seus afazeres pelo sofisticado coração mecânico, não perdeu, porém, os seus atributos mágicos na linguagem comum. Assim, em algumas ocasiões, o coração substitui o cérebro, notadamente no que concerne a pressentimentos e intuições. É muito comum se ouvir alguém dizer, quando assaltado por estas sensações: “meu coração está me dizendo que não devo fazer isto ou aquilo”.

Mas, precipuamente, o coração é sede simbólica da afetividade. Quando alguém declara que “agiu pelo coração”, confessa que procedeu com sinceridade ou irrefletidamente. A chamada lógica afetiva encontrou no coração o seu símbolo preferido: “o coração tem razões que a própria razão desconhece”.

Em algumas figuras literárias, o coração é sinônimo de força. De uma pessoa de coragem, diz-se que tem um coração de leão. Célebre, na história das

Cruzadas, foi o soberano inglês que, por sua bravura na luta contra os sarracenos, foi cognominado de Ricardo, Coração de Leão,

Também o coração pode indicar o caráter de uma pessoa. Aqueles que possuem índole boa são denominados de coração de ouro ou de grande coração, ou, ainda, de coração mole. Ao contrário, as pessoas de mau caráter são acoimadas de coração de pedra, ou sem coração.

Em situações especiais, o coração se substitui à memória, quando, num lance emocional, declaramos que guardamos tal fato ou tal nome em nosso coração.

Simboliza, ainda, o músculo cardíaco a intimidade de alguém. Quando uma pessoa pretende fazer uma confissão a outra, avisa-lhe que lhe vai abrir o coração.

Sendo o coração a sede simbólica da afetividade, quando alguém é atingido, afetivamente, afirma que o seu coração foi ferido. E, finalmente, quando luta para suportar uma adversidade e obter resignação, declara que está fazendo das tripas coração.

Ora, se o nosso coração é tão suscetível de ser atingido por essas coisas, também o é, freqüentemente, pelo enfarte. A agitação da vida moderna, a instabilidade emocional, a vida sedentária e a alimentação inadequada são alguns dos fatores responsáveis pelos desmantelos cardíacos. Na sociedade agressiva e competitiva em que vivemos, onde o sentimento de insegurança é a tônica psicológica da nossa personalidade, o coração é, talvez, o órgão mais afetado pelos nossos desajustes emocionais. Os distúrbios circulatórios figuram nos primeiros lugares nas estatísticas nosológicas e obituárias dos chamados países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Quais os sintomas dessa enfermidade? Quais os meios

adequados para a sua prevenção? Qual a terapêutica mais moderna que está sendo empregada, não apenas em outros países, mas, principalmente, no nosso? Quais as perspectivas e esperanças para um futuro próximo ou remoto, que objetivem erradicar, ou, ao menos, diminuir, consideravelmente, as temíveis e traiçoeiras afecções cardíacas? Tais questões, e muitas outras, serão discutidas em O Grande Júri desta noite.

DEUS E O HOMEM DE HOJE
25 de fevereiro de 1972

Estudos sociológicos e antropológicos têm evidenciado, em todos os povos, a idéia, por mais rústica que seja, de um comando geral, regendo a harmonia do universo.

Já dizia o filósofo Xenófanes, combatendo o antropomorfismo, que não foi Deus quem fez o homem à sua imagem e semelhança, mas, sim, o homem quem O fez semelhante a ele. Pensamos em Deus em termos de nossa humanidade, e projetamos sobre Ele todos os nossos conteúdos afetivos, emocionais e psíquicos. Deus, assim, se tornou a hipertrofia da nossa semelhança.

Esse Deus antropomorfizado se nos apresenta, principalmente, nas grandes religiões do passado, sob forma humana, ou adotando essa forma para entrar em contato com os homens e ministrar-lhes instruções e ordens, ou ajudá-los, pessoal ou coletivamente, na solução dos seus problemas. Esse Deus era, principalmente, o Senhor dos Exércitos, favorecendo o Seu povo na luta contra o inimigo. Por isso, era muito

comum, entre os povos da Antigüidade, conduzirem os seus deuses para as guerras. Cada cidade possuía o seu deus particular, e a eles eram tributadas as honras nacionais nos sucessos bélicos, O contrário ocorria em caso de derrota, quando, então, a divindade era alvo de chacotas e de opróbrios, sendo, não raras vezes, até destruída, ou anexada à divindade do povo vencedor.

As atitudes dos povos antigos, em relação aos seus deuses, eram, assim, as mais contraditórias e paradoxais: ora os ameaçavam, chegando até a cumprir as ameaças, com práticas iconoclastas; ora se sentiam ameaçados pelos deuses, porque se sentiam impotentes perante eles. Neste caso, ofereciam propiciações e sacrifícios para abrandar a ira dos deuses e conseguir seus favores.

O politeísmo admitia uma espécie de governo colegiado no universo, onde cada divindade reinava sobre determinado fenômeno da Natureza. Mas, nem sempre, os deuses estavam de acordo na regência do mundo, pois eram, costumeiramente, rixentos e ávidos pelo poder, e viviam em luta permanente pela hegemonia sobre os demais. Metiam-se em assuntos dos mortais, negociavam com eles e, geralmente, não eram honestos em suas transações, ludibriando a boa fé dos homens. Júpiter ou Zeus, por exemplo, o maior de todos os deuses do panteão greco-romano, era, também, o mais vigarista de todos, alcançando o poder supremo através de manobras políticas, que surpreenderiam até mesmo Maquiavel.

O monoteísmo instalou o regime monárquico absolutista do Universo. O Iavé hebraico é o seu protótipo. E a teologia logo assegurou, ao monarca divino, uma corte celestial, composta de anjos, arcanjos, querubins, tronos, potestades, etc. Isso, todavia, não

evitou, conforme os ensinamentos teológicos, a tentativa de um golpe de Estado por parte de um dos nobres da corte, o ardiloso Lúcifer, que, fracassada a sua rebelião, foi exilado, juntamente com seus comparsas, para uma região ou estado - ninguém o sabe ao certo -, onde lá ainda permanecem, dizem que privados, para sempre, de seus antigos privilégios. E, como a "sabedoria popular" ensina que, na briga dos grandes, o pequeno é quem sai prejudicado, o homem foi envolvido nas conseqüências dessa luta, perdendo o seu lugar no Paraíso, e passando a sofrer com a permanente ameaça de viver a sua eternidade no Inferno, obrigado a aturar as frustrações e o sadismo de Satanás e seus asseclas, sempre resmungando contra a Ordem Universal,

O panteísmo vê Deus em tudo e em todas as coisas e, assim, Deus é a soma de tudo isso.

Certas doutrinas religiosas orientais ensinam que cada pessoa é uma individualização de Deus.

De uma forma ou de outra, o homem sempre admitiu um poder superior a ele, quer sob o nome de Deus, quer sob o nome de Natureza. Uns lhe conferiram uma co-notação de individualidade, de pessoalidade, chegando ao exagero de conceder-lhe atributos humanos, porém hipertrofiados, e até infinitos. Outros entenderam esse Poder como impessoal, uma espécie de força ou de consciência. Finalmente, há aqueles que, conquanto admitam a existência desse Poder, declaram que a inteligência humana é impotente para compreendê-Lo. Somente alguns arraiais filosóficos, como o do materialismo, negam a existência de um princípio criador e organizador do universo, admitindo que tudo é obra do acaso. Deus não existe: é uma necessidade emocional do homem.

Em que pese o assombroso progresso científico e tecnológico do nosso século, o homem continua cada vez mais perplexo e confuso em relação ao por quê e ao para quê de sua existência e da existência de todo o Universo. Tudo o que existe é produto de um Princípio Eterno e Criador ou simples resultado do Acaso?

O GRANDE JÚRI NA IMPRENSA

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
28 de janeiro de 1973

“Jornal de Letras”, órgão artístico e literário da Guanabara, elege personalidades da cultura de Pernambuco

O "Jornal de Letras", um dos mais sérios e importantes órgãos de cultura do país, traz, neste primeiro número de janeiro de 1973, a relação dos dez nomes de sua escolha para destaque como personalidade da Cultura de 1972. Pessoa de Morais, Elemér Janovitz, Ladjane Bandeira, César Leal. Ariano Suassuna, Marcelo Carneiro Leão, Torquato de Castro, Oswaldo Lima, Valter Rosa Borges e Marcionilo Lins (segundo a ordem publicada).

Como se sabe, JL obedece à direção de Elysio Condé e conta com Antônio Olinto, Carlos Drummond de Andrade, Valdemar Cavalcanti, Fernando Segismundo, Assis Brasil, Raul Xavier, Nuno Simões como colaboradores, redatores e conselheiros. Tem promovido inúmeros concursos literários e várias exposições de arte, alguns já históricos dada a importância da repercussão que alcançou.

O critério adotado na indicação dos nomes foi o da "contribuição direta ou indireta" para o maior desenvolvimento do setor cultural (artístico e literário) do Estado. Damos aqui alguns fragmentos das mini-biografias do JL:

Pessoa de Morais

Autor de "O desafio da era tecnológica" e de outros livros que o desviaram dos estudos puramente sociológicos, procurou implantar uma filosofia própria para o

Brasil, estudar os problemas de comunicação dentro de uma realidade mais íntima dos chamados países periféricos. Animador da futurologia, divulgou o nome de Pernambuco no sul do país chegando a ser discutido no Rio, São Paulo e Brasília.

César Leal

Professor universitário responsável pelo Suplemento Literário do "DIÁRIO DE PERNAMBUCO", crítico literário dentre os mais lúcidos, é um dos melhores poetas da sua geração. Autor de vários livros de poesia e crítica ("Os cavaleiros de Júpiter," um deles) destacou-se este ano pela maneira como se projetou no cenário intelectual (. . .) tornando-se um dos primeiros poetas do Nordeste a despertar o interesse de colegas dos Estados Unidos.

Ariano Suassuna

... o autor da Compadecida tem tido longo período de sucessos literários desde que surgiu vitorioso como teatrólogo. Mas o romance da Pedra do Reino vem colocar Ariano Suassuna num destaque duradouro. Nome internacional, traduzido em várias línguas, dispensa apresentação. Homem simples, com a modéstia peculiar aos gênios, já pertence ao acervo com que Pernambuco e o Nordeste emprestam ao Brasil a expressão cultural que o país divulga no exterior.

Oswaldo Gonçalves de Lima

O silêncio parece ter sido até hoje o *fundo* mais freqüentemente encontrado no reduto de trabalhos dos cientistas. Oswaldo Lima trabalha em silêncio, esquivando-se à publicidade. Diretor do Instituto de Antibióticos da Universidade Federal de Pernambuco, já contribuiu com o seu trabalho até mesmo para a busca da cura do câncer. No campo dos antibióticos seu trabalho tem sido profícuo, interessando a cientistas de todo o mundo, que com ele se correspondem, desejando

conhecer os resultados das suas pesquisas.

Elemér Janovitz

Indutrial naturalizado brasileiro (...) faz questão de ser antes de mais nada pernambucano. Dificilmente se realiza um movimento cultural em Pernambuco sem a sua cooperação. Bastante ligado aos intelectuais, foi um dos primeiros empresários a preocupar-se com a renovação do Nordeste. Autor de um livro sobre problemas da região, é um dos que acreditam que uma comunidade vale não apenas pelos frutos repartidos da sua economia, como também pelo grau de conscientização que tiver a respeito do homem e da terra. Elemér Janovitz é cônsul honorário. Já promoveu a vinda de vários intelectuais estrangeiros a Pernambuco.

Marcelo Carneiro Leão

... Marcelo Carneiro Leão tem cooperado para o entrosamento entre a cultura e o setor econômico acreditando que os dois são indispensáveis para a melhor compreensão de uma época e de uma coletividade. Idealizou e apóia a Fundação Cultural Pessoa de Morais.

Valter Rosa Borges

Atualmente realiza um trabalho muito importante em favor da cultura na TV Universitária de Pernambuco. Seu programa Síntese, resumindo semanalmente o movimento cultural do Estado é o preenchimento de uma lacuna que a televisão comercial jamais pensou realizar. Além de Síntese, preside ainda na TV Universitária o programa O GRANDE JÚRI onde desfilam os grandes problemas da atualidade, debatendo-se com jornalistas, escritores, juristas e outras pessoas das mais diferentes atividades intelectuais.

Marcionilo Lins

Educador dos mais competentes Marcionilo Lins é o Magnifico Reitor da Universidade Federal de

Pernambuco, exercendo ali um trabalho digno de elogios pela maneira como coopera, com sua capacidade e experiência, na condução dos difíceis problemas universitários de hoje. A modernização de todos os setores da Universidade, sua preocupação constante com o bem-estar do universitário, são ítens que enaltecem a sua gestão e o destacam como personalidade cultural. Tem ainda sob sua responsabilidade a editora da UFRP, de onde saem para o público, com freqüência, numerosos livros de autores pernambucanos.

Ladjane Bandeira

Pintora, escritora, Jornalista, teatróloga (...) é também grande incentivadora e, sobretudo, divulgadora, da arte em Pernambuco. Destaca-se novamente por dois motivos: a renovação da sua pintura, com um vigor cada vez mais marcante, e a volta da sua coluna de arte que tantos benefícios sempre trouxe para o setor artístico. Ladjane além de escrever para o teatro editou, com Esmaragdo Marroquim, a revista "NORDESTE", infelizmente desaparecida.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

12 de setembro de 1976

Um Livro e um Programa de TV
Pessoa de Morais

O livro Introdução ao Paranormal, que Valter da Rosa Borges publicou recentemente, é o resultado direto de suas velhas preocupações intelectuais e atividades culturais à frente do programa da TV

Universitária - O Grande Júri, de excelente audiência. O livro estabelece uma diretriz didática facilmente compreensível concernente a vários assuntos da parapsicologia que quase sempre nunca são enfeixados num volume accessível a um público mais amplo de leitores.

A própria nomenclatura introduzida por J. B. Rhine, em suas pesquisas parapsíquicas, desde os anos 30, na Universidade de Duke, Estados Unidos, e de repercussão mundial em torno da classificação geral desses fenômenos em psi-gama e psi-kapa, isto é, em fenômenos mentais propriamente ditos e fenômenos envolvendo repercussões fisicas ou orgânicas mais diretas, é colocada co-mo base de sua visão metodológica.

É verdade que essa diferenciação é ainda, ao meu ver, uma ambigüidade do próprio. Rhine, criador da parapsicologia nos moldes universitários hoje conhecidos. E isso porque tanto o fenômeno chamado psi-gama, mais vinculado à vida mental em sua feição específica, como o fenômeno psi-kapa, envolvendo repercussões físicas ou fisiológicas, resultam de um dado ainda não elucidado. Ou melhor, de uma perspectiva genérica dos fenômenos mentais, cujas raízes epistemológicas até aqui jamais foram discernidas. O que levou, por isso mesmo J. B. Rhine, de saída, a cometer o vicio lógico de intentar fazer classificações sem nunca haver pesquisado ou se preocupado intelectualmente senão com um âmbito bastante limitado desses fenômenos e, em decorrência disso, comete vícios ao mesmo tempo tão implícitos quanto intransponíveis de abordagem.

No caso de Valter da Rosa Borges, há, em seu trabalho na TV-U e no livro já referido, uma preocupação de

caráter menos fragmentado. Assim, Valter da Rosa Borges trata, no livro, dos mais variados temas da parapsicologia, informando, com inteligência, o leitor a respeito de toda uma multiplicidade de questões que constituem o assunto de maior curiosidade humana e intelectual de toda a época que estamos vivendo.

A introdução mesma das raízes do chamado psi-gama ou do chamado psi-kapa no tratamento didático do tema, como fez o autor de Introdução ao Paranormal, dentro dos moldes a que se propõe o livro, ou seja, mostrar uma visão geral da parapsicologia em termos de hoje, constitui, deste ângulo, uma novidade sistemática e didática. Todo o trabalho de Rosa Borges é mesmo de organização conceitual ou de exposição, tentando e conseguindo, dentro do que se propôs, dar uma bem elaborada sinopse dos estudos parapsicológicos, tais como são considerados até aqui. Nesse ponto seu livro alcança um sentido digno de menção, pois a estrutura de quase toda parapsicologia conhecida sofre, no livro, inclusive reconsiderações com interessantes aspectos didáticos, de exposição e conceitos.

Por cima é de se considerar que tanto o livro comentado como, aliás, o programa - O Grande Júri, da TVU, dirigido por Valter da Rosa Borges, representam um importante passo para uma nova mentalidade cultural no Nordeste. Esse programa, que está conseguindo levar realmente a Universidade ao grande público, realizando o ideal sempre sonhado mas quase sempre jamais sequer iniciado, de conciliar as preocupações do saber com a comunidade, começa a produzir efeitos bastante promissores.

A discussão precisamente, pela vocação dos estudos de Rosa Borges, de temas ligados com as grandes interrogações que assumem conotação especial nesse

quarto final de século, faz da TV-U e desse livro um marco na mentalidade regional. Valter da Rosa Borges, com o Grande Júri e a Introdução ao Paranormal, abre, ao meu ver, novo ciclo cultural de interesses. Consegue deslocar o primarismo da pura literatice (distingo visceralmente literatura de literatice), de grande parte das vulgares preocupações intelectuais ainda dominantes para algo mais sério.

Daí a incontestável projeção, em toda a comunidade de Pernambuco e da Paraíba, por exemplo, do seu programa na TVU. Fato que levou o reitor Paulo Maciel, na verdade um autêntico intelectual ocupando a reitoria, uma vocação de schollar, no sentido mais legitimo do termo, a considerar o trabalho de Valter da Rosa Borges, quando apresentou o livro, tão obstinado quanto de evidente alcance cultural.

Como colaborador dos programas da TV-U, discutindo eu, previamente tópicos de obra a ser, aliás, em breve, publicada nos Estados Unidos e na Europa, constatei a enorme repercussão desses meus estudos através do programa O Grande Júri. Sou procurado, com freqüência, por inumeráveis pessoas de todos os setores e condições sociais. ávidas de explicações em torno de enigmas humanos ou do Universo até agora nunca explicados.

O grande veículo disso é a TV-U, onde Rosa Borges, agora também com o livro Introdução ao Paranormal presta, assim, um grande serviço a Pernambuco e ao Nordeste, antecipando-se ao debate de assuntos que conciliam a Universidade com a comunidade e com as mais genuínas interrogações de toda a Humanidade. E isso em torno dos intrigantes mistérios que cercam até hoje, a decifração da natureza e da vida humana.

JORNAL UNIVERSITÁRIO, da Universidade Federal de Pernambuco
Julho de 1977

O GRANDE JÚRI

Vem a Televisão Universitária Canal-11, de há muito, oferecendo uma opção aos telespectadores mais exigentes, notadamente em matéria de nível cultural: o Programa o Grande Júri, sob a coordenação do Dr. Walter Rosa Borges, igualmente o seu idealizador. Inicialmente levado ao ar às sextas-feiras, agora é aos sábados, a partir das 21 e 30 horas, mudança que veio, certamente, atender à expectativa da maioria dos seus telespectadores.

Trata-se, indubitavelmente, de uma boa opção, posto que a Coordenação do Programa tem sabido escolher com acerto os temas e respectivos debatedores. Impõe-se o Grande Júri como grande contribuição no que concerne ser uma tribuna de debate e análise de temas relevantes, de interesse da comunidade pernambucana, mormente a universitária - a par do seu elevado nível, encaixando-se por isso mesmo dentro das perspectivas - de uma televisão verdadeiramente educativa.

Dizer-se, aliás televisão educativa, parece redundância, pois, a rigor, todo canal de televisão deve ser concebido como tal, sob pena de desviar-se dos seus reais objetivos. Infelizmente, no Brasil ocorre exatamente o contrário. A maioria das televisões - para não dizer quase todas - pouco ou quase nada contribui para melhorar o nível educacional do povo. Muito pelo contrário, deseducam, disseminam a violência, mantém programas de baixo nível, proliferam as tentadoras, novelas, etc.

Fazer jogadas mirabolantes, de forma a bater o concorrente, caminho pelo qual se atraem os grandes patrocinadores - consiste no faturamento o grande sonho e conquista desses canais de comunicação social -, eis o que importa, mesmo que tal procedimento implique, como de fato implica, no baixo nível e mau gosto da maioria dos programas. O que afasta dos vídeos considerável parcela da população - os que conseguiram atingir certo nível cultural. Entre estes, estão os assíduos telespectadores do Canal-11, principalmente os do Grande Júri. Ficam, mesmo assim, restritos a essa única opção.

Assim é que programas como o Grande Júri merecem apoio e aplausos de todos. Não tem o Dr. Walter Rosa Borges medido esforços no sentido de focalizar temas relevantes e reunir, em torno deles, nomes de destaque, em todos os setores do conhecimento e atividades, quer de Pernambuco, quer de outros Estados da Federação. Embora relacione também assuntos de caráter técnico, científico, religioso e até mesmo filosófico, grande parte dos temas discutidos pelo Grande Júri pode ser assimilado pelo público em geral - e para isto os debates e informações são conduzidos em linguagem acessível, dentro mesmo dos padrões que caracterizam um canal de comunicação social.

Mesmo assim, mantém-se o princípio de fazer com que o telespectador menos esclarecido, ou menos preparado nesse ou naquele assunto, ascenda ao nível do Programa, e não ao contrário, o que conflitaria com os objetivos que devem nortear os programas e metas dos veículos de comunicacão social, principalmente os chamados, segundo Marshall Mcluhan, “canais frios”. E a

televisão está incluída nessa relação, na concepção mcluhana.

Tem reunido o Grande Júri professores, estudantes, dirigentes universitários, técnicos, cientistas, autoridades governamentais. Cada um oferecendo sua contribuição pessoal, quer no esclarecimento, quer manifestando pontos de vista acerca de assuntos de interesse geral. Para se ter uma idéia, ultimamente, temas como divórcio, enchentes do Capibaribe, segurança do trabalho, entre outros, foram levados à tribuna do Grande Júri, suscitando debates empolgantes. Sob a coordenação segura e inteligente - e por que não dizer versátil - do Dr. Walter Rosa Borges.

Serve, portanto, de exemplo, para que os responsáveis pelos canais de televisão procurem, na medida do possível - e isto é possível - melhorar o nível dos programas. Enganam-se os que pensam ser o povo brasileiro um povo de mau gosto em matéria de televisão. É como dizem: macaco só gosta de banana porque só lhe dão banana...

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

27 de março de 1979

O GRANDE JÚRI
Roberto Mota

Acontecem no Recife as coisas mais inesperadas e misteriosas deste mundo. Ninguém pode entender por que a Televisão Universitária - O Canal 11 - deixou de transmitir, nas noites de sábado, O Grande Júri, sem dúvida o programa mais capaz, entre todos os regularmente apresentados por aquela emissora,

de atingir público vasto e diferenciado. Não devem os que dirigem televisão e outros meios de comunicação - hesito em usar o barbarismo "mídia" - tomar literalmente o trecho da Imitação de Cristo que diz: "Ama ser desconhecido e tido por nada". Ora, interrompendo O Grande Júri parece que o Canal 11 se condena ao anonimato ou tenta uma espécie de suicídio institucional.

Mas não se trata só de problemas de Ibope. Uma das vantagens da televisão educativa é que, sem depender de publicidade, não precisa ficar cortejando ouvintes. Podem apresentar, sem preocupações de concorrência, programação de cunho cultural, a qual não haverá de faltar audiência fiel e selecionada. Não se compreende que passem a imitar as estações comerciais, dependentes - agrade ou não a seus dirigentes de contratos publicitários. Por que iria um canal educativo disputar a faixa de público dos outros, fazendo reportagem ao vivo de bailes e outros acontecimentos do soçaite, em vez, digamos, de apresentar debates sobre a preservação do meio ambiente?

O Grande Júri tem realizado quase o milagre de conciliar ótimo nível cultural e receptividade entre ouvintes surpreendentemente diversificados. É o que se pode chamar programa "quente", atual, vivo, discutindo temas de impacto, presente - dentro da sobriedade que o caracteriza na discursão dos grandes problemas da região e do País.

E quero render minha homenagem pessoal a seu coordenador, o Dr. Válter Rosa Borges, responsável, desde a fundação do Canal 11, pela seleção dos assuntos a discutir, pelos convites aos participantes - muitos deles especialistas de renome nacional e até

internacional - e pela direção, sempre muito cortês, erudita e democrática, do debate e do diálogo, permitindo ao telespectador formar sua própria opinião diante de pontos de vista ora em acordo, ora no contraste que tanto estimula o progresso do saber.

Estou certo que a interrupção é provisória. Mas cuide a Televisão Universitária de recomeçar o programa, antes que Válter se veja tentado a aceitar outros convites. Confio na larguesa de vistas do Professor Sadoc Souto Maior, atual diretor do canal 11, de quem ouço dizer tanto bem. Guardo a melhor recordação do tempo em que – só um pouquinho mais velho do que os alunos - foi meu professor de Química no Colégio Nóbrega. Confio também no Reitor Paulo Maciel, esse homem muito culto e muito lúcido, que tem me dito tantas vezes ser ele próprio ouvinte e apreciador do Grande Júri. Sei que ambos saberão valorizar seus compro-missos supremos com a cultura e a educação.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
10 de maio de 1980

O Grande Júri
Roberto Mota

Válter da Rosa Borges me telefona, comunicando o retorno de "O Grande Júri" à Televisão Universitária. Também presidente da Academia Pernambucana de Ciências (de todas as ciências e de muitas letras), há bem quinze anos Válter é produtor e animador desse programa eminentemente pernambucano, saborosa-mente pernambucano, indispensável em nossa televisão,

com público certo e fiel nas classes A, B e C. Sei disso muito bem, porque, qualidade de grão-jurado bissexto, participando ocasionalmente de debates mais diretamente afetos a áreas de meu interesse, várias vezes me ocorreu ser reconhecido em situações as mais diversas. Na banca de revistas, por exemplo: "Ah, o senhor não estava, a semana passada, no programa do Dr. Válter? Minha mulher e eu ficamos de pleno acordo com seu ponto de vista. A propósito, o senhor conhece, sobre aquele assunto, o livro de José Ingenieros, o pensador argentino? Não? Será possível?"

Felizmente sou pessoa de hábitos morigerados e minha vida é um livro aberto. Posso ser reconhecido sem o menor constrangimento. Cultivo a virtude com assiduidade e nada tem a receiar de minha parte (nem eu dele) certo cronista, verdadeiro de nossa imprensa, com quem me atribuem vaga semelhança de fisionomia ou biotipo. Telespectadores ou leitores de jornal mais apressados cometem enganos que considero altamente lisonjeiros: "Já sei quem é o senhor. É fulano de tal. Vejo sempre seu retrato no jornal. Quer dizer que toda semana o senhor gosta de comprar a revista Time, não é? Aliás, na última vez que vi o senhor na televisão... Se tento corrigir o equívoco, pensam que é modéstia. E não deixa de ser, pois muito me envaidece a confusão.

Falei no caráter marcadamente local de O Grande Júri. Devemos respeitar as coisas da província. Por que dependeríamos servilmente do que nos chega do Rio ou de São Paulo? Por que iríamos testemunhar pessimamente a marginalização dos nossos valores? Não nos enganemos. Os grupos, as igrejinhas do Sul-Maravilha, possuem interesses e compromissos, não estão necessariamente pautados pelo mérito, encaram com antipatia a concorrência de outros Estados. Isso em

muitíssimos campos, sem excluir a Comunicação ou os "mass midia". Sim, com certeza, também por lá se encontram nordestinos. É para disfarçar. São nordestinos simbólicos, feito nas recepções elegantes e nas grandes firmas de Nova Iorque, onde sempre se encontra um ou outro negro, "token Blacks", para os grã-finos demonstrarem que não têm preconceito.

Precisamos prestigiar nossos programas de debates, nossos grupos de teatro, nossos suplementos literários, nossos cronistas e comentadores, nossas editoras divulgando nossos escritores. Existe público para tudo isso. Para o artesanato da palavra, além do artesanato das artes plásticas, de que falou Sebastião Vila Nova, com o brilho de sempre, em seu último artigo nesta página. É sobretudo dentro deste contexto de autêntico orgulho de província ou região que saúdo a volta de O Grande Júri. Grande Júri às vezes demasiadamente modesto, sem jamais se arrogar em órgão supremo da sabedoria universal, mas, ao contrário, sensato, equilibrado, representativo, pernambucano.

P. S. O primeiro programa, às 20 horas do domingo, vai tratar de tema atualíssimo: Ecologia e Defesa da Natureza. Na outra semana, discussão sobre o aborto.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
24 de novembro de 1981

Um programa cultural
Luciano Marinho

Já prometi - e o fiz pela significação da matéria

em si - à minha amiga Zenaide Barbosa escrever uma série de artigos exclusivamente sobre a criança. Espero mantê-los no possível das minhas disponibilidades. Ora, suponho que, pela relevância da proposição, tanto eu quanto ela estamos de pleno acordo, haja vista o interesse despertado em diversos setores, instituições, bem como uma expressiva sensibilização de pais e educadores. Permita-me, não obstante, a editora-geral e os leitores, desta feita, uma exceção, eventual que seja.

Pretendo, assim, referir-me ao programa "O Grande Júri", levado ao ar aos sábados, às 22 horas, pela Televisão Universitária (Canal 11), sob a direção e produção do professor Válter da Rosa Borges, um dos intelectuais a quem tenho o privilégio de conhecer e privar de sua amizade e convivência, há algum tempo, e a quem considero dos mais ilustres no panorama cultural brasileiro.

Na verdade, "O Grande Júri" - com mais de dez anos consecutivos de programação, o que já é testemunho evidente de sua relevância, restringe-se, entretanto, a uma pequena, mas seletiva faixa de telespectadores. Em “O Grande Júri” foram analisados temas os mais importantes e variados possíveis, para cujo debate e exposição sempre são convidados especialistas renomados. Já se constitui consenso generalizado aos programadores da TV - U, com certeza, e a um grupo muito fiel de telespectadores, a tradição do programa que, diga-se sem favor, obteve épocas memoráveis pelas repercussões das análises e reflexões ali apresentadas e, nesta nova fase, se propõe, a redimensionar e rever temas prioritários, visando, pois, a uma maior dinamicidade e interpretação analítica da realidade social-científico-pedagógica de nosso tempo.

É intenção declarada do Dr. Válter da Rosa

Borges uma renovação estrutural mais abrangente, proporcionando de tal modo maiores índices de audiência de que as televisões educativas tanto se ressentem neste país.

Posso de público dar um depoimento sem suspeitas, se bem que não negue os laços fraternos que me unem ao Dr. Válter da Rosa Borges, porquanto, eu próprio já participara, por alguns meses, na condição de co-produtor do programa, só me afastando por imposição de compromissos profissionais inadiáveis; de qualquer modo, a distância, tenho sabido do esforço, da boa vontade, às vezes até do sacrifício do Dr. Válter da Rosa Borges, como também de uma extraordinária equipe de técnicos - os câmaras, o pessoal do vídeo-tape, dos transmissores, da seleção de imagem - os quais, não raramente, lutando contra as mais adversas situações de precariedade técnicoinstrumental, se superam e se realizam anonimamente, no sentido de manter no ar um dos mais formativos e informativos programas da televisão brasileira.

Convém, por conseguinte, valorizar uma televisão que objetiva fundamentalmente a cultura, promove a ciência, as letras, as artes, a educação, enfim, toda uma contextura pedagógica de que tanto carece um público mais culturalizado, outrossim, os próprios intelectuais, para exporem aspectos decerto, os mais significativos de suas especialidades, numa participação recíproca que justifica e se compatibiliza com os parâmetros da televisão educativa.

Espera-se pelo aprimoramento técnico da Televisão Universitária, facilitando o trabalho - acredito - dos mais inteligentes, por exemplo, de programadores como Mayeber de Carvalho, Vera Hazin, José Mário

Austregésilo, Nivaldo Mulatinho, entre tantos outros.

"O Grande Júri" vem, pois, assumindo, com o passar do tempo, novas estruturas de programação, enfatizando não só o debate de temas mais adequados às circunstâncias do momento em que se vive, mas ainda pretende a integração de intelectuais entre si mesmos e um público cada vez mais necessitado de informações/ reflexões/ análises sérias e descompromissadas com grupos ou ideologias. A televisão educativa tem que se impor.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
25 de maio de 1982

O Grande Júri
José Rafael de Menezes

Por muitos anos a televisão Universitária (TVU, canal 11) viveu do Grande Júri. Por duas décadas talvez, desde a inauguração... Se outro programa ali se impôs, com boa audiência, nenhum teve percurso tão longo, fez história cultural, bem de acordo os objetivos da emissora. Para assim se sustentar, em qualificação e em pontualidade, para repercutir e durar, precisou O Grande Júri, da energia organizada e do prestígio social de Valter da Rosa Borges, parapsicólogo e ensaísta, e em adequada profissão extensionada para a TVU, Promotor Público.

Por razões que desconhecemos o programa famoso saiu do ar. A fase administrativa da Televisão Universitária, conduzia as melhores credenciais para ela se convocando uma personalidade simpática e atualizada, de um poderoso e experimentado homem plural, o Prof. Humberto de Vasconcelos. Como então

nesse momento bom, de acerto reitoral pela nomeação, vem a extinguir-se O Grande Júri?

A TVU esteve a zero de audiência. Se os critérios econômicos de crescimento zero valessem em comunicação, diríamos que alguns meses atrás estava cinco ou dez para menos, embora nunca tenha estado cinco ou dez para mais... A não ser quando no ar O Grande Júri. Então sim obtinha-se um rendimento audiovisual próximo das outras emissoras, nos anos de sessenta e começos de setenta, quando eram quatro as ativadas e competidas.

De queda em queda da TVU, O Grande Júri ressentiu-se; se ninguém deslocava o botão para a faixa do 11, ficava-se sem saber o dia do programa, pois em meio as irregularidades dos últimos anos - cinco ou seis péssimos - a mudança dos horários da programação sem sucesso. E assim se comprometia O Grande Júri.

E, no entanto, o produtor resistiu, como nos difíceis anos de 70, então sim vigiado, inspirando desconfianças, por colocar temas delicados e convidar pessoas altivas e independentes, para os depoimentos e os argumentos, para o opinar e o julgar, no largo tempo de duas horas. Cientistas, como Bezerra Coutinho e Nelson Chaves, homens de letras, na versatilidade de estetas e historiadores, a Waldemar de Oliveira, a Orlando Parahym, a Nilo Pereira se tornaram assíduos. Um Berguedof Eliott, eloqüente e atualizado mais de uma vez deslocou-se de seus hábitos caseiros, para a noitada cultural polêmica e brilhante. Os talentos em carreira, de um Nelson Saldanha, de um Ivo Dantas, de um Manoel Correia de Andrade ali anunciaram teses e confirmaram-se intelectuais. Para o povo, porque nas cátedras e nos livros já se faziam mestres. Em recordista presença, o apostolado ecológico de Vasconcelos Sobrinho...

O Grande Júri foi então grande e fez história cultural. Se desaparece, cria um vazio, e precisa haver explicações para esse corte. Estamos como nunca encurralados no vídeo: entre a novela e o futebol, envideados, coisa assim como vício, tóxico, veneno. E se no momento em que o TRE entrar no ar "obrigatorialmente", para os cinco Partidos e os seus quinhentos candidatos, estaremos no máximo sufoco luminoso... Era a vez dos arejamentos eruditos e eloqüentes do Grande Júri.

REFERÊNCIA EM LIVRO

Berguedof Elliot, no seu livro “O Homem e a Circunstância” (1975) fez o seguinte comentário sobre a sua participação em “O Grande Júri”:

“A despeito dos episódios anteriormente mencionados, passei a ser convidado, insistentemente, pelo meu colega Valter Rosa Borges para participar de programas de debates, sob a designação de O Grande Júri, na TV Universitária.

Assim é que fiz parte dos júris em que foram discutidos os mais variados temas como sejam: emancipação da mulher, concubinato, o tabu da virgindade, divórcio, abandono da família, controle da natalidade, eutanásia, amor grupal, cremação e vários outros de que não me lembro.

Em todos eles, me foi garantida absoluta liberdade de expressão, sem qualquer restrição. No debate de temas altamente polêmicos, tomei, quase sempre, posição contrária aos preconceitos e às convenções sociais predominantes. Nenhuma advertência me foi feita no sentido de reduzir a veemência com que tratei aqueles

assuntos ou de modificar a orientação adotada. É claro que sempre tive o necessário senso de responsabilidade para não criar problemas à Estação, que gentilmente colocava o seu microfone e as suas câmeras à minha disposição.

Nessa oportunidade, pude verificar o alto poder comunicativo da televisão. Passei a receber na rua os cumprimentos de pessoas que nunca tiveram comigo qualquer aproximação, mas apresentavam nos semblantes uma expressão cordial de quem me havia recebido na intimidade de seus lares. Muitos tomavam a liberdade de externar as suas opiniões, algumas contrárias ao meu ponto de vista.

Certa feita, um deles, após um programa sobre a eutanásia, a que não prestara a devida atenção, me perguntou com evidente inocência:

— Quem é essa mulher?

Informado de que se tratava do chamado homicídio piedoso, insistiu em perguntar-me se poderia batizar uma sua filha com o nome de Eutanásia.

DÉCADAS DEPOIS

REINALDO DE OLIVEIRA (*)

A Televisão tem sua magia. Seu poder. Tanto promove um artista como o enquadra no reino da mediocridade. A força dos diretores das emissoras e a influência do público telespectador podem ditar o destino de um produtor, apresentador ou programa. Os que atingem o gosto dos amantes da TV, perduram. Os que não conseguem prender a atenção desaparecem mais cedo do que se imaginava.

Se recuarmos no tempo para 20 anos atrás, vamos encontrar o telespectador que gostava de Cultura, ligado ao Canal 11, da TV Universitária, às sextas-feiras, para assistir a O GRANDE JÚRI. O programa tinha como criador e apresentador, Valter da Rosa Borges, ligado às coisas do Direito e, principalmente, aos poderes da mente e da inteligência. Escolhido o assunto, passava a convidar expoentes intelectuais de nossa cidade para

compor a Mesa do Júri na qual o assunto era esmiuçado, debatido e, finalmente, exposto nos seus resultados, tal e qual uma sentença de jurados. A habilidade com que era conduzido, exigindo dos debatedores o máximo de suas argumentações, prendia o público cativo que já esperava pela outra semana no sentido de se enriquecer mais. O GRANDE JÚRI assumia um papel de seminário, onde cada um dos seus componentes abordava a questão escolhida, sob sua óptica, formando, ao final, um mosaico explícito, facilmente captável pelo telespectador.

Advogados, médicos, psicólogos, engenheiros, teatrólogos, escritores, folcloristas, pensadores, filósofos, botânicos, técnicos, professores, políticos, sentiam-se honrados em poder participar de um programa cultural daquela categoria. Quantas vezes vimos depoimentos de um Orlando Parahym, de um Valdemar de Oliveira, de um Valdemar Valente, de um Mário Souto Maior, de um Lourival Vilanova, de um Vasconcelos Sobrinho, de um Potyguar Matos, de um Alfredo de Oliveira, de um Hermilo Borba Filho, de um Bezerra Coutinho, de um Pessoa de Morais, de um Berguedoff Elliot, de um Roberto Mota, de um Othon Bastos, de um Nelson Saldanha, de um José Lourenço de Lima, de um José Rafael de Menezes, de um Antonio Brito Alves, de um Salustiano Lins, de um Fernando Pio dos Santos de um Vanildo Cavalcanti, de uma Maria do Carmo Tavares de Miranda, de um Paulo Maciel e, até mesmo, de mim, quando solicitado, para valorização de meu currículo. Eram duas horas inteiras, quando não se estendia, a pedido do público, por mais tempo, de exibição de conhecimentos e de sagacidade dos jurados. Ali foram julgados assuntos antigos e da atualidade de então, com julgamento de pessoas ou personagens da História, de

peças ou filmes. Foram analisados crimes, decisões governamentais, atitudes pessoais de autoridades nacionais ou estrangeiras, com a participação telefônica do povo que se sentia importante ao intervir. O entusiasmo dos debatedores exigia o pulso firme do condutor para serenar os mais exaltados, em benefício do telespectador.

Foram quase 12 anos de sucesso. Já dizia Oscar Wilde que “é fácil simpatizar com os sofrimentos de um amigo. Simpatizar com os seus triunfos, exige um coração muito nobre”. Foi essa nobreza que faltou aos dirigentes da TV Universitária. O sucesso do programa começava a incomodar e, sendo de cultura, maioria de razões para que fosse, aos poucos, desativado. O público da cidade foi surpreendido, sem entender como se podia tirar de audiência certa, a aula semanal que O GRANDE JÚRI se constituía.

Fui um mero participante e telespectador privilegiado. Porém fui, também, uma vítima da inaceitável atitude de encerrar o programa, tirando-o do ar. Do ar e da terra, onde os acostumados ao vício do bom, se viram privados do belo hábito.

Sei que Valter da Rosa Borges está organizando um livro sobre a memória de O GRANDE JÚRI. Quem sabe, com a prova em mãos, ou nos olhos, os atuais dirigentes da TVU não se reanimam a promover a reentrada de O GRANDE JÚRI na sua grade de programação? Seria muito bom para os que são obrigados a padecer diante das programações de baixo nível impostas, compulsoriamente, ao público, em novelas ou apresentações medíocres.

O GRANDE JÚRI fixou o seu nome na história da TV pernambucana, colocando seu criador e

apresentador, Valter da Rosa Borges, no patamar invejável de sua inteligência.

NIVALDO MULATINHO (*)

Frank Sinatra é um crápula! Foi o que disse o professor universitário, bem conhecido na TV Universitária, quase agarrando o meu pescoço, depois de ver as imagens coloridas da gravação. Ele não tinha aprovado O Grande Júri sobre o cantor norte-americano, programa do qual participei ao lado de Aírton Cavalcanti, Geraldo Casado e outros sinatrófilos. Era o final da década 70, uma época em que o programa de Valter da Rosa Borges, com uma forma mais livre, consolidava o seu prestígio, sua audiência, sua singularidade. O professor, que gostava de falar alemão e de participar dos debates na emissora da Universidade Federal de Pernambuco, tinha muitos ciúmes e inveja do programa. Outros também tinham.

Certos livros valem toda uma Literatura. Certos programas de TV são o registro ímpar de uma luta por renovações culturais - que são, por sua natureza, sempre lentas - renovações processadas em uma área onde ainda imperam, sem dúvida, infelizmente, a mediocridade, a imitação, os apelos comerciais espúrios. Poderemos ter uma televisão melhor, mais digna e mais criativa (aberta ou paga, pública ou comercial), acompanhando a história, registrando as fases e os

contratempos de um programa como O Grande Júri, embora, a meu ver, este programa só tenha existido, principalmente na época em que existiu, em razão da personalidade do seu criador e apresentador.

Valter da Rosa Borges – poeta, filósofo, jurista – era capaz de reunir os talentos mais diversos (especialistas, professores, artistas) e estimular os debates e as reflexões, sem fazer direcionamentos ideológicos. E tudo no programa começava (e terminava) na principal virtude do seu produtor e apresentador: a honestidade intelectual.

Sem imitar ninguém, com o seu estilo e a sua liberdade de pensador, Valter exercia o comando ao mesmo tempo erudito e democrático do programa, como bem registrou Roberto Mota, um dos seus melhores debatedores.

Com ele, e em razão dele, todos os temas relevantes podiam ser debatidos. Seriamente, exaustivamente, com o sabor do saber.

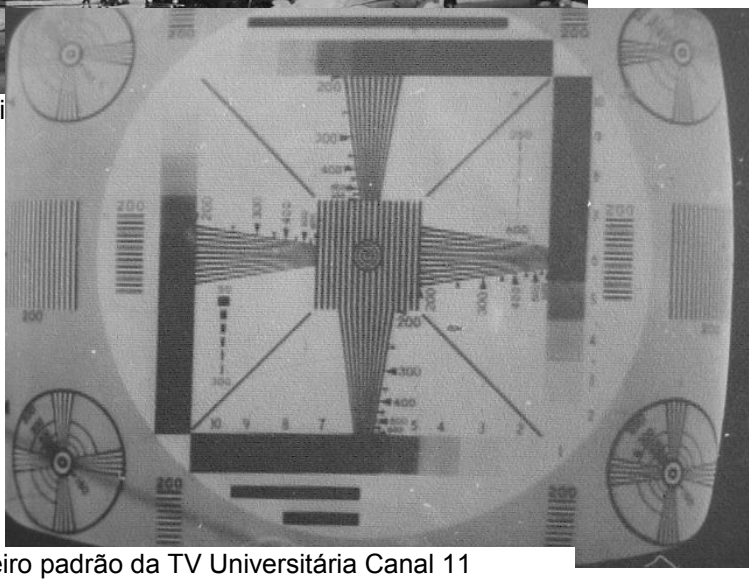
Frederico Pernambuco de Mello trouxe iluminações para todos em O Grande Júri sobre o já fascinante e com-plexo tema dos cangaceiros e do banditismo no Nordeste. E o professor José Rafael de Menezes estava em um dos seus melhores momentos de reflexão política quando fez audaciosas colocações, em um dos programas de mais intenso e empolgante debate, sobre as pequenas vitórias e os bem largos fracassos da emblemática Revolução Francesa.

Todos têm os seus programas preferidos, na bela e singular trajetória de O Grande Júri. Seu criador, que tinha uma paixão viva no comando de todos eles, merece a nossa justa homenagem, a nossa gratidão.

(*) Nivaldo Mulatinho é Juiz de Direito.

GALERIA DE FOTOS

TV Uni



Primeiro padrão da TV Universitária Canal 11

Reunião da equipe de produtores da TV Universitária Canal 11

Primeiro cenário de O Grande Júri

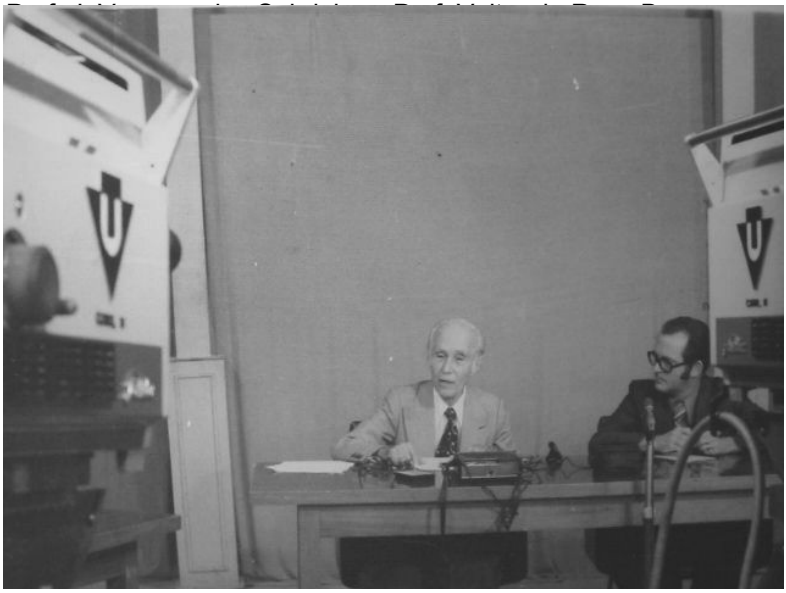
Lançamento do livro “Introdução ao Paranormal”. À mesa, Prof. Valter da Rosa Borges, Prof. Paulo Maciel, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Lourival Vilanova, jurista, e Dr. Waldemir Lins, Procurador Geral da Justiça. Em pé, Dr. Francisco Dario Mendes da Rocha, Diretor da TV Universitária Canal 11.

Da esquerda para a direita: Prof. Geraldo Mariz, Prof. Roberto Motta, Prof. Attilio Dall'Olio, Prof. Valter da Rosa Borges, Dr. Nicolino Limonji e Dr. Ivo Cyro Caruso.

Sessão da Academia Pernambucana de Ciências na TV Universitária Canal 11. Da esquerda para a direita, Dr. Berguedof Elliot, Deputado Nivaldo Machado, Prof. Valter da Rosa Borges e Dr. Sadock Souto Maior, Diretor da emissora.

Sessão da Academia Pernambucana de Ciências na TV Universitária Canal 11. Da esquerda para a direita, Prof. Pessoa de Morais, Dr. Orlando Parahym, Prof. Attílio Dal'Olio, Dr. Ivo Cyro Caruso, Dr. Berguedof Elliot, Deputado Nivaldo Machado e Prof. Valter da Rosa Borges.

Prof. José Lourenço de Lima, Prof. Valter da Rosa Borges e Dr. Berguedof Elliot.

Dr. Reinaldo de Oliveira, Prof. Valter da Rosa Borges e
Dr. Vanildo Cavalcanti

Sessão da Academia Pernambucana de Ciências na TV Universitária Canal 11. Da esquerda para a direita, Cônsul do Japão, Dr. Jâmesson Ferreira Lima, Deputado Joel de Holanda, Prof. Valter da Rosa Borges, Dr. Nicolino Limonji e Prof. José Lourenço de Lima